



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

**CAÇA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO
MÉDIO XINGU**

Belém
2015

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

**CAÇA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO
MÉDIO XINGU**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti.

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Sousa, Gírlan Silva de

Caça e Segurança Alimentar em Comunidades Ribeirinhas do Médio Xingu /
Gírlan Silva de Sousa; Orientador, Juarez Carlos Brito Pezzuti. – 2015.

147 f.: il.; 30 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Segurança alimentar – Política governamental – Altamira (PA). 2. Caça – Aspectos
sociais - Altamira (PA). 3. Caça de subsistência – Aspectos econômicos – Altamira (PA).
4. Reserva Extrativista do Rio Iriri (PA). 5. Alimentação - Simbolismo. I. Pezzuti, Juarez
Carlos Brito. orientador. II. Título.

CDD 22. ed. 333.95098115

GIRLIAN SILVA DE SOUSA

**CAÇA E SEGURANÇA ALIMENTAR EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO
MÉDIO XINGU**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável.

Banca avaliadora:

Prof. Dr. Juarez Carlos Brito Pezzuti
Orientador – NAEA/UFPA

Prof.^a. Dr.^a. Edna Maria Ramos de Castro
Examinadora interna – NAEA/UFPA

Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros
Examinador externo- IFCH/ UFPA/NCADR/ UNEMAT

Data: ____/____/____

RESUMO

A atividade de caça é um tema altamente complexo, pois ao mesmo tempo em que provoca impactos sobre o meio ambiente, sempre constituiu uma das principais fontes de proteína animal na alimentação dos povos tradicionais da Amazônia. Este trabalho discute a caça de subsistência e a falta de acesso das famílias ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri às políticas de segurança alimentar. O objetivo foi avaliar a contribuição socioeconômica da caça de subsistência e a situação de dificuldade de acesso a gêneros alimentícios e serviços públicos na qual vivem essas famílias. Para esse fim, o trabalho abordou o tema a partir da perspectiva da antropologia econômica, recorrendo a recursos etnográficos para evidenciar as relações do homem com o seu ambiente, assim como a interação do setor econômico com os demais setores da vida social. Para essa discussão utilizou-se o aporte teórico-metodológico de Maurice Godelier, Karl Polanyi, Pierre Bourdieu, Jorge Gasché Suess e Napoleón Vela Mendoza, além de conceitos da microeconomia.

Palavras-chave: Caça de subsistência. Segurança alimentar. Políticas públicas.

ABSTRACT

Hunting is an extremely complex issue, due to the serious impact on the environment, but also because game meat is one of the main sources of animal protein for the traditional Amazonian people. This essay discusses subsistence hunting and the lack of access regarding river communities from the Reserva Extrativista do Rio Iriri to food security policies. It aims to discuss the socioeconomic contribution of subsistence hunting, and to bring evidences of the difficult situation in which these families live while trying to gain access to food products and public services in general. To achieve these goals, this paper embraces the theme from an economic and anthropological perspective, by using ethnographic resources to show evidences of the relations between man and environment, as well as the interaction between the economic sector and the other sectors in social life. For this discussion, the theoretical and methodological support from Maurice Godelier, Karl Polanyi, Pierre Bourdieu, Jorge Gasché Suess and Napoleón Vela Mendoza was used, as well as concepts of microeconomics.

Key-words: Subsistence hunting. Food security policies. Public policies.

“Quem tem padrinho (e madrinha), não morre pagão!”

Então, às minhas madrinhas e padrinhos:

Michelle, Juvenal, meu avô Benevides,
João, Oberlan, Gilliard, Mônica Silveira e Adriano.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Nossa Senhora e Senhor dos Passos, pelas lições e por todo o aprendizado que obtive ao longo desses dois anos.

A todos os meus amigos espirituais, aqui representados por meu avô Benevides.

Ao Juvenal, mais uma vez me incentivando a correr atrás dos meus sonhos.

Aos meus amigos João Jangadeiro, Altino, Tata, Zé, Manezinho, Severino, Tito, Tininho e Mariana, meus amigos, professores, confidentes e por vezes, mentores.

À Michelle pela ajuda e parceria sem as quais, não teria conseguido terminar esse trabalho.

À Mônica Silveira e Oberlan por serem os primeiros a acreditarem que o meu sonho era possível e me incentivarem.

Ao Adriano, pelo carinho, paciência e companheirismo que o fez vir buscar meus sonhos junto comigo.

Ao meu irmão Gilliard, grande parceiro e conselheiro, que sofreu, odiou e vibrou junto comigo a cada dificuldade e a cada acerto, muito obrigada pelas orações!

À Dona Gleice por cuidar de mim como uma mãe cuida de uma filha.

À Dona Leila, pelas orações, auxílio e incentivos sempre nas horas mais precisas.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos, família em geral e amigos, pelas orações.

À minha tia Alcênia, pelas orações e palavras de incentivo.

Ao meu amigo Fena, pelas palavras de apoio e incentivos sempre nos momentos certos.

Ao meu orientador, professor Juarez Pezzuti.

Às professoras Rosa Acevedo, Socorro Flores, Mônica Pires e Nírvia Ravena.

À Monoela Wariss, aos servidores do ICMBio Altamira: Mauro, Maitê, Rafael Barboza.

Às famílias Ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri, pela gentileza, acolhimento e pela oportunidade de realização dessa pesquisa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização da RESEX do Rio Iriri, Altamira, Pará.....	49
Fotografia 1 - Tipos de moradias tradicionais, construídas com palha e barro (Localidades Lajeiro e Santa Paz).....	49
Gráfico 1 – Importância da participação nas reuniões da AMORERI.....	76
Gráfico 2 – Razões que motivam o desrespeito às regras na RESEX.....	77
Gráfico 3 – Possibilidade dos comunitários assumirem a gestão da reserva....	79
Figura 2 – Espiral de extração da renda do extrativista e concentração na fonte da cadeia aviadora.....	84
Gráfico 4 – Opinião dos ribeirinhos sobre os regatões.....	92
Fotografia 2 – Página do caderno de anotações de um regatão com alteração no preço da mercadoria vendida para ribeirinho.....	93
Fotografia 3 – Tracajás abatidos e animal assado, pronto para o consumo.....	115
Gráfico 5 – Comparação entre as fontes de proteína animal consumidas pelas famílias.....	118
Gráfico 6 – Comparação entre o consumo diário da dieta do ribeirinho do Rio Iriri em relação ao recomendado pela Cesta Básica oficial.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938.....	42
Tabela 2 – Pagamento de preços diferenciados praticados pelo mesmo regatão.....	97
Tabela 3 – Comparação da diferença de preço do pescado recebido pelo pescador em relação ao valor que é cobrado ao consumidor final.....	98
Tabela 4 - Diversidade de animais abatidos e principais ambientes de captura.....	113
Tabela 5 - Quantidade de porcos Queixadas abatidos por sexo, tipo de evento, técnica e locomoção.....	113
Tabela 6 – Técnica de caçada de tracajás.....	115
Tabela 7 – Preços de cortes de carne bovina em Altamira durante a última semana de Julho de 2014.....	120
Tabela 8 – Comparação entre a Cesta Básica Regional e a Cesta Básica da RESEX.....	126
Tabela 9 - Estimativa de preços médios de produtos na RESEX do Rio Iriri e em Altamira durante a última semana de Julho de 2014.....	127
Tabela 10 - Estimativa de preços médios de alimentos por localidades da RESEX.....	128
Tabela 11 - Custo estimado da cesta básica mensal de uma família de 5 pessoas em Altamira-PA e na RESEX a preços coletados na segunda semana de julho de 2014.....	128

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AHE Belo Monte	Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte
AMORERI	Associação dos Moradores da Reserva do Rio Iriri
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFS	Committee on World Food Security (Comitê de Segurança Alimentar Mundial)
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CONAB	Companhia Nacional do Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DIESSE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DHAA	Direito Humano a Alimentação Adequada
ESEC	Estação Ecológica
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Índice de custo de vida
INCENXIL	Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda

IPAM	Instituto de Pesquisa da Amazônia
ISA	Instituto Socioambiental
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBA-CI	Projeto Básico Ambiental do Componente indígena
PGPM	Política Geral dos Preços Mínimos
PNDSPCT	Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
RRA	Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio
RRI	RESEX do Rio Iriri
RRX	RESEX do Rio Xingu
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SEMUSA	Secretarias de Saúde e Educação do Município de Altamira (e SEMEC
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SOFI	Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UCs	Unidades de conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
WWF	World Wide Fund For Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	144
2 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
2.1 O conceito de povos e comunidades tradicionais e suas implicações	18
2.2 A microeconomia e o estudo sobre o comportamento econômico dos agentes	20
2.3 Sobre a economia, seu campo de estudo e as relações sociais	22
2.4 Bourdieu e o Campo em conflito	27
2.5 Ensaio interpretativo da realidade sociocultural das comunidades tradicionais amazônicas	30
2.6 Segurança Alimentar	37
2.7 A Cesta Básica Nacional	40
2.8 Localização da área de estudo	43
2.8.1 Altamira	43
2.8.2 A Terra do Meio	455
2.8.3 RESEX do Rio Iriri	46
2.8.4 Instituições atuantes na RESEX	50
2.9 Material e método	50
2.9.1 A fase inicial da pesquisa	50
2.9.2 Coleta de dados	53
2.9.3 Técnicas de pesquisa e análise	54
3 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO IRIRI	57
3.1 Os ciclos econômicos e o processo de povoamento da Unidade de Conservação do Rio Iriri	57
3.2 A conflituosa história de criação da Reserva Extrativista do Rio Iriri	58
3.2.1 A história oficial do processo de criação da reserva	599
3.2.2 A criação da reserva através da memória coletiva dos ribeirinhos	64
4 AS RELAÇÕES SOCIAIS: O CONFLITO	699
4.1 As relações entre os ribeirinhos e os indígenas do entorno da RESEX ..	699
4.2 As relações entre os ribeirinhos e os agentes externos	72
4.3 As relações entre os ribeirinhos e a perspectiva de autonomia	74

5 A EXTREMA ESCASSEZ MONETÁRIA DO RIBEIRINHO	80
5.1 A lógica do sistema de aviamento	80
5.2 O papel do regatão na determinação das restrições orçamentárias do ribeirinho.....	855
5.3 A pesca comercial	944
5.4 A renda do ribeirinho.....	100
5.5 As pressões do mercado e as mudanças no processo de extração do recurso pesqueiro	1066
6 A CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CAÇA PARA O CONSUMO ALIMENTAR DOS RIBEIRINHOS	11111
6.1 A arte da caça de subsistência no Iriri	11111
6.2 Contribuição socioeconômica da caça de subsistência	117
7 SOBRE O CONSUMO ALIMENTAR E SUA COMPLEXIDADE	12121
7.1 O que é comida?	12121
7.2 A cesta básica alimentar dos ribeirinhos do Iriri.....	12424
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	13030
REFERÊNCIAS	13333
APÊNDICES	140

1 INTRODUÇÃO

A caça sempre constituiu uma das principais fontes de proteína animal na alimentação dos povos tradicionais da Amazônia, envolvendo características variadas e uma série de questões e tabus que conferem a essa atividade uma complexidade que envolve ampla discussão interdisciplinar sobre o assunto (GILMORE, 1986; ROBINSON; REDFORD, 1991).

Os fatores que influenciam na disponibilidade dos recursos proteicos vão desde as características ambientais, como a disponibilidade de alimentos para os animais, principalmente os de grande porte, até as características socioculturais e econômicas como preferências alimentares e técnicas de captura (REBÊLO; PEZZUTI, 2000). Estas variam de acordo com a disponibilidade de acesso a recursos tecnológicos dos instrumentos de caça. Entre os principais instrumentos tradicionalmente utilizados estão flecha, armas de fogo e armadilhas (ALVARD, 1995; MENA et al., 1999; TRINCA, 2004).

Pezzuti (2009) chama atenção para o comportamento de caçadores que, geralmente utilizando armas de fogo, passaram a preferir os mamíferos e aves de maior porte, que representam a maior parte da biomassa de vertebrados da floresta tropical. Esta mudança tecnológica levou a pressão de caça justamente para os animais com menor potencial reprodutivo e, portanto, mais suscetíveis à exploração em níveis insustentáveis. Cada um dos grupos tradicionais existentes na Amazônia exerce impacto sobre a floresta, sendo que esse impacto será determinado pelas características espaciais de disponibilidade de alimentos e outras fontes de proteínas, e pelos tabus alimentares que cercam algumas espécies de animais e influenciam no nível de pressão da caça sobre essa espécie (TRINCA, 2004; McDONALD, 1977).

Segundo Peres (1990), a exploração intensa através da caça sobre animais com baixa capacidade reprodutiva pode levá-los à extinção. Segundo este autor, o efeito da caça na redução da biomassa apresenta índice de 93% em primatas de grande porte e 73,5% na densidade das aves, sendo que a dieta alimentar dos grupos que praticam essa atividade é muito variada, englobando o consumo desde animais de grande porte a aves e animais aquáticos (REDFORD, 1992).

A caça de subsistência é aquela que se destina exclusivamente ao complemento da dieta proteica do caçador e sua família. Fatores como o tipo de habitat, uso da terra, estado atual da fauna e os fatores culturais exercem influência sobre o comportamento do caçador (OJASTI, 1996). Sua complexidade impossibilita a generalização da previsão de impactos dessa atividade sobre um ambiente determinado, pois o exercício da atividade guarda peculiaridades ligadas à forma como é exercida e ao ambiente no qual é realizada.

Outro agravante diz respeito à sua vinculação tanto aos aspectos ligados à biodiversidade quanto à segurança alimentar e nutricional das populações tradicionais da Amazônia, devido ao reduzido acesso dessas populações às fontes de proteína animal. Por esta razão, o exercício da atividade de caça de subsistência foi garantido, de forma implícita, aos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto nº 6040 de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT), categorizando-os como grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

A garantia do direito à segurança alimentar e nutricional às populações tradicionais está contida na PNSPCT em seu Art. 1º, que estabelece como um de seus princípios, a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis, bem como a articulação e integração da PNSPCT com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2007).

Esta ação faz parte da estratégia adotada pelo Governo Federal a partir de 2003, para priorizar e dar visibilidade às políticas de combate à fome e a miséria no país. A base dessa política foi o lançamento da Estratégia Fome Zero e a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Através da Lei 11.346 de 15 de Setembro de 2006 criado o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que objetiva a promoção da saúde, nutrição e o

acesso garantido a toda a população à aquisição regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural, étnica, racial e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis passa a ser função do Estado (BRASIL, 2006).

Desta forma, a legislação garante o direito de acesso das comunidades ribeirinhas das Unidades de Conservação do Médio Xingu às políticas de promoção da segurança alimentar e nutricional. Quando implementadas, essas políticas promovem cidadania, que engloba a garantia de manutenção do seu modo de vida, o acesso a serviços de saúde e educação, afóra alimentação de qualidade em quantidade suficiente para a sobrevivência. Comunidades que, isoladas da atenção política, vivenciam o precário e oneroso acesso à alimentação, colocando-as sob o risco da fome.

A noção de fome, que outrora se restringia à falta total de alimentos, debitando aos números de mortes causadas por esse fator apenas os casos nos quais os indivíduos morriam esqueléticos e desnutridos, atualmente refere à ausência de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde, uma vez que a falta de qualquer um deles acarreta a morte precoce a despeito de não ocasionar imperativamente, inanição por falta absoluta de alimentos (CASTRO, J., 1984).

Diante do que foi exposto, a problemática dessa pesquisa é: Qual a contribuição socioeconômica da caça para a segurança alimentar de comunidades ribeirinhas do Médio Xingu?

A aferição do consumo de carne de animais silvestres pode ser um bom método de avaliação dos níveis de produção da carne de caça e das pressões do exercício dessa atividade sobre os demais recursos faunísticos e florestais, destacando-se que a investigação sobre a contribuição socioeconômica da caça para a subsistência deve considerar as variáveis renda, educação e disponibilidade de substitutos como fatores que influenciam o consumo da carne de caça (RUSHTON et al., 2005). Isto posto, o objetivo deste trabalho é caracterizar o papel da caça na composição da dieta alimentar dos ribeirinhos da RESEX do Rio Iriri, revelando sua situação de segurança alimentar. Para este fim, propõe-se: Estimar o consumo de carne de caça por unidade familiar durante o período de seis meses;

Investigar a preferência de consumo e os fatores que envolvem a escolha; Traçar o perfil socioeconômico das unidades familiares para obter uma melhor percepção da importância dessa atividade; Identificar a composição da Cesta Básica de alimentos dessas unidades familiares, através da qual se pretende caracterizar sua situação alimentar.

A noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), não se restringe a aspectos econômicos como preços e renda, ou tão somente à ingestão adequada de nutrientes. Diz respeito às redes socioassistenciais, acesso a serviços de saúde e educação, cultura alimentar e meios de vida, produção de alimentos, modelo de desenvolvimento econômico, rede social entre outros. Os temas são transversais e complexos. A forma como a discussão foi desenvolvida neste trabalho visa despertar a atenção para a situação de comunidades ribeirinhas de Unidades de Conservação da Amazônia, que ao não serem assistidas pelo poder público, são deixadas a mercê dos mecanismos de espoliação do sistema econômico.

A fim de atingir os objetivos propostos e facilitar o entendimento dos temas abordados, o trabalho foi organizado em sete capítulos. O primeiro apresenta a introdução. O segundo é totalmente metodológico, pois o contato com a metodologia no início do trabalho é uma estratégia que facilita a compreensão da linha de pensamento do autor e o desenvolvimento do trabalho. O terceiro capítulo é uma contextualização histórica do campo de estudo, pois o contato com a história do campo de estudo ajuda a conhecer a estrutura do fenômeno estudado. O quarto capítulo apresenta o conflito presente no campo através das relações sociais.

O quinto capítulo é uma análise econômica, colocada nesta ordem para que a problemática econômica possa ser analisada a partir do reconhecimento do contexto histórico, político e socioeconômico, pois a análise econômica se dá a partir da ação dos agentes, que são acima de tudo, seres sociais que interagem entre si. O sexto capítulo discute a contribuição socioeconômica da caça para o consumo dos ribeirinhos. O sétimo capítulo contempla o consumo alimentar e suas relações simbólicas, uma vez que o consumo alimentar está envolto de simbolismos. Em seguida, são apresentadas as considerações finais pautadas nas discussões e resultados da pesquisa.

2 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

2.1 O conceito de povos e comunidades tradicionais e suas implicações

A utilização das categorias “populações tradicionais”, “povos tradicionais” e “comunidades tradicionais” está longe de ser um consenso, e isto decorre das definições teóricas sobre o tema, uma vez que a conceituação muda de acordo com a perspectiva de diferenciação adotada por cada autor. Os pressupostos conceituais decorrem da indispensabilidade do reconhecimento da pluralidade sociocultural e consequente garantia de direitos.

A PNDSPT utiliza os termos “comunidades” e “povos tradicionais” em sintonia com a visão segundo a qual, o termo “populações” se mostra ineficiente para a representação do sentido de mobilização social contido no conceito de “comunidades tradicionais” (ALMEIDA, 2008). Segundo esse autor, a acepção de “tradicional” deixa de se referir a um suposto isolamento geográfico e cultural para expressar mobilização pela garantia de direitos.

Sobre a dimensão político-social que envolve o conceito de povos e comunidades tradicionais, Almeida (2008) salienta que a territorialidade é um elemento de identificação, fortalecimento e defesa das comunidades tradicionais, fenômeno constatado mesmo em situações de apropriações temporárias de recursos naturais por grupos categorizados como nômades. Para o autor, o “tradicional” apresenta-se como operativo e reivindicativo de direitos, numa dinâmica de mobilização que reflete os conflitos sociais nas áreas ocupadas por esses povos. E embora classificados sob a mesma categoria, os critérios que agrupam e mobilizam os diferentes povos tradicionais são heterogêneos.

Esta categorização do “tradicional” ultrapassa a expressão folclórica, monumental e arqueológica da cultura e abrange os aspectos relacionados aos valores, regulações e modo de viver. Desse modo, o conceito de “comunidades tradicionais” inter-relaciona os valores culturais, o modo de viver às ações desses povos. A importância do reconhecimento do pluralismo por parte do Direito, bem como o entendimento do ambiente no qual se faz uso das normas, assim como da atenção e da interpretação que as pessoas daquele ambiente lhes conferem, é condição indispensável para o respeito à pluralidade cultural (DUPRAT, 2007).

Conforme Shiraishi Neto (2007) observa-se em vários países o processo de constante oscilação entre legitimação e negação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, demandando o reconhecimento do caráter pluricultural e multiétnico das sociedades para a construção do campo jurídico do “direito étnico”, permitindo que o direito seja pensado a partir da situação vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais, superando-se, assim, os esquemas jurídicos pré-concebidos.

Nesse sentido, a política de universalização das disposições jurídicas cria dificuldades para a reprodução física e sociocultural dos povos e comunidades tradicionais devido à abstração das particularidades dos modelos extrativistas e do modo de viver dos distintos sujeitos e grupos sociais categorizados como “tradicionais”, agravando problemas socioambientais. Desse modo, o reconhecimento das diferenças, por parte do direito, é uma condição para indispensável para a retirada desses povos da “invisibilidade” (SHIRAISHI NETO, 2007).

Sob a perspectiva do seu modo de reprodução social, as comunidades tradicionais assemelham-se ao modo de produção pré-capitalista, na qual o trabalho ainda não desempenha função de mercadoria, embora a dependência do mercado já se faça presente de forma moderada. Nesse sentido, sua lógica econômica difere da lógica da sociedade capitalista cuja motivação é o lucro. Essas características se mostram evidentes no tipo de manejo dos recursos naturais e na relação desses povos com a natureza (DIEGUES, 1999; 1983; SUESS; MENDOZA, 2011). Em se tratando dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, o extrativismo dos recursos aquáticos e florestais caracteriza sua reprodução social. Entretanto, o tipo de manejo e de recurso explorado por cada comunidade tradicional está subordinado às características ambientais do território. Se em ambientes de várzeas, à beira dos rios onde o recurso pesqueiro é abundante, ou no interior da floresta com maior dificuldade de acesso aos recursos pesqueiros (DIEGUES, 1999).

Os ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Suas vidas e habitações são reguladas e adaptadas aos ciclos das águas, que ditam o período em que cada recurso natural será explorado ao longo do ano. O período das cheias dificulta o trabalho nas roças, como também a pesca e a caça, sendo que o período da vazante e da seca é mais propício à pesca e à caça. A pesca constitui a principal fonte de proteína animal, o alimento mais abundante e

importante, para algumas comunidades, e também é a principal fonte de renda para os ribeirinhos que geralmente conciliam a atividade pesqueira com o cultivo nas roças, comercializando o excedente da produção agrícola (DIEGUES, 1999).

2.2 A microeconomia e o estudo sobre o comportamento econômico dos agentes

A economia possui dois domínios principais, que são a microeconomia e a macroeconomia. A microeconomia dedica-se ao entendimento do processo de decisão de alocação dos recursos escassos das unidades econômicas individuais e como essas unidades formam os mercados. O mercado possui muitas definições, mas pode ser entendido como um grupo de compradores e vendedores que, por meio de suas relações reais ou potenciais, determinam o preço de um produto ou de agregados de produtos (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

As unidades econômicas individuais englobam consumidores, trabalhadores, investidores, proprietários de terras, empresas e quaisquer agentes que participem do funcionamento da economia. Se por um lado a microeconomia se interessa em saber como as unidades econômicas determinam o número de trabalhadores a contratar, a quantidade de produtos a produzir e a quais preços, assim como os trabalhadores decidem onde trabalhar, também investiga porque e como os agentes tomam decisões econômicas através da análise do comportamento do consumidor.

A teoria do comportamento do consumidor é o arcabouço teórico que auxilia na predição de como o agente sob os estímulos e restrições operados por variações nos preços e na renda alocará sua renda limitada entre os bens e serviços que deseja adquirir. As interações entre as unidades empresariais formam os mercados e setores. A análise da ação e da relação entre cada empresa e os consumidores revela como setores tão diferentes entre si podem operar e se desenvolver e como são influenciados pelas políticas públicas e condições econômicas globais.

As variáveis econômicas agregadas, como taxa de crescimento e de juros, nível do produto nacional, desemprego e inflação também fazem parte dos estudos microeconômicos. O preço possui papel fundamental no processo de escolhas dos agentes, todos os *trades-offs* das unidades econômicas se baseiam nos preços, portanto, um papel fundamental da microeconomia é explicar como os preços são formados (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FERGUSON, 1994).

Uma cesta de mercado é um agregado com quantidades determinadas de uma ou mais mercadorias. Ela pode ser formada, por exemplo, pela combinação de vários itens alimentícios ou de itens alimentícios e vestuários e serviços que determinada unidade familiar adquire por mês. Uma curva de indiferença equivale a todas as combinações de cestas de mercado que geram o mesmo nível de satisfação ou utilidade para um consumidor. Para este consumidor, as cestas de mercado representadas pelos pontos ao longo da curva lhes oferece o mesmo grau de indiferença. A inclinação da curva de indiferença indica a disposição do consumidor em substituir um bem pelo outro. A curva de preço-consumo é a representação das combinações maximizadoras e utilidade de dois bens, conforme o preço de um deles varia. A demanda individual é representada através da curva da demanda individual que relaciona a quantidade de um bem que determinado consumidor comprará com o preço desse bem. A relação do consumo com a renda do consumidor é representada na Curva de Engel, na qual as quantidades consumidas de um bem são relacionadas à renda (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

Contrariando os pressupostos da economia clássica, atualmente a microeconomia reconhece a impossibilidade do consumidor deter a posse da informação perfeita e a improbabilidade do consumidor perfeitamente racional e maximizador de satisfação (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FERGUSON, 1994). O *marketing*, a propaganda e o desejo de distinção social são estímulos que interferem no processo de escolha e nível de consumo dos agentes, de forma a imiscuir o consumo conspícuo nas noções de “necessidade” e “satisfação” do consumidor, incitando-o a desrespeitar linhas de restrições orçamentárias e aumentar o seu nível de endividamento. O reconhecimento da existência de tais estímulos compromete a noção clássica de racionalidade econômica e maximização de satisfação.

A partir do reconhecimento dessa racionalidade imperfeita e da lógica econômica particular aos povos e comunidades tradicionais, o arcabouço microeconômico foi utilizado respeitando as particularidades do universo estrutural no qual ocorrem as transações econômicas entre as comunidades ribeirinhas da RESEX do Rio Iriri e o mercado. Entende-se que o ribeirinho embora realize a maioria das suas transações econômicas através de trocas, possui um nível de renda, que representa seu orçamento ou sua linha de restrição orçamentar. Dentro desse limite, ele tentará alocar sua renda da melhor maneira possível, adotando

estratégias de consumo que representam as melhores combinações de produtos, dadas as limitações impostas pelo seu ambiente institucional.

Destaca-se a importância da análise sobre o comportamento do agente regatão para o entendimento do contexto estrutural onde se realizam os processos de tomada de decisão do agente das comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri, uma vez o comerciante regatão atua como um monopólio em situação de mercado não regulado, e dessa forma consegue utilizar mecanismos que lhe permitem expropriar a renda do produtor extrativista aumentando sua margem de lucro até o limite que sua posição de comerciante intermediário lhe permite.

Os pressupostos microeconômicos também orientam a análise do comportamento dos agentes diante da pressão da demanda do mercado e seu efeito sobre o estoque de recursos naturais, que são limitados. A lógica subjetiva que orienta os povos tradicionais não permite o emprego integral de todos os pressupostos microeconômicos, pois a motivação socioeconômica desses agentes diverge da motivação socioeconômica dos agentes urbanos. Entretanto, estas populações desenvolvem processos de produção e reprodução social. A escassez se faz presente na diminuição do recurso pesqueiro, na baixa liquidez monetária dos ribeirinhos, no baixo acesso das comunidades ribeirinhas da RESEX do Rio Iriri às políticas públicas as quais tem direito. A escassez monetária é uma restrição, mas não a única. Este trabalho tenta evidenciar as diversas restrições que influenciam o comportamento dos agentes em estudo.

2.3 Sobre a economia, seu campo de estudo e as relações sociais

O postulado da propensão natural do homem à barganha, à troca e à permuta defendido por Adam Smith deu origem ao conceito de Homem Econômico, um dos axiomas da teoria econômica clássica. Tal pressuposto e todo o arcabouço teórico a partir daí desenvolvido dão origem ao longo e complexo debate sobre os conceitos de racionalidade econômica, o modo de produção capitalista e as transformações provocadas por esse sistema na sociedade humana.

Em refutação a esse pressuposto diz Polanyi (2000, p. 63): “*Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro*”. O referido autor assegura que fora preciso um “moinho satânico” (a economia de

mercado) para “triturar” todo o tecido social e sacudir a raça humana tanto em suas atividades econômicas como em suas aspirações políticas, intelectuais e espirituais para que surgisse essa propensão em particular.

Ainda em sua crítica sobre tal predisposição humana, Polanyi (2000) esclarece que tanto a motivação ao ganho quanto à expectativa de remuneração pelo trabalho não são naturais ao homem, uma vez que nem o desejo de obtenção do lucro nem o pagamento como estímulo ao trabalho foram impulsos encontrados em qualquer sociedade primitiva. Não obstante, a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social são os incentivos habituais do trabalho.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2000, p. 62).

No que diz respeito à divisão do trabalho, o autor ressalta que esta é tão antiga quanto à sociedade e tem origem em fatores como diferenças de gênero, geografia e capacidade individual. O erro axiomático de Smith induziu seus seguidores a ignorar as civilizações primitivas em decorrência da constatação da inadequação do homem primitivo à psicologia capitalista. Assim, o homem primitivo foi rotulado como “não civilizado” e o interesse por sua cultura abandonado. Polanyi (2000) explica que a história e a etnografia comprovam que existiram várias espécies de economia, inclusive com a presença do mercado como instituição, mas que o ganho e o lucro nunca antes foram tão importantes para uma sociedade e que uma economia autorregulada por mercados surge apenas na sociedade pós-revolução industrial.

Desse modo, um sistema de mercado autorregulado inverte as relações entre a sociedade e o mercado, transformando-a num acessório deste, ao inserir as relações sociais no sistema econômico. Para que tal cenário ocorra, é necessário que a sociedade passe anteriormente por um processo de modelagem que submeta o seu funcionamento às leis do sistema de mercado, que pressupõe que todas as

rendas sejam provenientes da venda de uma mercadoria, quer seja a terra, o capital ou o trabalho, e que somente seus preços (aluguel, juros e salário) de mercado regulem a economia (POLANYI, 2000). A atuação indispensável do dinheiro como símbolo do poder de compra de seus detentores é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista ao mesmo tempo em que impõe a qualquer indivíduo que viva nesse tipo de sociedade a garantir a sua sobrevivência através do acesso ou da posse do mesmo, ou seja, através da renda, que deve ser proveniente da venda de algum tipo de mercadoria.

A lógica capitalista considera “mercadoria” qualquer produto que se destine a satisfação das necessidades humanas de qualquer espécie, seja como meio de subsistência, consumo ou como meio de produção. Sobre a definição empírica de uma mercadoria, Polanyi (2000, p. 94) observa:

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.

Outro ponto de dissidência nas ciências sociais diz respeito à economia e seu campo de abrangência. Muitas análises econômicas são desenvolvidas à margem das relações sociais da sociedade estudada. Fala-se em sistema econômico e em mercado como algo extraterreno e alheio aos seres humanos que os criam, desenvolvem, legitimam e sofrem suas externalidades.

Por trás do tão discutido mercado, existem seres humanos dotados de história, que interagem entre si, influenciam e sofrem influências da estrutura social

em que se inserem. Desse modo, a análise socioeconômica de determinada sociedade ou população não pode ser dissociada do conhecimento da história do campo de estudo, da análise das relações sociais que nele se desenvolvem, da práxis e da lógica subjetiva desses agentes. Tal visão diverge da corrente marginalista da economia, segundo a qual a economia é a ciência cujo objeto de estudo é o comportamento humano em termos de escolha de estratégias racionais para alocação dos escassos meios para atingir os fins. Uma alternativa a este tipo de abordagem que pressupõe um racionalismo teleológico é a utilização da Antropologia Econômica de Karl Polanyi e Maurice Godelier.

Para os substantivistas como Karl Polanyi, o estudo econômico é a análise das formas e estruturas sociais de produção, distribuição e circulação dos bens materiais que caracterizam esta sociedade em um determinado momento da sua existência (GODELIER, 1976). Segundo Polanyi (2000), o significado substantivo de “econômico” alude à dependência da subsistência humana em relação a seus semelhantes e à natureza. Diz respeito ao intercâmbio com o meio ambiente natural e social, conforme esta permuta resulta na sua necessária satisfação material. Embora concorde com as críticas de Polanyi ao pensamento econômico marginalista, Maurice Godelier (1976) considera sua concepção insuficiente para explicar a abrangência do campo de estudo econômico.

Segundo sua visão, embora a análise do comportamento dos indivíduos e grupos sociais durante suas ações e processos de escolhas constitua um dos objetivos da ciência econômica, este não sintetiza todo o seu domínio como pressupõem os teóricos marginalistas. Esta visão omite as particularidades implícitas dos sistemas econômicos e sociais, ou seja, as peculiaridades não intencionadas e invisíveis que, em última instância, determinam a lógica profunda e a evolução de tais sistemas.

A exclusão das relações sociais e da história nas análises econômicas reveste a ciência econômica da mitologia do *homo economicus* e reproduz a visão burguesa da sociedade, legitimando o discurso da racionalidade maximizadora do interesse individual ou de grupos sociais em competição na sociedade, reduzindo-a a um mercado de valores e bem estar (GODELIER, 1976).

Por outro lado, ao classificar a economia em três tipos (mecanismos de reciprocidade, redistribuição e economias integradas), Polanyi utiliza os conceitos de Marx de maneira inacabada, pois sua classificação se limita aos aspectos visíveis do

funcionamento dos distintos sistemas econômicos e sociais, através de categorias superficiais e confusas (GODELIER, 1976). Em um processo de produção estão contidos vários processos de trabalho, entendidos como relações dos homens entre si dentro de suas relações materiais com um meio ambiente determinado, combinado a uma tecnologia determinada.

Entretanto, as relações entre produtores e não produtores na apropriação e controle dos meios de produção e dos produtos resultantes do trabalho do ribeirinho (produtos da caça, da pesca, da agricultura e do artesanato), podem se apresentar sob a forma de relações de parentesco ou de subordinação política ou religiosa, e a reprodução destas relações de produção passará então pela reprodução destas relações de parentesco ou de subordinação política ou ideológica (GODELIER, 1976).

Para compreender a lógica real de um sistema econômico, a análise deve seguir o princípio metodológico de começar pela produção e não pela circulação dos bens. Também não deve equivocarse com a aparência dos fatos visíveis nem se confundir com as representações espontâneas inerentes aos agentes econômicos do sistema mediante sua atividade de reprodução. A análise dos diversos modos de produção e circulação de bens deve se pautar na investigação e descoberta daquilo que está além da lógica aparente e visível, atingir a lógica implícita e invisível. Deve investigar e descobrir as condições estruturais e históricas da sua aparição, reprodução e desaparecimento na história (GODELIER, 1976).

Segundo esse autor, uma teoria científica sobre uma sociedade e sua história deve buscar evidenciar as relações estruturais de correspondência e casualidade entre as camadas e esferas que compõem uma sociedade concreta, sem, entretanto, negar a relativa autonomia e inflexibilidade dessas esferas. Quando não, a economia política se transforma em um domínio teórico fetichista, sob o pressuposto de que as relações econômicas possam ser limitadas a análise do que são ou aparentam ser nas relações econômicas. Partindo desse ponto de vista, esta pesquisa buscou explicitar as relações estruturais a partir da análise do processo de produção e das relações não aparentes e suas causalidades, a partir de uma investigação história do campo de estudo e dos agentes que nele atuam.

2.4 Bourdieu e o Campo em conflito

O Campo social para Bourdieu é um universo relacional conflituoso relativamente autônomo e dotado de leis próprias onde ocorrem disputas entre os agentes pelo poder simbólico. É também o espaço onde ocorre a passagem do microcosmo para o macrocosmo. O estudo do campo e o entendimento da sua autonomia (capacidade de refratar as pressões externas) requerem a percepção das relações de cada agente, sua obra passada ou presente, sua posição relativa naquele campo para entender o seu discurso. As estratégias de cada agente estão ligadas à sua posição relativa e ao seu volume de capital, que consiste no seu peso expresso em poder.

Os campos funcionam através de agentes e instituições com posições marcadas, organizados em redes de interesses produzindo discursos com a pretensão de legitimação. Para entender o papel de cada ator no campo é preciso investigar a intenção objetiva submersa na intenção declarada, o querer-dizer que é denunciado no que ele declara (BOURDIEU, 2003; 1989).

A utilização desse conceito neste trabalho demanda a interpretação da economia ambiental como campo de estudo e a Reserva Extrativista do Rio Iriri como recorte empírico desse campo. Cada vez que a categoria Campo for utilizada nesse trabalho, estará se referindo a esta localidade, entendida como universo geográfico relacional permeado pelo conflito, onde o discurso de cada agente está ligado a sua posição relativa o campo. As estratégias desses agentes estarão de acordo com o volume de capital (financeiro, social, intelectual, simbólico) acumulado ao longo de sua trajetória no campo.

Esse universo é dotado de sentido e de uma história acumulada que juntamente com o *habitus* (história incorporada pelos agentes) explicam as práticas sociais dentro desse campo. Em vista disso, esse trabalho utiliza as categorias agentes ou atores ao invés de “indivíduo” para referenciar o ser praticante da ação. A posição do agente no campo é determinada pelo volume acumulado das diferentes formas do capital: capital econômico, capital cultural (tecnológico, jurídico, organizacional), capital simbólico (transmutação das outras formas de capital, camuflando as relações de forças para torná-las irreconhecíveis, se traduz em prestígio, reputação, fama), capital social (construído através da rede de relações forjadas pelo indivíduo ao longo da sua trajetória no campo e que pode lhe conferir

vantagem competitiva) (BOURDIEU, 2003). A posse das diversas formas de capital é particular e individual, promovendo a acumulação desigual e funcionando como vantagens num jogo. São recursos que estabelecem as probabilidades de ganho num determinado campo, sendo que cada campo possui sua espécie de capital particular.

As diferentes formas de capital podem se transformar em poder simbólico. O poder simbólico é uma espécie de poder dissimulado consubstanciado na capacidade de manipulação da visão de mundo através das palavras, transformando as práticas sociais, modificando as ações. Só pode ser exercido se for assentido e ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1989). Isto pressupõe a existência de uma relação de dominação e submissão, portanto, entendemos que no campo estudado existe uma relação de dominação a ser explicitada através da identificação do aparato que oculta à violência simbólica.

Os conceitos de *habitus* e campo são interligados e complementares. *Habitus* é um sistema de valores construído socialmente e incorporado no universo cultural, composto por disposições estruturadas e estruturantes que foram assimiladas ao longo do tempo dando origem às práticas individuais, de tal forma que toda ação tem a ver com o *habitus*. São estruturas mentais, um sentido de jogo ao qual o agente recorre para se orientar sem a necessidade de raciocínio, uma maneira de ser, um estado habitual, tendência ou predisposição a agir de determinada maneira (BOURDIEU, 1983; 2004).

O comportamento dos agentes não pode ser universalizado devido às experiências vividas que são a matriz estruturante das percepções, apreciações e ações dos agentes. O *habitus* é ao mesmo tempo esquema de produção de práticas e um sistema de percepção, apreciação e delimitação das práticas. As ações têm um sentido que está relacionado à determinada estrutura, diz respeito à forma como o indivíduo está preso à estrutura. Grande parte das condutas cotidianas é guiada pelos esquemas práticos informacionais que impõem ordem na ação e permitem a cada agente distinguir coisas que outros confundem, de forma a operar julgamentos de análise e percepção que estão quase sempre implícitos, mas cuja operação é eficiente até certo ponto, pois o *habitus* está intimamente ligado ao fluído e o vago (ORTIZ; PARPET; ARBOLEYA, 2013; BOURDIEU, 2004).

A codificação introduz uma objetivação e a possibilidade de um controle lógico e coerente de formalização, a instalação de uma normatividade explícita das

práticas que se inscreve no uso da escrita. A codificação possibilita um consenso controlado, torna as coisas mais claras e comunicáveis, minimiza o equívoco, o fluído e o vago nas interações, estabelecendo fronteiras bem definidas e assegurando uma calculabilidade e previsibilidade para além das variações individuais e das flutuações temporais (BOURDIEU, 2004). Podemos entender as regras de uso dos recursos estabelecidas no Plano de Manejo da Reserva como um exemplo dessa codificação.

A categoria “agente” se refere a todos os indivíduos ou instituições que atuam no campo. Entende-se que sua posição no campo social é determinada pelo volume de capital. Para Pierre Bourdieu, o discurso de cada agente varia de acordo com a sua posição no campo social. O conflito entre os agentes decorre da necessidade de defesa das posições ocupadas por cada agente no campo. Assim, para entender os diferentes discursos existentes no campo é preciso localizar a posição de cada ator social no campo estudado. À vista disso, o entendimento do fenômeno estudado impõe a evidenciação dos detalhes não aparentes nas relações sociais, assim como a posição e o papel de cada ator nas relações de poder que se desenvolvem no campo.

Segundo esta abordagem, os sistemas das relações objetivas não devem ser os únicos a serem analisados, devido à existência de uma relação dialética entre as estruturas e as disposições estruturadas, que Bourdieu categoriza como *habitus*. A relação é dialética porque existe uma interiorização da externalidade ao mesmo tempo em que a interiorização se externaliza, ou seja, ao mesmo tempo em que é estruturada, é estruturante. O *habitus* é gerador de estratégia, elemento que encadeia as ações, percepções e apreciação de experiências posteriores. Significa dizer que a análise de uma experiência futura se dará através da apreciação das experiências passadas.

O *habitus* é produto da história, produz inculcação e apreciação, é dinâmico, sujeito a modificações, o oposto de algo engessado ou imutável. A sociedade é formada pelas estruturas e as ações dos agentes, de modo que as ações se baseiam nessas estruturas. A estrutura é importante, mas, no entanto, ao nível de independência e autonomia na formação do agente como pessoa, há uma dimensão subjetiva incorporada e reelaborada por cada um. Essa capacidade de transformação forma o mundo subjetivo de construção do sujeito e se manifesta nas práticas sociais. Dessa forma, o raciocínio metodológico aqui desenvolvido permite a

análise das estratégias do regatão e das tomadas de decisão dos ribeirinhos segundo o conceito de *habitus*.

2.5 Ensaio interpretativo da realidade sociocultural das comunidades tradicionais amazônicas

Interpretar a realidade sociocultural de uma comunidade tradicional amazônica sem misturar a lógica subjetiva que move o ator que faz parte desse tipo de sociedade com a lógica econômica da sociedade capitalista urbana na qual nós como pesquisadores estamos inseridos é um desafio bastante significativo. Esse tipo de motivação justifica a adoção da abordagem teórica proposta pelo antropólogo e linguista Jürg Ulrich Gasché Suess, há 40 anos pesquisando a sociedade amazônica e se propõe a demonstrar que as condutas sociais das comunidades tradicionais são uma forma positiva de resistência ao modelo social capitalista neoliberal. Suess explica que seu marco teórico-interpretativo oriunda da necessidade de explicação de fatos reais observáveis que não são abarcados pelas teorias vigentes (SUESS; MENDOZA, 2011).

Suess; Mendoza (2011) categoriza como “Sociedade *Bosquesina*” a sociedade rural amazônica formada pelos povos indígenas, comunidades mestiças, ribeirinhas e caboclas (comunidades tradicionais em geral), dotadas de características e qualidades genéricas comuns que lhes são peculiares e cujas características étnicas tradicionais mutáveis em cada localidade, são nuances desse tipo de sociedade cuja lógica subjetiva se distingue da lógica subjetiva da sociedade capitalista urbana.

Em seu livro *Sociedad Bosquesina*, Suess e Mendoza (2011) dedicam-se a esclarecer as práxis sociológicas *bosquesinas*, descrevendo suas características socioculturais, sua relação particular com o meio natural e sua racionalidade econômica. Abordam a sociedade *bosquesina* como um universo estruturado e estruturante de relações e valores sociais no qual o ator interage e constrói as motivações para a sua atuação diária (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011).

O ator *bosquesino* habita a zona rural da selva amazônica sobrevivendo da floresta e de suas águas, de onde retira a maior parte dos seus recursos proteicos e vitamínicos. É caçador, pescador, coletor de matérias primas vegetais e minerais, de frutos silvestres, sementes, mel, insetos e animais aquáticos. Pratica o cultivo de

corte e queima, utiliza os produtos cultivados ou coletados como matéria prima para confecção do seu artesanato. A constituição de suas casas, sua culinária, seu alimento, festas e rituais figuram a expressão dos seus valores sociais, suas práticas cotidianas compõem o saber fazer *bosquesino* (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011). Particularidades comuns atribuídas pelos autores às sociedades *bosquesinas* podem ser observadas entre as comunidades ribeirinhas das unidades de conservação da Terra do Meio:

a) Agrupamento através de laços de parentesco consanguíneos e de alianças construídas através de alianças matrimoniais, por compadrio, amizade e vizinhança. Estes laços vão além da comunidade e estabelecem relações com outras comunidades ou com a cidade. Em se tratando das comunidades da Reserva Extrativista do Rio Iriri, esta é formada por pequenos agrupamentos familiares (duas a cinco famílias) que se distribuem ao longo do rio, com nomes que identificam cada localidade (ICMBio, 2010);

b) Sua estrutura em uma unidade de co-residência não implica necessariamente em unidade laboral produtiva, nem em consenso nem em harmonia. Longe disso, o campo é conflituoso, com tensões latentes no seio da maioria das comunidades. A latência do conflito fica evidente na área de estudo através da competição entre as localidades, que impede a visão de que fazem parte da mesma Unidade de Conservação;

c) Podem ser distinguidos no seio das comunidades, “grupos de solidariedade”, pessoas que compartilham entre si recursos alimentícios, cooperam em atividades laborais, celebram juntos. Podem ser distinguidos segundo o propósito, em grupos de solidariedade laboral, solidariedade distributiva e solidariedade cerimonial. Os grupos de solidariedade distributiva são mais restritos que os demais. A reciprocidade pode ser observada tanto no aspecto distributivo especialmente de gêneros alimentícios entre os grupos de solidariedade, quanto no aspecto da solidariedade laboral no momento de construção/cobertura de uma moradia ou da improvisação de um local que deve funcionar como uma escola que seja do interesse daquela localidade específica;

d) A solidariedade distributiva funciona como uma espécie de “seguro social”, pois, garante a cada pessoa a segurança alimentícia e material em situação de escassez, bem como o prazer de compartilhar e consumir juntos em momentos de abundância, o que confere prestígio social àquele que convida. Essa característica é facilmente observada nas localidades, principalmente no diz respeito à repartição da caça dentro de cada grupo restrito que integra o laço consanguíneo, de compadrio ou amizade. Os grupos de solidariedade laboral não são incompatíveis com a produção para o mercado. Um exemplo nesse sentido é a existência da mini-usina de óleo de coco babaçu na Reserva do Rio Iriri;

e) Inexistência de solidariedade entre os produtores, que permitiria aos comunitários de uma mesma comunidade atuarem coletivamente no mercado para conseguir maiores vantagens comerciais. Essa é uma peculiaridade constatada entre os pescadores ribeirinhos, uma vez que o problema ligado ao escoamento da produção e a necessidade de agregação de valor ao pescado é comum a todos os comunitários, embora a ideia de associativismo e cooperativismo não seja sequer cogitada e costuma ser rechaçada quando apresentada durante as entrevistas.

Embora não utilize explicitamente a categoria Capital Social de Bourdieu, os autores discutem a importância das *redes de relações sociais* para o *bosquesino*, tanto internamente quanto a nível externo, com comunidades vizinhas, com as cidades mais próximas e até mesmo com cidades localizadas em outros estados. Esta *rede* funciona como uma espécie de vantagem social, econômica, cultural e política à disposição do *bosquesino* como alternativa e perspectiva de vida, como por exemplo, viagem, visita, ajuda, trabalho, acesso ao mercado ou à educação (SUESS; MENDOZA, 2011).

Esta particularidade pôde ser constatada no cotidiano das comunidades ribeirinhas das UCs do Médio Xingu que, devido à longa distância da cidade, precisam recorrer a essa rede de relações tanto para o acesso a produtos vendidos na cidade quanto para a estadia durante a resolução de assuntos diversos. Durante as pesquisas de campo, foi possível presenciar como grupos de mulheres se articulam via radioamador para combinar a ida para a cidade de Altamira para realizarem o saque do recurso do Bolsa Família, aproveitando a “carona” de pilotos de voadeiras em trânsito na reserva.

Os autores destacam que entre os *bosquesinos* e os recursos naturais existem relações sociais pautadas em valores que induzem a determinadas condutas de respeito e reciprocidade e autolimitação. Os seres humanos e os seres da natureza para o *bosquesino* formam conjuntamente sua sociedade, a qual os autores denominam de “*sócio natureza*”. Eles explicam que, para o *bosquesino*, a natureza não se resume à matéria, contém traços pessoais com os quais necessitam conviver e intercambiar. Por essa razão, costumam dizer que, assim como as roças, os piques de castanhas, o objetos têm dono, certos recursos naturais ou biótopos, também os têm, o que significa que fazer uso de um recurso que tem dono simboliza “dever” algo a seu dono e por isso se deve pedir permissão (SUESS; MENDOZA, 2011).

Essa visão de que os recursos naturais possuem um dono ou protetor funciona como um fator que ajuda a regular o uso dos recursos. Um exemplo entre os ribeirinhos das UCs do Médio Xingu é a crença na existência de um ser encantado da floresta, que costuma atacar caçadores que se excedem no gosto pela caçada, saindo para caçar no mesmo local frequentemente. De forma que ouvimos o relato desconfortável de um jovem, morador da Reserva Extrativista do Rio Xingu, que incitado pelos amigos que conhecia sua história, nos relatou como diz ter sido atacado por este ser:

Eu não gosto de falar disso, acho que eu estava viciado em caçar por lá, porque lá era bom de caça, eu tava matando bicho direto lá. Nesse dia eu tinha ido pra ficar na espera, foi tudo rápido demais, eu só recebi um “tapão”, quando vi, tava um cara enorme na minha frente, ele é muito grande, mas, parece com uma pessoa de verdade, eu mirei a espingarda pra atirar nele, ele tomou a minha espingarda, bateu no chão e quebrou, aí eu sai doido correndo na mata, me arranhei todo, nunca mais voltei lá pra caçar.

Em sintonia com a noção de poder simbólico de Bourdieu, Suess; Mendoza (2011) explicam como os incentivos ao desenvolvimento econômico da sociedade bosquesina funcionam como uma espécie de violência simbólica. Os autores esclarecem que a noção de “incentivo” origina-se nos meios administrativos urbanos de planejamento ambiental e equivale a qualquer meio econômico, político, social ou cultural que provoque alteração no comportamento esperado do ator para o qual se dirige.

Assim sendo, em geral os incentivos estão pautados na “racionalidade” e na lógica ecológica dos planejadores ambientais urbanos, expressada e justificada em termos científicos. Tal linguagem cria uma correlação intelectual específica para a natureza segundo a visão de mundo sociocultural capitalista neoliberal e predominantemente urbana. Essa linguagem e sua assimilação diferem da interpretação do significado da natureza para o bosquesino (SUESS; MENDOZA, 2011).

A essa relação conflituosa entre a sociedade capitalista urbana e a sociedade bosquesina no campo ambiental Suess; Mendoza (2011) descrevem como uma relação de dominação e submissão:

Los incentivos, desde luego, son un instrumento que emana de la sociedad envolvente y, desde luego, son la señal de una voluntad exterior que quiere ejercerse sobre la manera de actuar de los bosquesinos. Esta relación activa – “incentivar a los bosquesinos” –, a su vez, es parte del conjunto de las relaciones sociales, políticas, económicas y culturales que vinculan la sociedad envolvente, “nacional”, urbana a la sociedad bosquesina. El conjunto de las relaciones o la relación genérica entre ambas sociedades se deja caracterizar con los términos de dominación/“sumisión”, que se refieren a la desigualdad socio-cultural (p. ej.: dificultad de acceso a la justicia, desprecio o folklorización de la cultura popular y del conocimiento ancestral amazónico), la desventaja económica (en un mercado que privilegia a los intermediarios) y la impotencia política (p. ej. dificultad de obtener el reconocimiento de organizaciones representativas, de hacer aplicar las leyes que están en su favor y de acceder a cargos políticos). En el contexto de esta relación genérica de dominación/sumisión, los incentivos, que son concebidos e implementados por el estrato social dominante, toman forzosamente una connotación manipuladora: el que domina ejerce a través de los incentivos su poder sobre el dominado. En este sentido, los incentivos son a priori un componente de las fuerzas de dominación. (SUESS; MENDOZA, 2011, p.13).

Isto posto, podemos interpretar o fracasso desses inúmeros projetos de “incentivo” como uma espécie de refração da sociedade bosquesina às imposições externas. Suess e Mendoza (2011) explicam que quando uma comunidade aceita uma proposta de inovação técnica compreendendo apenas o sentido léxico das palavras vê apenas o instrumento, mas não seu manejo, não existindo qualquer garantia de que tal proposta seja aceita em seu sentido prático. Quando isto ocorre, ao descobrirem mais tarde, quando tentam integrar a inovação técnica ao ritmo de vida das atividades cotidianas, o projeto é abandonado.

Os projetos de desenvolvimento econômico vendem a ideia de inserção no mercado como sinônimo de satisfação das necessidades humanas através do consumo de bens e serviços, como se todas as necessidades dos comunitários e dos seres humanos em geral se resumissem a bens materiais adquiridos no mercado (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011). Segundo essa lógica, o homem possui necessidades ilimitadas e trabalha para ganhar dinheiro e satisfazê-las através do consumo. A situação de “pobreza” dos comunitários seria um impedimento para a satisfação dessas necessidades, o que justifica os projetos que visam aumentar a produção e o ingresso monetário para o aumento do consumo. Esse tipo de visão ignora o efeito do aumento da produção e do consumo sobre a extração dos recursos naturais.

Para Suess; Mendoza (2011) a economia de mercado ignora propositalmente a diferença entre desejos e necessidades, uma vez que o marketing empresarial cria cada vez mais produtos consumíveis que devem ser desejados através da manipulação psicológica do consumidor. Tais produtos são criados não só para a satisfação das necessidades básicas, mas principalmente para o consumo conspícuo. No tocante a esse aspecto, os autores desenvolvem uma discussão sobre necessidades e desejos, alegando que as necessidades atribuídas aos *bosquesinos*, se tratam de “necessidades relativas”, pois são elencadas tomando como referencial o padrão de vida da sociedade urbana:

De hecho, la “pobreza” de la población bosquesina se suele argumentar con “necesidades” no satisfechas. La no satisfacción de necesidades se diagnostica entonces tomando como medida referencial el estándar de vida urbano. Por consiguiente, la vida bosquesina aparece como una vida carente de una serie de elementos que satisfacen necesidades diarias en la vida urbana: desagüe, agua corriente, electricidad, pistas carrozables, disponibilidad de fármacos industriales y servicios médicos, nivel de ingreso, alimentos, etc. De esta manera se formula una apreciación objetiva por medio de la comparación, pero ésta no toma en cuenta la apreciación subjetiva del actor bosquesino [...]Tomar la palabra “necesidad” en un sentido relativo tiene como consecuencia que se acepte que el bosquesino satisface sus necesidades y no es un ser a prioricarente y “pobre” [...]asumimos que el bosquesino — a su manera — satisface sus necesidades, y, por consecuencia, lo que no satisface, no son sus necesidades. (SUESS; MENDOZA, 2011, p.44)

Embora concordando com a lógica econômica do ribeirinho se difere da lógica econômica do agente urbano, este trabalho discorda da afirmação dos autores de

que serviços como água encanada, eletricidade, medicamentos industrializados, serviços médicos, alimentos e estradas transitáveis são necessidades exclusivas do agente urbano. Acreditar que os povos da floresta não precisam ou não deveriam precisar de tais serviços é concordar com a visão preconceituosa de que essas pessoas devem permanecer “primitivas” enquanto o resto da sociedade desfruta das comodidades da vida moderna. Ademais, apesar do vasto conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, esses medicamentos não são eficazes para todos os tipos de doenças que as populações tradicionais enfrentam e nem substituem a necessidade de serviços médicos. Além disso, a ausência de energia elétrica inviabiliza a manutenção de vacinas e soro antiofídico na reserva, o que pode levar à morte por falta de socorro.

Na RESEX do Rio Iriri em grande parte das localidades não há banheiros, as famílias demarcam locais específicos com trilhas de acesso, muitas casas possuem a chamada “fossa negra”, que consiste em um buraco no chão, com uma pequena casinha construída de palha de babaçu ou de tábuas, geralmente com a entrada fechada com plástico. Em quase todas as casas o banho e as escovações são realizadas na beira do rio. São instaladas pranchas de madeira nos portos das casas onde são lavadas as louças, as roupas, o peixe e as caças são limpos. A água que é utilizada no consumo geralmente é coletada no meio do rio, longe dos portos.

A análise de Segurança Alimentar e Nutricional leva em consideração o acesso a serviços de educação, saúde e saneamento básico, pois hábitos alimentares anti-higiênicos comprometem a saúde das pessoas. Além disso, essas famílias estabelecem contato com os moradores das cidades e obviamente conhecem as comodidades da vida moderna e naturalmente passam a desejar comodidades como água caindo de uma torneira. Não se trata de transferir para a floresta o modelo de consumo destruidor vigente na cidade, mas de ter em mente que não parece supérfluo ou excessivamente capitalista desejar um sistema de esgotos, banheiro, água encanada e serviços de saúde.

As culturas tradicionais não são imutáveis ou estáticas, e sofrem mudança tanto por fatores endógenos quanto exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridos em um modo de produção mercantil. A absorção de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente transformação radical de padrões culturais básicos, uma vez que

toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos sem entrar em extinção (DIEGUES, 2000).

Para esses autores, o sistema de ensino aliena o bosquesino disseminando a ideologia capitalista e o preconceito contra os valores culturais bosquesinos. Entretanto, ao mesmo tempo em que os autores discutem a influência crescente da cidade sobre as comunidades tradicionais, Suess e Mendoza (2011) ressaltam que são duas sociedades diferentes, movidas por lógicas subjetivas distintas. Esta diferença é a essência das proposições teóricas propostas por estes autores.

2.6 Segurança Alimentar

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis, é o conceito que define segurança alimentar no Brasil. Este conceito vincula a SAN ao acesso a políticas públicas, e foi estabelecido através da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) em 2006 (SOFI, 2014).

Essa noção de SAN segue as recomendações do *Committee on World Food Security* (Comitê de Segurança Alimentar Mundial - CFS), segundo a qual, esta noção é a que melhor reflete as relações conceituais entre segurança alimentar e segurança nutricional, ao mesmo tempo em que reflete um único objetivo integrado para orientação eficaz da política e da ação pragmática. Para a CFS, a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos seguros e nutritivos suficientes que atenda às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 2015).

Atualmente, se considera situação de fome ou de insuficiência nutritiva a falta de quaisquer dos quarenta ou mais elementos nutritivos indispensáveis à manutenção da saúde e que pode levar o indivíduo à morte prematura. Essa espécie de fome silenciosa é um fenômeno coletivo que atinge grandes massas humanas e se difere da fome total que se restringe a áreas de extrema miséria, ela se tornou frequente e grave em suas consequências ocultas na ocorrência de diversas

doenças que acometem grupos e populações inteiras e que são ocasionadas pela falta permanente de determinados elementos nutritivos em seus regimes alimentares habituais, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, J., 1984).

Belik (2003) esclarece que a subnutrição resulta do consumo contínuo de uma dieta insuficiente para o fornecimento de energia ou nutrientes correspondentes ao gasto calórico de cada indivíduo. Portanto, mesmo um indivíduo considerado obeso pode apresentar algum tipo de carência nutricional. Para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), segurança alimentar diz respeito ao acesso material, e socioeconomicamente seguro a alimentação, e deve preencher as necessidades nutricionais. Segurança nutricional inclui o acesso a serviços básicos como saúde, saneamento básico, água tratada e práticas alimentares que garantam o consumo adequado de micro e macro nutrientes (SOFI, 2014).

A definição do que é SAN faz parte da estratégia de identificação das causas, componentes e dimensões do problema da fome. A maioria dos problemas de insegurança alimentar e da fome, estão vinculados às falhas de mercado que favorecem a concentração de renda e a desigualdade, principalmente em contextos nos quais opera sem regulação. Esse reconhecimento possibilita a criação de indicadores que ajudam a revelar o problema, suas dimensões e consequências, assim como a proposição de programas e ações para sua mitigação (SOFI, 2014).

Nesse sentido, a preocupação com aspectos ligados ao processo de produção alimentar decorrentes da necessidade de acesso e continuidade de abastecimento interliga a segurança alimentar às questões ambientais e conseqüentemente à busca pela sustentabilidade, uma vez que estão contidos na problemática os campos social, econômico e ambiental (BELIK, 2003; POLLAN, 2008; VENDRAMINI; OLIVEIRA; CAMPI, 2012).

A FAO divulga anualmente uma avaliação sobre o Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional (representado pela sigla em inglês SOFI), em vários países como é o caso do Brasil, numa forma de acompanhar os progressos das nações na luta pela erradicação da fome e da extrema pobreza. A mais recente publicação da SOFI estima que 805 milhões de pessoas não consomem quantidades diárias de alimentos suficientes para levar uma vida ativa e saudável, ou seja, vivem em situação de fome (SOFI, 2014).

Em se tratando do Brasil, o relatório SOFI indica que o país conseguiu reduzir de forma significativa à fome, a desnutrição e a subalimentação nos últimos anos. Desde 2003, o tema assumiu visibilidade no intuito de nortear políticas públicas de proteção social e fomento a produção agrícolas, direcionadas ao combate à fome no país. A partir do reconhecimento do papel fundamental da renda para o nível de SAN, foi lançada a Estratégia Fome Zero, e recriado o CONSEA. Em 2010, o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) foi incorporado à Constituição Federal, e a política de SAN foi institucionalizada incorporando mais de quarenta programas e ações ao Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SOFI, 2014). Entre esses programas e ações podem ser citados o programa de transferência condicionada de renda Bolsa Família, o Plano Brasil Sem Miséria, com a meta de eliminar a pobreza extrema no Brasil, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a garantia de preços mínimos, o apoio específico às mulheres rurais.

O SISAN determina que o monitoramento da SAN no Brasil seja avaliado sob sete dimensões: (i) produção de alimentos; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) renda e condições de vida; (iv) à alimentação adequada e saudável, incluindo água; (v) saúde, nutrição e acesso a serviços relacionados; (vi) educação; e (vii) programas e ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional. Determina, ainda, que o sistema de monitoramento e avaliação deverá identificar os grupos populacionais mais vulneráveis à violação do direito humano à alimentação adequada, consolidando dados sobre desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero (BRASIL, 2010).

A renda e o preço dos alimentos são fatores de risco para a SAN. São indicadores fundamentais para uma análise de uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Outro aspecto importante é a delimitação da esfera da análise (global, nacional, regional, local, domiciliar e ou individual). A segurança alimentar e nutricional de um domicílio está inter-relacionada com um conjunto de fatores determinantes oriundos do contexto global, nacional, regional e local no qual se insere (SOFI, 2014).

Os fatores globais e nacionais incluem: sistema político-econômico, modelo de desenvolvimento, políticas agrícolas e ambientais, mudanças climáticas e sustentabilidade, produção de alimentos e apoio a segurança alimentar, políticas, sociais e assistenciais. Entre os fatores regionais e locais podem ser citados:

produção, disponibilidade e preços de alimentos saudáveis, estabilidade política, preconceitos e desigualdades étnico raciais, serviços de saúde e educação, custo das necessidades básicas, cultura alimentar e meios de vida, salários, rede socioassistencial, saneamento básico e vigilância sanitária. Os fatores sociais englobam: perfil demográfico dos moradores, saúde, conhecimento e hábitos alimentares, renda e estabilidade financeira, emprego e tempo disponível da mãe para preparar as refeições, participação em programa social, rede social (SOFI, 2014).

Isto posto, a análise da SAN das unidades familiares das comunidades ribeirinhas do Médio Xingu não poderia ser dissociada das determinantes da estrutura na qual a área de estudo está localizada. É importante destacar que apesar do acesso ao alimento por essas famílias se dar através do regatão que o condiciona; existe um agregado de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais vinculados às esferas global, nacional, regional e local que influenciam e de certa forma determina o consumo alimentar dessas famílias. À vista disso, este trabalho destaca essa inter-relação com as diversas esferas e o impacto desses fatores sobre o consumo alimentar das famílias, assim como, os instrumentos, programas e ações já existentes que poderiam resolver o problema de acesso dessas famílias a alimentação, mas que não lhes alcançam.

2.7 A Cesta Básica Nacional

A Cesta Básica Nacional ou Ração Essencial Mínima foi legalmente definida pelo Decreto Lei nº 399, de 1938, durante o governo Getúlio Vargas, com o objetivo de lastrear o cálculo do Salário Mínimo. A quantidade de itens que compõe a cesta básica varia de acordo com a região do país e leva em consideração o estilo de vida local, padrão de consumo e disponibilidade de alimentos (DIEESE, 1993).

Atualmente, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), coleta os preços da Cesta Básica Nacional em dezoito capitais do país, através do acompanhamento mensal da evolução dos preços de treze produtos alimentares, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. Outro dado coletado pela pesquisa é o cálculo de quantas horas de trabalho remuneradas através do salário mínimo são necessárias para que o trabalhador possa comprar esses itens (DIEESE, 1993).

A Ração Mínima Nacional foi estipulada pelas Comissões de Salário Mínimo, existentes antes da criação da Lei nº 399. Através de estudos censitários junto às empresas das várias regiões, estabeleceram valores mínimos a serem pagos aos trabalhadores. Foram apresentadas para cada região, listas e quantidades balanceadas de alimentos contendo proteínas, ferro, cálcio e fósforo que seriam suficientes para promover o sustento e o bem-estar de um trabalhador em idade adulta. Conseqüentemente, o salário mínimo é calculado com base no custo mensal que o trabalhador deve ter com a aquisição da Cesta Básica (DIEESE, 1993).

Em seu art. 2º o Decreto Lei nº 399 impõe o salário mínimo como a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer em determinada época e região do país, suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário e transporte. Os itens são listados na Tabela 1 que demonstra as diferenças nas quantidades estipuladas de acordo com a região do país (BRASIL, 1938).

O Art. 6º da Lei nº 399, estipula que o salário mínimo será determinado pela fórmula $S_m = a + b + c + d + e$, em que a, b, c, d e e representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários á vida de um trabalhador adulto. A parcela correspondente à alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes na tabela de provisões mínimas, e necessárias á alimentação diária do trabalhador adulto (BRASIL, 1938).

A partir de janeiro de 1959 o Dieese passou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV), no município de São Paulo, com base nos trezes produtos básicos e suas respectivas quantidades estipuladas pela lei, dessa forma, passou-se a acompanhar mensalmente o custo da Cesta Básica Nacional. A partir dos escritórios regionais do Dieese, o custo da Cesta Básica vem sendo acompanhado mensalmente nas várias capitais do país (DIEESE, 1993). A investigação sistemática da variação dos preços da cesta básica objetiva a mensuração do poder de compra de uma população ou determinado grupo de pessoas. Possibilita ao consumidor a percepção em termos numéricos da diferença entre sua renda nominal e sua renda real (deflacionada). Os índices de preços como o ICV são importantes ferramentas para a política econômica ao permitir a visualização do efetivo valor da moeda.

Tabela 1 - Provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 Kg	4,5 Kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid.	90 unid.	90 unid.	90 unid.
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: DIEESE, 1993.

a) Região 1 - Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal

b) Região 2 - Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão;

c) Região 3 – Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

d) Nacional – Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional (DIEESE, 1993).

Embora apresente falhas, o modelo é um importante instrumento de análise econômica no país, utilizado para a análise de custo de vida, avaliação do poder de compra do trabalhador e como instrumento de análise sobre segurança alimentar.

2.8 Localização da área de estudo

2.8.1 Altamira

O Município de Altamira no Sudoeste do Pará, Amazônia brasileira, onde está localizada a Reserva Extrativista do Rio Iriri (RESEX do Rio Iriri), situa-se na região da bacia do Xingu, que por sua vez envolve a bacia do seu principal afluente pela margem esquerda, o Rio Iriri. O município de Altamira faz limita-se ao Norte como município de Vitória do Xingu; ao Sul com o estado do Mato Grosso; ao Nordeste, Leste e Sudeste com os municípios de Senador José Porfírio e São Félix do Xingu; ao Noroeste, Oeste e Sudoeste com os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas, Rurópolis, Trairão, Itaituba e Novo Progresso (GESTRADO, 2010).

Criado em 1911 através da Lei 1.234, Altamira faz parte dos municípios cortados pela Rodovia Transamazônica, obra iniciada na década de 1970, tendo sido a sua pavimentação interrompida na década de 1990, e não concluída até a atualidade. As péssimas condições da rodovia tornam o município sem acesso rodoviário, pois, as estradas vicinais, ramificações da que seria a principal rodovia da região, que entram na floresta a mais de vinte quilômetros para se chegar às comunidades que seriam as agrovilas planejadas pelos governos militares no projeto de integração da Amazônia, são ainda mais precárias, deixando a população isolada da sede do município no período das chuvas mais intensas (GESTRADO, 2010).

Em longos trechos da Transamazônica, não há sinal de asfalto, meio-fio ou sinalização. A estrada é perigosa. Em trechos sem asfalto, o movimento de caminhões faz surgir uma cortina de poeira. Mesmo com o céu claro, a visibilidade para o motorista é igual a um dia com neblina. Só nos últimos cinco anos, ocorreram mais de 15 mil acidentes na BR-230. Mais de 500 pessoas morreram (G1, 03/02/2014).

O município abriga grande parte do empreendimento Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (AHE Belo Monte), que se constitui uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o estado do Pará, alvo de severas críticas e envolto em controvérsias a respeito dos benefícios gerados em relação aos grandes impactos socioambientais causados pela obra. Nos últimos anos, o município é alvo de um crescimento desordenado causado pela permanente

chegada de migrantes de outras regiões do país, atraídos pelas perspectivas de emprego nas obras que envolvem o PAC.

Segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda per capita média de Altamira cresceu 78,00% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 276,44, em 1991, para R\$ 401,93, em 2000, e para R\$ 492,05, em 2010. O crescimento anual no período equivale a uma taxa média anual de 3,08%. A taxa média anual de crescimento entre os anos de 1991 e 2000 foi de 4,25%; e entre os anos de entre 2000 e 2010, a taxa média anual foi de 2,04% (IBGE, 2010).

Contudo, o aumento da renda per capita da cidade não anula a série de problemas decorrentes da obra de construção da AHE Belo Monte. O súbito inchaço populacional em Altamira é um grave problema social e ambiental. Em 1991, viviam em Altamira 65.941 pessoas; em 2000, 77.439, saltando para 99.075 em 2010 e o IBGE estima que em 2014¹ havia 106.768 pessoas vivendo na cidade. Isto significa que entre 2000 e 2010, a população de Altamira cresceu a uma taxa média anual de 2,49%, enquanto no Brasil a taxa média foi de 1,01%, no mesmo período. A taxa de urbanização do município nesta década passou de 80,43% para 84,88% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO; IBGE, 2010).

Além disso, parte da cidade será alagada em decorrência da formação do reservatório da usina, ocasionando a desapropriação das casas de sete mil famílias que residem nas margens dos igarapés ao redor da cidade. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), embora a Norte Energia tenha solicitado o adiantamento do prazo de demolição e limpeza das habitações, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já constatou a demora no processo de reassentamento dessas famílias, colocando em risco a garantia do direito à liberdade de escolha pelas formas de indenização.

O aumento da população impacta diretamente sobre o serviço de saúde da cidade, que permanece com a mesma infraestrutura mesma de antes do início da construção a usina, em 2011, causando transtornos no serviço de atendimento médico. O Secretário de Saúde do município e o IBAMA atribuem boa parte da demanda dos hospitais ao atendimento aos trabalhadores da usina e seus agregados, estimados em 25 mil (ISA, 2014).

¹ IBGE (2014).

Além dos problemas ligados à saúde, são verificados outros impactos negativos sobre a cidade, como a subida geral de preços e o crescimento desordenado. Outra consequência negativa citada pelos moradores da cidade com a constata chegada forasteiros é a rápida e radical mudança no ritmo de vida e nos hábitos dos moradores, que passaram a conviver com o aumento da criminalidade e de usuários de drogas ilícitas, aumentando a sensação de insegurança. Ademais dos impactos sobre a cidade, a subida geral dos preços em Altamira impacta negativamente as populações rurais do município, como é o caso das famílias ribeirinhas do Médio Xingu, cujos preços dos alimentos passaram a custar ainda mais caro.

2.8.2 A Terra do Meio

A Terra do Meio é assim denominada por situar-se entre o rio Xingu e seu afluente Iriri, abrangendo ainda trechos dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu e em meio a oito Terras Indígenas. Está localizada na porção central do sul do estado do Pará, considerada uma das regiões mais importantes para a conservação da sociobiodiversidade da Amazônia. A região possui mais de 90% do seu território ainda bem conservado, apesar de sofrer com diferentes frentes de pressão antrópica como a rodovia Altamira-Itaituba (uma seção da Transamazônica) ao norte, a Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste, os avanços da fronteira agrícola e recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (CARNEIRO; PEZZUTI, 2010).

Municípios como Altamira, Uruará, Itaituba, Trairão e São Félix do Xingu, ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, exercem pressão sobre a Terra do Meio, como vetores de migração e servem de base para grupos envolvidos em diversas atividades ilícitas que vão desde saques, especulações de terras públicas e exploração ilegal de seus recursos naturais. Paisagem da Terra do Meio é caracterizada por afloramentos rochosos e cadeias de montanhas nas porções leste e sudoeste, onde se destacam as Serras do Pardo e do Estragado. Esses afloramentos emergem também ao longo do rio Xingu e afluentes, configurando várias corredeiras até suas águas alcançarem a planície Amazônica.

Em torno de 80% dos solos da Terra do Meio são quimicamente pobres e ácidos, havendo, porém, expressivas manchas de terra roxa, de alta fertilidade, nas proximidades de São Félix do Xingu (ICMBio, 2010; CARNEIRO; PEZZUTI, 2010).

2.8.3 RESEX do Rio Iriri

A Reserva Extrativista do Rio Iriri está localizada integralmente no Município de Altamira e representa aproximadamente 3% da área do município, abrangendo uma área de 398.938 (trezentos e noventa e oito mil, novecentos e trinta e oito) hectares que acompanha um trecho do percurso do Rio Iriri, fazendo divisa com a RESEX Riozinho do Anfrísio e a Terra Indígena Xipayá a oeste, com a Terra Indígena Cachoeira Seca do Rio Iriri ao norte, e com a Estação Ecológica - ESEC Terra do Meio a leste e a sul.

Criada pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2006 está interligada à rede hidrográfica da bacia do Rio Xingu, na porção norte de sua bacia em uma região que abriga uma das maiores biodiversidades do planeta, cuja presença de populações tradicionais é responsável por sua riqueza social e cultural. Com 900 km de extensão entre sua nascente na Serra do Cachimbo, localizada ao sul do município, até a margem esquerda do rio Xingu onde deságua o Rio Iriri chega a 2 km de largura e sua navegação é possível em pequenas embarcações embora possua trechos de corredeiras que dificultam mesmo a passagem de barcos pequenos (ICMBio, 2010).

Em períodos normais de seca, existem pontos como, o “desvio do Iriri”, em que a navegação se torna ainda mais difícil, tornando impossível a navegação com pessoas ou cargas nos barcos, sendo necessário que todos desçam e retirem as cargas pesadas para que a embarcação possa ser puxada pelos tripulantes, estendendo a viagem em até três dias neste trecho que tem menos de dois quilômetros, e em períodos de seca mais severa torna a travessia impossível. O rio é a principal via de transporte, e no interior da RESEX é a única forma de locomoção dos ribeirinhos que com suas rabetas (pequenos barcos com motor de popa) e canoas, vão atrás de alimentação e visitam parentes e amigos. O rio é também o fornecedor da principal fonte de proteína para a alimentação dos ribeirinhos, o peixe.

Segundo o levantamento demográfico realizado em 2006 e atualizado em 2009, a população era formada por 285 habitantes organizados em sessenta e três

famílias, distribuídas em vinte e sete localidades ao longo do rio, desde a localidade Rio Novo até a localidade Triunfo (ICMBio, 2010).

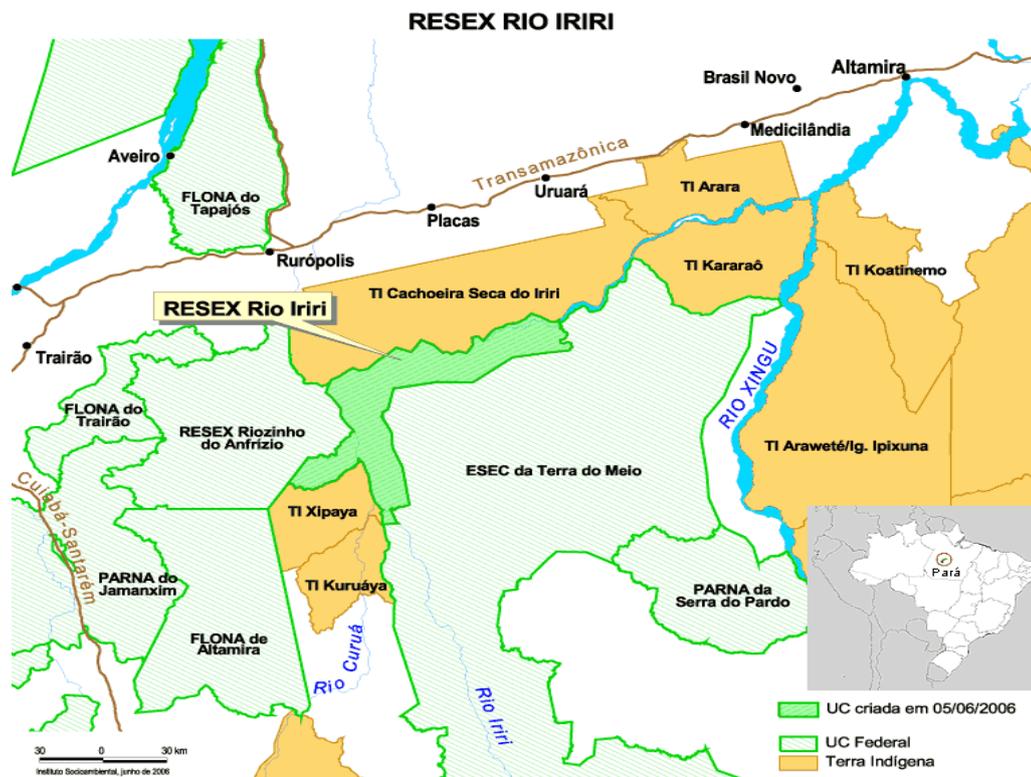
Até o momento, ainda não foram realizados estudos a respeito da flora, fauna e solo da RESEX do Rio Iriri, sendo que os dados existentes são em grande parte da Terra do Meio como um todo. A região do Iriri é quase totalmente coberta pela Floresta Ombrófila Aberta Mista, caracterizada por grandes árvores bastante espaçadas, de folhas largas, sempre verdes, de altura bastante irregular. Ocorrem também frequentes grupamentos de palmeiras. Há ainda baixa ocorrência de Floresta Ombrófila Densa Submontana (situada aproximadamente entre cinquenta e seiscentos metros) e de Floresta Densa Aluvial que se distribui ao longo dos rios. O interflúvio Iriri-Xingu e a bacia do Rio Iriri estão localizados sob o domínio climático quente com temperatura média superior a 22°C ao longo de todo o ano. Considerando-se o regime de umidade, o subdomínio climático é o úmido com três meses secos (julho a setembro em Altamira). As chuvas periódicas são causadas por ventos leste da massa de ar equatorial; e NO da convergência tropical, bem demarcadas pela estiagem associada aos ventos NE e E dos anticiclones subtropicais do Atlântico Sul e Açores. Apesar das temperaturas médias dos meses mais frios não serem inferiores a 20°C, as mínimas diárias do sul do Pará como um todo podem ser inferiores a 12°C quando ocorre a passagem do anticiclone polar de trajetória continental polar durante o inverno (ICMBio, 2010).

Região de difícil acesso, em razão do relevo regional e de fortes variações no nível das águas entre as estações do ano (verão e inverno), o que aumenta os entraves para o acesso. A Terra do Meio é drenada pelo Rio Xingu (Médio Xingu) e inúmeros igarapés que formam alguns dos seus afluentes, dentre os quais o Rio Pardo, e os rios Curuá e Rio Iriri. O Rio Xingu nasce no Planalto dos Guimarães (MT) e deságua no Rio Amazonas (PA), formando uma das maiores bacias hidrográficas do Brasil, com quinhentos e onze mil, oitocentos de noventa e um quilômetros quadrados de superfície da qual 65% estão situadas no estado do Pará. Levantamentos preliminares sobre a Terra do Meio indicam que existe uma alta diversidade de espécies de mamíferos não voadores e de morcegos (no mínimo oitenta e duas espécies). Além disso, a presença de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do macaco-aranha (*Ateles marginatus*), já evidencia a importância de unidades de conservação na região. O grupo dos primatas é um dos mais diversos, com aproximadamente onze espécies (ICMBio, 2010).

No que diz respeito à organização social, a família é a estrutura organizacional predominante e as relações de parentesco são as mais evidentes com o estabelecimento de redes de casamento entre as famílias locais. Existe uma íntima ligação entre o ciclo das águas e as estratégias de subsistência dos ribeirinhos. Boa parte das famílias possui parentes em Altamira e servem como base de apoio das famílias quando precisam de estadia na cidade. A maioria das relações dos ribeirinhos com o mercado se através dos regatões que vêm de Altamira e o acesso aos serviços de saúde ocorre através dos postos de saúde das Tis ou na cidade, demandando uma boa rede de relações com os indígenas e moradores da cidade, a fim de garantir estadia durante o período de busca de atendimento médico em Altamira.

Quanto à infraestrutura das moradias, estas são construídas a partir de materiais retirados diretamente da natureza como madeira, barro, cipó e palha de babaçu. Os materiais são beneficiados pelos próprios moradores, geralmente com a ajuda de vizinhos e amigos. A maioria das casas possui piso de chão batido, com estruturas destinadas a amarração das redes, sendo bastante comuns as paredes de palha trançada. Todavia, o uso de materiais industrializados já se faz presente nas comunidades. Alguns moradores demonstram o desejo de copiar o estilo das casas urbanas, com pisos acimentados e cobertas com telhas, que proporcionam maior conforto e inibem a entrada de pequenos animais e insetos, como é comum nas casas tradicionais. Também se verifica em algumas casas a instalação de motores a óleo diesel que bombeiam água até as casas, assim como a existência de refrigeradores que são ligados apenas à noite quando são ligados os motores geradores de energia elétrica. A maioria dos moradores dorme em redes protegidas por mosquiteiros para se protegerem tanto do incômodo dos mosquitos quanto da transmissão de doença como a malária. O lixo que produzem geralmente é enterrado nos quintais. Em geral, cada localidade é formada pelas moradias, uma casa com fornos para fabricação de farinha, uma estrutura para secar e guardar castanha. Algumas comunidades possuem uma escola, que pode funcionar em uma parte da moradia cedida pelo morador mais interessado no funcionamento de uma escola na localidade.

Figura 1- Localização da RESEX do Rio Iriri, Altamira, Pará



Fonte: Instituto Socioambiental, 2010.

Fotografia 1 - Tipos de moradias tradicionais, construídas com palha e barro (Localidades Lajeiro e Santa Paz).



Fonte: Acervo particular, 2014.

2.8.4 Instituições atuantes na RESEX

Foram identificadas como instituições atuantes na RESEX, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), IBAMA, a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Instituto de pesquisa da Amazônia (IPAM), o Instituto Socioambiental (ISA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), as Secretarias de Saúde e Educação do município de Altamira (SEMUSA e SEMEC) , o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a World Wide Fund For Nature (WWF-Brasil), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (ICMBio, 2010).

2.9 Material e método

2.9.1 A fase inicial da pesquisa

O detalhamento dos principais eventos transcorridos ao longo da pesquisa faz parte do exercício etnográfico de explicitar e limitações que podem incorrer em falhas que não poderão ser sanadas, principalmente em se tratando de pesquisas desenvolvidas em localidades isoladas da Amazônia, que torna a coleta de dados onerosa. O custo para coleta de dados em localidades como estas, pode limitar a ação do pesquisador de forma a reduzir o tamanho da amostra.

A pesquisa é exploratória por se tratar de um objeto não suficientemente discutido (contribuição socioeconômica da caça) na qual foram realizadas pesquisas de campo com a finalidade de obtenção de informações ou conhecimentos a respeito da problemática que este trabalho se propõe a responder. Baseou-se na observação dos fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados de forma sistemática e no arrolamento das variáveis mais relevantes para analisá-los.

Inicialmente, o estudo seria realizado em duas unidades de conservação do Médio Xingu (Reserva Extrativista do Rio Iriri e Reserva Extrativista do Rio Xingu), devido às semelhanças na história de criação das reservas, assim como pelas características ambientais. Segundo as normas do ICMBio de Altamira, os projetos de pesquisa devem ser submetidos à aprovação através do Sistema de Autorização

e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e a reunião do Conselho de gestão das reservas. Em se tratando da Reserva Extrativista do Rio Iriri, entre os meses de abril e maio foi realizada a primeira viagem a campo sem que houvesse a coleta de dados para esta pesquisa específica. Nessa primeira fase, pesquisador e pesquisa foram apresentados a cada unidade familiar em cada localidade e em seguida submetida à aprovação em reunião realizada nessa mesma oportunidade quando foi aprovada. No caso do Xingu, a situação tornou-se complexa, uma vez que a reunião na qual o projeto seria submetido à aprovação, teve que ser interrompida devido a uma grave desavença entre os moradores a respeito da utilização da voadeira da Associação. Por esse motivo e por causa dos prazos a serem cumpridos, foi autorizada a submissão da pesquisa aos moradores nas unidades familiares de cada localidade, explicando detalhadamente o projeto sua contribuição, e aqueles que concordavam com a pesquisa respondiam aos questionários. Assim, apesar dos prognósticos ao contrário, o apoio da maioria dos moradores foi conquistado, embora a aprovação da pesquisa e a posterior divulgação dos dados ainda estivesse condicionada à submissão da mesma ao Conselho.

Contudo, o prazo para a realização de uma nova reunião inviabilizou a publicação dos dados dessa localidade. Dessa forma, os dados da pesquisa que seriam apresentados a respeito das Unidades de Conservação do Rio Iriri e do Rio Xingu, infelizmente tiveram que se resumir apenas a respeito do Iriri. Entretanto, as impressões captadas no campo não podem deixar de ser citadas, e em alguns momentos aparecerão na pesquisa.

As Unidades de Conservações (UCs) do Médio Xingu são de difícil acesso e de grande extensão. A distribuição das famílias ao longo da reserva e a distância entre as localidades tornam qualquer pesquisa bastante onerosa. Por esse motivo, esta pesquisa seria impossível de ser realizada (pelo menos por essa pesquisadora), sem o apoio e a logística do ICMBio de Altamira. A logística das viagens precisa ser cuidadosamente planejada, roteiro e o cronograma das entrevistas previamente estabelecidos com pouquíssima margem para o imprevisto. Ficar sem combustível na reserva representa um grande transtorno, pois demanda mais custos e nova logística. O piloto precisa conhecer bastante o rio, a localização dos pedrais e os vários canais que podem facilmente desorientar a navegação, principalmente em dias em que a neblina cobre o rio, o que é bastante frequente no

Rio Iriri. Além disso, a experiência do piloto é imprescindível para o cálculo das distancias e gasto médio de combustível.

Todos os custos das viagens até as reservas foram cobertos pelo ICMBio. A realização da coleta de dados exige o custeio do aluguel da voadeira (espécie de embarcação a motor, muito utilizada para navegação nos rios da Amazônia), para o deslocamento até as UCs, pagamento das diárias do piloto que conduzirá a embarcação (em torno de R\$ 100,00), custeio da alimentação (conhecida como “rancho” na região), que precisa ser comprada em Altamira e transportada para a reserva. Afora as despesas citadas, destaca-se o alto dispêndio com combustível (gasolina e óleo diesel), algo em torno de 850 a 900 litros por viagem. As localidades geralmente são distantes uma das outras e as moradias ficam localizadas na beira do rio. Toda a locomoção precisa ser realizada pela água, na voadeira. Não encontrar o morador em casa representa gasto de tempo, combustível e muitas vezes, a perda de uma entrevista.

A população da RESEX do Rio Iriri está distribuída em vinte e sete localidades ao longo do rio. Ainda não foram divulgados os dados do recente censo realizado no último semestre de 2014. Entretanto, segundo o levantamento demográfico realizado em 2006 (ICMBio, 2010) e atualizado em 2009 foram identificados duzentos e oitenta e cinco habitantes na reserva, distribuídos em sessenta e três famílias. As coletas de dados foram realizadas em cada localidade, entrevistando os chefes famílias presentes nas ocasiões.

O único alojamento fica situado na localidade Manelito, mas, a distribuição geográfica das famílias ao logo da reserva não permite que esta localidade seja utilizada como base, a menos que se esteja trabalhando apenas no seu entorno. A solução é pernoitar nas casas dos moradores, onde os pesquisadores armam suas redes para passar a noite, algumas vezes, mais de um dia, aproveitando a gentil hospitalidade. O fornecimento dessas informações visa informar o leitor sobre a dinâmica da coleta dados e da interação do pesquisador com o entrevistado. Mesmo porque, o pernoite na casa do comunitário possibilita o desenvolvimento de percepções nem sempre possíveis em uma entrevista rápida, além de oportunizar conversas informais que frequentemente trazem informações não fornecidas na entrevista.

2.9.2 Coleta de dados

Outra condição que viabilizou esta pesquisa foi a parceria firmada com a pesquisadora doutoranda Manoela Wariss, que está realizando pesquisa de consultoria para o ICMBio, com vistas a diagnosticar a situação dos recursos pesqueiro em UCs da Terra do Meio, e em paralelo desenvolve sua pesquisa de doutoramento intitulada Conservação dos Recursos Pesqueiros e Faunísticos na Bacia do Rio Xingu. A pesquisadora havia começado a aplicar os questionários de recordação de caçadas e as agendas de consumo de proteínas nas reservas desde novembro de 2013.

As pesquisas sobre Conservação dos Recursos Pesqueiros e Faunísticos na Bacia do Rio Xingu e sobre Caça e Segurança Alimentar entre Famílias Ribeirinhas do Médio Xingu, possuem temas transversais e são realizados basicamente nas mesmas localidades. A necessidade de auxílio para a coleta de informações para a pesquisa sobre Recursos Pesqueiros e Faunísticos foi oportuna a este trabalho, pois fornecia a oportunidade de utilização de uma série de dados mais extensa sobre as recordações de caçada, além de viabilizar o uso das informações referentes ao consumo de caça, constantes nas agendas de consumo.

Em contrapartida, esta pesquisa auxiliaria no levantamento das informações sobre a pesca, além de desenvolver em parceria a coleta das informações sobre a atividade dos regatões. A vista disso, os questionários foram aplicados em parceria e os dados sobre recordação de caça e a atividade dos regatões serão compartilhados.

Os dados referentes aos recordatórios de consumo e de caça foram coletados no período de novembro de 2013 a julho de 2014 em meses intercalados, uma vez que a coleta de dados foi realizada em duas localidades. Os dados socioeconômicos sobre renda e consumo de alimentos industrializados foram coletados entre junho e julho de 2014. A pesquisa comparativa de preços praticados pelo regatão em relação aos preços dos alimentos em Altamira foi realizada na segunda semana do mês de julho de 2014.

2.9.3 Técnicas de pesquisa e análise

São indicadas como ferramentas para avaliação do consumo alimentar os questionários de frequência alimentar, recordatórios de consumo alimentar, além de inquéritos de aquisição de alimentos (SOFI, 2014). Por ser uma pesquisa *qualiquanti*, os questionários foram estruturados para coletar informações quantitativas e qualitativas. As informações quantitativas dizem respeito a nome, idade, sexo, grau de escolaridade, quantidade de filhos, número de filhos menores, renda, benefícios, horas de trabalho, preços e quantidades.

As informações qualitativas dizem respeito à opiniões, impressões, sentimentos e percepções. Como a família é a estrutura organizacional predominante, as entrevistas e questionários foram aplicados preferencialmente com o representante da unidade familiar, embora, a esposa ou outros membros da família presentes sempre auxiliem nas respostas. O questionário de recordação de refeições consiste no levantamento das fontes de proteína animal da última e da penúltima refeição consumidas por cada família. Como o objetivo desse questionário é analisar o consumo de proteína animal, as recordações se concentram nos alimentos consumidos na última janta e no último almoço, quantidade de alimentos medidos em quilos e a quantidade de participantes por refeição.

O questionário de recordação de caçada consiste na técnica de arguir o entrevistado para lembrar-se da última e da penúltima caçada realizada. São registrados o tipo de arma, tempo da atividade, uso de cães, quantidade, espécie, sexo e peso aproximado dos animais caçados, além da frequência com que o entrevistado costuma caçar. Também foram utilizados como instrumentos para reunir informações, entrevistas e depoimentos gravados com a autorização do participante. As conversas informais também foram valorizadas, pois muitas delas oferecem informações que não são fornecidas através dos questionamentos formais. Os relatos foram gravados e anotados e posteriormente transcritos para este trabalho. Também foram utilizados equipamentos fotográficos para registrar paisagens, pessoas e documentos.

Todavia, é importante destacar que o método de coleta de dados através de entrevistas e questionários para esse tipo de pesquisa etnográfica, não se mostra o mais eficiente, pois, tais instrumentos frequentemente inibem o participante e o induzem a respostas baseadas em situações ideais. Também seria mais indicado

para esse tipo de pesquisa etnográfica, um maior período de permanência nas comunidades como estratégia de coleta de impressões que e informações não reveladas pelos entrevistados.

No que diz respeito às entrevistas com os regatões, estes em geral se mostraram bastantes receosos com a pesquisa, evitando-as. A dinâmica do trabalho dos regatões naturalmente torna difícil conseguir entrevistá-los, pois, quando estão na reserva, não têm tempo nem disponibilidade para conversas ou entrevistas, uma vez que precisam receber o pescado e anotar a produção.

O momento mais adequado seria na cidade, não fosse a incerteza de quando encontrá-los. Muitos alegam não possuir celular nem saberem a data exata que estariam na cidade. Com os regatões ou atravessadores que residem na reserva a tarefa não se torna mais fácil de ser realizada, uma vez que eles também são pescadores e dificilmente são encontrados em casa, pois seu tempo se divide entre a pescaria e o transporte da produção até a cidade ou até o ponto de entrega para o patrão. Para o cálculo do consumo alimentar das unidades familiares da comunidade, considerou-se que o consumo de duas crianças equivale ao consumo de um indivíduo adulto (DIEESE, 1993). Neste trabalho, foram considerados como crianças, indivíduos com até 12 anos de idade, admitindo-se que a partir desta idade, passam a ser considerados adolescentes. Levando em consideração esse cálculo, as famílias possuem uma demografia virtual (cinco pessoas), que difere da real.

Para a análise da situação alimentar das famílias, utilizou-se o método adotado pelo Projeto Fome Zero do Governo Federal, para obter estatísticas sobre a fome em uma determinada área geográfica. O método consiste em calcular o custo monetário per capita para a ingestão de certa quantidade de alimentos mínima para a sobrevivência (cesta básica regional) e compará-lo com renda dos indivíduos (BELIK, 2003). Foi realizado o cálculo do custo da cesta básica alimentar das famílias e comparado com a renda familiar. Também foi aplicada a metodologia utilizada pela SOFI (2014), que consiste na utilização de indicadores como renda, preços, disponibilidade e acesso de alimentos saudáveis, acesso a políticas sociais, rede social, acesso a serviços de saúde e educação para análise da situação de segurança alimentar e nutricional.

A estratégia de compreensão do funcionamento da oferta e da demanda de produtos alimentícios na reserva dividiu-se em três etapas. Na primeira etapa foi

realizado contato com um dos regatões mais antigos ainda em atividade no Médio Xingu (Sr. Altino), que colaborou com a elaboração da lista de produtos que são comercializados na Reserva Extrativista do Xingu, que é basicamente a mesma lista de produtos adotada pelos regatões que trabalham no Iriri. A partir dessas informações, foram elaborados os questionários sobre consumo e sobre a atividade do regatão. Na segunda etapa do levantamento dos dados sobre o consumo alimentar das famílias, através da aplicação de questionários contendo uma lista de alimentos baseada na Cesta Básica Regional. O questionário foi estruturado para que o entrevistado indicasse quais alimentos consumia, a quantidade mensal, o preço do produto na cidade e na reserva.

O entrevistador era o responsável por ler as perguntas, preencher as respostas e indagar a respeito dos produtos que não eram consumidos. O entrevistado era questionado sobre a razão de não consumir o produto (opção, restrição orçamentária, não oferta do produto). No caso dos alimentos consumidos esporadicamente, o entrevistado deveria responder em quais situações consumia. A técnica objetiva montar a lista dos alimentos consumidos, assim como descobrir se possuem noção de quanto pagam por cada item e identificar as restrições que interferem no processo de escolha dos alimentos que compõe a cesta básica alimentar dos ribeirinhos.

Na terceira etapa, os regatões foram entrevistados através de um questionário estruturado para registrar custos, receitas, prejuízos, fornecedores e a dinâmica de financiamento do negócio. Nessa etapa também foram coletados os preços dos produtos na cidade de Altamira. Foram visitados dezessete estabelecimentos de supermercados e armazéns, além de açougues onde o preço dos cortes de carne bovina foi pesquisado. Foram coletados os preços dos cortes de primeira, segunda e terceira, a fim de estimar quanto os ribeirinhos economizam no consumo da carne de caça em relação à carne bovina. Foram utilizadas ferramentas estatísticas como médias, mediana, correlação, desvio padrão e variância. Os dados coletados nesse trabalho foram analisados através do programa *Microsoft Excel 2007 for Windows* por meio de ferramenta de análise estatística.

3 HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO IRIRI

3.1 Os ciclos econômicos e o processo de povoamento da Unidade de Conservação do Rio Iriri

A história de criação das Reservas Extrativistas do Médio Xingu RESEX do Rio Iriri (RRI), RESEX do Rio Xingu (RRX) e RESEX do Riozinho do Anfrísio (RRA), é a história de criação do mosaico de terras protegidas da Terra do Meio. A criação desse mosaico faz parte das estratégias do Governo Federal para conter o avanço do processo de degradação ambiental promovido pelo sistema de grilagem de terras na Amazônia. Segundo Coudreau (1977), os indígenas foram os primeiros habitantes da região. Alguns como os Araweté, Apyterewa, Arara, Xipaya e Kuruáya, ainda ocupam as margens dos rios Xingu e Iriri e suas aldeias fazem limite com as Unidades de Conservação da região. Os ciclos econômicos nacionais condicionaram a ocupação da região, tanto ao longo dos rios Xingu e Iriri quanto dos demais rios da região (Curuá e Riozinho do Anfrísio (SOUSA; PEZZUTI, 2014)). A datar do primeiro ciclo da borracha, que corresponde a meados do século XIX, os grupos de seringueiros embrenharam-se na mata ao longo dos rios, ocupando gradativamente toda a região.

Organizados sob o modelo de patronagem e aviamento, as famílias de seringueiros se espalharam e instalaram ao longo dos rios conforme a localização dos seringais e do número de estradas de seringa, de modo que cada família foi criando uma localidade e imprimindo uma espécie de identidade, ao mesmo tempo em que passou a ser identificado com determinado trecho do rio (ISA, 2006; CARNEIRO; PEZZUTI, 2010; ICMBio, 2012).

As demandas geradas pela Segunda Guerra Mundial motivaram o início do segundo período da borracha e um novo fluxo imigratório para a região, principalmente de nordestinos a procura de trabalho como seringueiros, posteriormente batizados como “soldados da borracha”. O segundo ciclo da borracha se perpetuou na região até 1970, época em que a queda no valor do produto provoca a quase extinção da atividade. Desde 1960, desenvolvia-se outra atividade econômica em paralelo com a extração do látex e da castanha, a “caça do gato”. Tal atividade consistia na comercialização de peles de animais principalmente, ariranhas (*Pteronura brasiliensis*), onças (*Panthera onça*), e gatos

maracajás (*Leopardus wiedii*). Até a posterior proibição da caça e comércio de animais silvestres a produção era escoada até Belém e Fortaleza, de onde eram exportadas para o exterior (ISA, 2006; CARNEIRO; PEZZUTI, 2010; ICMBio, 2010; 2012).

Após a década de 1970, a ocupação foi influenciada pela abertura da Transamazônica e pelas atividades de garimpo. Algumas famílias imigraram principalmente para Altamira abandonando os seringais em busca de melhores condições de vida, enquanto outra parte permaneceu, mantendo um modelo de ocupação de baixo impacto ambiental. As grandes madeireiras começam a atuar na região no início da década de 1980, e na década seguinte o número de madeireiras aumenta e a região atrai a pecuária extensiva e a grilagem de terras, explodindo os conflitos fundiários que motivaram a criação das Unidades de Conservação como forma de barrar as expropriações e a destruição da floresta (ISA, 2006; CARNEIRO; PEZZUTI, 2010; ICMBio, 2012; SOUSA; PEZZUTI, 2014).

3.2 A conflituosa história de criação da Reserva Extrativista do Rio Iriri

São três as reservas extrativistas que fazem parte do mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio. São elas a Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, Reserva Extrativista do Rio Iriri e a Reserva Extrativista do Rio Xingu. A história de criação das três reservas se confunde, pois grande parte das famílias trabalhou para os mesmos seringalistas e foi alvo do mesmo tipo de pressão econômica exercida diversas vezes, pelos mesmos atores.

Para realizar uma breve retrospectiva sobre a história oficial da criação da reserva, utilizaremos como principais fontes de dados informações fornecidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Ministério do Meio Ambiente (MMA), constantes em seu Plano de Manejo, e os relatos fornecidos por Silva (2009), na época funcionário do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Altamira e é bastante citado pelos moradores pela sua participação no processo de criação da reserva.

No segundo momento, será apresentada uma breve exposição da leitura dos fatos através da memória coletiva dos moradores. Algumas dessas

informações são inclusive, confirmadas pela história oficial constante no Plano de Manejo da RESEX.

3.2.1 A história oficial do processo de criação da reserva

A partir da década de 1970, o governo militar desenvolveu uma política considerada estratégica para o desenvolvimento econômico e para a soberania do Brasil. Tal política consistia na promoção da integração do sul e do sudeste, regiões mais industrializadas do país, às regiões isoladas dessa industrialização. Assim, a construção da Transamazônica e da BR-364 representava a visão da soberania nacional progressista dos governos militares. O processo de construção da BR-163 engendrou mudanças estruturais socioeconômicos e ambientais nos municípios sob sua área de influência. Entre essas mudanças, a atração do interesse do mercado de exportação de commodities agropecuárias e da madeira, aumento das taxas de desmatamentos, além do aumento do fluxo migratório e, conseqüentemente, do conflito fundiário (CASTRO, E., 2008). Referindo-se a esses conflitos, a autora chama de “disputas materiais e simbólicas sobre o território e seus recursos, sobre identidades, valores e racionalidades intrínsecas as dinâmicas próprias do mundo social”. (CASTRO, E., 2008, p. 9)

A pavimentação da BR163 representava a solução do problema da dependência dos portos de Santos e Paranaguá para a exportação da soja produzida no cerrado, reduzindo o tempo de escoamento dos grãos. A criação da rodovia atraiu médios e grandes fazendeiros e capitais destinados à expansão da atividade pecuária, laticínios, frigoríficos, ao mesmo em tempo que estimulou o mercado de terras, atraindo a frente de modernização para São Félix do Xingu, no rio Xingu, atravessando o rio Iriri e a Terra do Meio (CASTRO, E., 2008). Em 1971, o Decreto Lei nº 1.164 declarou como indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional, a federalização das terras declaradas localizadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada margem do eixo das rodovias da Amazônia Legal (BRASIL, 1971).

Assim, a região do Médio Xingu converteu-se em palco de conflitos por suas terras e recursos naturais. A década de 1980 marca o início da atuação das

madeireiras na região do baixo Iriri, com a construção da madeireira Maribel nas proximidades da localidade conhecida como Rio Novo. Nessa época também foi construída a estrada Trans-Iriri, que ligava esta localidade a Uruará e à Transamazônica para o escoamento da madeira e a entrada de insumos. Em 1990, o esgotamento do mogno em outras regiões atrai novos grupos para a exploração da madeira no Iriri, escoando-a pelos rios até Altamira. Diferentes madeireiros trabalhavam em parceria com a fazenda Juvilandia, tanto na área que hoje pertence à RESEX do Rio Iriri, quanto na que pertence a ESEC Terra do Meio. Existem muitas histórias de violência envolvendo essa fazenda que foi a mais antiga a se instalar na região e que causou maior devastação, segundo (ICMBio, 2010).

O grande interesse econômico na região impulsionou a prática de operações fraudulentas de registros de imóveis com a colaboração de agentes ligados à administração pública. Em 1995, 4,7 milhões de hectares da Terra do Meio encontravam-se sob o domínio da empresa conhecida como CR Almeida. Os negócios haviam sido realizados entre antigos seringalistas e a empresa, que sob o nome de Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda. (INCENXIL), algumas famílias não possuíam documentos de posse de suas terras e tiveram que abandoná-las. O inventário dos maiores seringalistas do rio Xingu que Coudreau (1977) havia realizado em 1859 foi utilizado mais tarde, para garantir a grilagem de terras na região. As fraudes aconteciam nos cartórios, no registro dos imóveis junto aos órgãos fundiários através da adulteração de mapas topográficos cujo tamanho da área era alterado, em seguida essas áreas eram vendidas, segundo Silva (2009).

A expropriação das famílias pelos grileiros foi intensificada no ano de 2000 com o ingresso de diferentes grupos que compravam e negociavam com os moradores o direito de uso das terras. Ocorreram invasões e conflitos entre si pelo domínio de algumas regiões, grandes fazendas foram implantadas na região e o processo de devastação de grandes áreas da floresta foi intensificado. Os moradores de cada localidade do Iriri trabalhavam junto com diferentes grileiros, dando origem a conflitos ainda hoje existentes. Existiram quatro grandes fazendas localizadas na área da RESEX: Juvilândia, Jatobá, Bacuri e Rio Novo, ainda hoje existem algumas cabeças de gado na localidade (ICMBio, 2010).

Pressionado pela forte campanha empreendida em 2001 contra a exploração ilegal do mogno, o governo brasileiro resolveu priorizar os estudos de conservação da área. Nesse mesmo ano, o Greenpeace havia publicado em várias línguas, o relatório “Parceiros no Crime: A extração ilegal de mogno - A Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”, alertando para necessidade de conservação dessa região”. Foi solicitado ao governo o estabelecimento de moratória imediata em todas as operações com madeira em escala industrial na região, até que uma avaliação completa avaliação da biodiversidade e um plano responsável de uso dos recursos naturais fosse desenvolvido e implementado (ICMBio, 2012; SILVA, 2009).

Em 2002, a pedido do MMA, o Instituto Socioambiental (ISA) coordenou em parceria com Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), a FVPP e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), um estudo com o objetivo de respaldar tecnicamente a criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio (ICMBio, 2010). Em momentos cronológicos diferentes (que não estão claramente definidos), a população das três RESEX (Riozinho do Anfrísio, Rio Iriri e Rio Xingu), se mobilizou para a criação das Reservas Extrativistas do Médio Xingu (ICMBio, 2012; SILVA, 2009).

Os estudos iniciais recomendaram a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Entretanto, os novos estudos do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio, concluiu que a criação de Reservas Extrativistas seria mais adequado às necessidades da região. A delimitação do perímetro das RESEX adotou o critério apresentado pela população local segundo a abrangência das áreas de uso extrativista em cada localidade, estabelecendo uma área de três quilômetros de frente por dez de fundo, conforme o sugerido pelo Padre Ângelo, da Prelazia do Xingu.

Novas invasões com instalações de fazendas ocorreram na área entre os anos de 2002 e 2005, obrigando o MPF propor ação à Justiça Federal para retirada imediata dos fazendeiros, alegando que a presença dos fazendeiros ameaçava a segurança das populações ribeirinhas e das lideranças que estavam trabalhando para a criação da RESEX. Grileiros e fazendeiros foram acusados pelo MPF de enviar pistoleiros para ameaçar lideranças das comunidades tradicionais da área. Três pessoas foram autuadas pelo IBAMA por desmatamento ilegal dentro da área da RESEX (ICMBio, 2012; SILVA, 2009).

Apoiados pelas ONGs ISA, WWF, FVPP, CPT e também pelo ICMBio, lideranças das comunidades foram até Brasília para pedir agilidade no processo de criação das RESEX. (ICMBio, 2012; SILVA, 2009). Na ocasião, a FVPP estava planejando junto com o ISA e a instituição *internacional Environmental Defende* (ED) um projeto com apoio financeiro da *Gordon and Betty Moore Foundation*, para a criação e implementação das unidades de conservação na Terra do Meio. O mesmo entrou em execução no ano de 2004, quando foram criadas as reservas extrativistas Riozinho do Anfrísio, em Altamira, e Verde Para Sempre, em Porto de Moz.

O anúncio do Governo Brasileiro sobre a possibilidade de criação de novas unidades de conservação na Terra do Meio, às ameaças de morte aos dirigentes, religiosos e ativistas das organizações sociais que trabalhavam na região em prol da conservação e uso sustentável se intensificaram. Em 2005 foram criados a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo. O momento da criação dessas UCs coincidiu com o assassinato da missionária Dorothy Mae Stang no município de Anapu (ICMBio, 2012; SILVA, 2009).

A morte da missionária repercutiu internacionalmente e o MMA informou que a criação das UCs já havia sido planejada e que não houve antecipação do ato de criação das unidades de conservação por causa do crime. Desde 08 de novembro de 2004, a criação da RDS Médio Xingu havia sido solicitada, em fevereiro de 2005, a área começou a ser tratada como reserva extrativista em documento do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT) ao MMA. Em 05 de junho de 2006, o Governo decretou a criação da Reserva Extrativista do Rio Iriri com 398.938 hectares, aumentando a área protegida da Terra do Meio (ICMBio, 2012). A RESEX do Rio Xingu ainda não havia sido criada para completar as unidades de conservação propostas para o mosaico da Terra do Meio, existia um intenso conflito de discursos e interesses na área.

Desde a primeira solicitação de criação de uma área protegida, a Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda, havia encaminhado documentos de protesto ao IBAMA, reclamando a propriedade de áreas localizadas dentro da proposta. Oportunamente, um manifesto de repúdio à constituição das reservas Verde para Sempre e Riozinho de Anfrísio, da ESEC da Terra do Meio e do PARNA Serra do Pardo, também havia sido encaminhado,

alegando maus procedimentos e desconsideração com o histórico de colonização e luta da Amazônia, assinado pelos prefeitos da região com exceção dos prefeitos de Pacajá e Medicilândia, conforme (ICMBio, 2012; SILVA, 2009).

Um documento assinado por um grupo de moradores do Xingu, solicitando a criação da reserva foi encaminhado ao MMA na mesma época. Uma nova solicitação de proteção contra ameaças de invasores e grileiros foi enviada pelos moradores em fevereiro de 2006. Entre 2006 e 2008, as organizações não - governamentais e demais instituições atuantes na conservação da natureza, o ICMBio e as demais associações das UCs da Terra do Meio começaram a se reunir periodicamente e constituíram uma importante rede de discussão chamada de “Rede Terra do Meio”. Através financiamento do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), para a realização as atividades de apoio à criação que vinham sendo conduzidas pelo CNPT. Em 05 de junho de 2008, o Presidente da República assinou o Decreto Presidencial que criou a RESEX Rio Xingu (ICMBio, 2012).

3.2.2 A criação da reserva através da memória coletiva dos ribeirinhos

O processo de criação da reserva é um assunto que possui pelo menos duas versões distintas. Uma que ratifica a violência descrita na versão oficial e outra que a desmente por completo. A questão da grilagem das terras, vendas e expulsões dos moradores divide os relatos das famílias em dois grupos distintos. Um grupo afirma que as expulsões existiram e grupos armados tentaram tomar suas terras ou comprá-las; o outro grupo contesta esse tipo de versão e diz que os moradores venderam por vontade própria, por causa do valor oferecido pelas terras.

Eles chegaram aqui no meu porto numa voadeira cheia de homens armados, disseram que essa área aqui era toda deles e tinham documentos pra provar. Eu disse pra eles que já vivia aqui a minha vida toda e essas terras sempre foram da minha família, eles insistiram que a terra era deles e me chamaram pra ir com eles pra mostrar onde era o limite das minhas terras, eu que não sou besta, disse que não ia lá nada! [...] Falei pra eles onde era e eles entraram na voadeira e sumiram, eu fiquei com medo deles voltarem e me matarem, matarem minha família².

² Informação verbal

Eu foi que não vendi as minhas terras, mas hoje tem gente aí que diz que foi a favor da reserva, mas é mentira, eu sei de um bocado que vendeu as terras deles aí (cita o nome de alguns), venderam porque quiseram, teve nego que ganhou foi muito dinheiro aí abrindo picada pros madeireiros. (informação verbal).

Os ribeirinhos que alegam ter vendido suas terras por espontânea vontade, justificam sua escolha pela necessidade de alfabetização dos filhos e pela falta de assistência do Estado. Relatam também, que a transação de venda não foi completada por ausência de pagamento por parte dos fazendeiros (ICMBio, 2012).

A falta de assistência do governo às famílias é o cerne do descontentamento que alguns moradores manifestam em relação à criação da reserva. Embora muitos moradores reconheçam que a criação das UCs tenha trazido benefícios como maior segurança, costumam alegar que foram feitas muitas promessas e nada foi cumprido, apresentam um estado de total descrença na possibilidade de transformação de suas realidades. Quando questionados sobre a criação das reservas, muitos moradores declaram não terem participado do processo e o descrevem como algo imposto e obscuro, sobre o qual nem haviam entendido direito como funcionava e já não podiam modificar:

Eu não participei da criação dessa reserva, eu era contra, quando a gente viu, a coisa já tava pronta, a gente não podia fazer mais nada.

Essa reserva foi criada com muita mentira, teve gente aqui dentro que mentiu muito pro governo criar isso aqui. Eles achavam que ia ser outra coisa, que o governo agora ia vir aqui pra dentro, teve nego que mentiu tanto que agora nem pode mais andar tranquilamente em São Félix porque tem inimigos espalhados por aí.

Pediram os documentos e a assinatura da gente dizendo que era pra trazer melhora, e era pra criar a reserva.

A respeito da rejeição à criação das UCs do Médio Xingu, Silva (2009), narra que os grileiros colocaram a população contra a criação das unidades de conservação através de uma campanha com circulação de notícias em jornal. A campanha acusava o governo e as ONGs de impedirem o desenvolvimento

econômico da região através da criação de reservas. Segundo o autor, essa tática conseguiu confundir a população ribeirinha, colocando várias famílias a favor da CR Almeida. Muitas famílias se recusavam a receber as visitas dos técnicos e agentes das ONGs que atuavam em campanhas para a criação da RESEX do Médio Xingu.

Silva (2009) faz ainda uma reflexão sobre a baixa participação dos moradores no processo de criação da Reserva Extrativista do Rio Xingu, revelando que apenas os dois moradores mais atuantes conseguiram acompanhar o processo de criação da reserva. Um desses atores foi o mais enfático nas solicitações de proteção, alegando ter sofrido ameaças e expulsão por parte dos grileiros.

No intuito de conseguir uma representação dos moradores do Médio Xingu, esse ator buscou apoio da Fundação Viver Produzir Preservar que patrocinou a criação de uma associação de moradores, da qual passou a ser líder. Entretanto, sua liderança foi bastante questionada por alguns moradores que discordavam dos seus métodos de liderança e por ter se mudado para Altamira.

Segundo Silva (2009), em sua própria defesa, essa liderança atribuía o não acesso dos demais moradores ao processo de criação da reserva, ao isolamento e à falta de comunicação na área. Outra informação interessante é que o autor ressalta que *“O único entendimento dos ribeirinhos era a garantia de suas terras, áreas de pesca e áreas de coleta de castanha”*. Embora esses relatos façam parte da história de criação da RRX, lançam luz sobre os relatos dos moradores sobre o processo de criação da reserva do Iriri, mesmo porque, conforme já exposto as histórias das três reservas extrativistas do Médio Xingu, se confundem.

Uma observação que ratifica essa visão parte de Silva (2009), ao narrar que a morte da Irmã Dorothy fez o governo criar de forma repentina as unidades de conservação sem a observância das recomendações constantes nos estudos preliminares. Tal ação dificultou a vida dos moradores do Iriri e do Xingu, pois as famílias foram proibidas de acessarem os castanhais e passaram a ser fiscalizados constantemente pelos fiscais do ICMBio, Polícia Militar e do IBAMA. São dessa época os relatos dos moradores sobre os constantes abusos e humilhações praticados pelos fiscais contra os ribeirinhos.

O período da exploração ilegal do mogno, entretanto, está representado na memória coletiva dos ribeirinhos como uma época de abundância, muita movimentação no rio à semelhança da época da borracha (SILVA, 2009). Os ribeirinhos alegam que na época das fazendas havia emprego, alguns chegaram a trabalhar com gado, a criação da reserva os teria deixado sem outra opção além da pesca. São unânimes em pelo menos três observações: A primeira é que, antes da criação da reserva, os moradores eram bem mais unidos; a segunda, que foram feitas muitas promessas e que quase nada foi cumprido; a terceira, sobre o abandono total por parte do governo.

Não é difícil entender o saudosismo em relação às fazendas no tocante ao emprego e à renda. Abrindo mão dos pré-julgamentos sobre uma suposta falta de ética ambiental é fácil reconhecer que essas famílias também dependem da renda para sua subsistência, e exigir consciência ambiental de quem carece de assistência social e foi deixado por conta do mercado é no mínimo incoerente. A partir da posição que os ribeirinhos ocupam no campo, os recursos naturais não são vistos como “recursos de uso comum”, são os recursos que sempre utilizaram para a sua sobrevivência, o governo nada lhes havia oferecido, as campanhas de conscientização ambiental desenvolvidas pelas ONGs são dizeres de agentes estranhos ao seu cotidiano, pouco eficientes na resolução dos seus problemas imediatos.

Muitos desses conceitos e ensinamentos não são totalmente entendidos ou divergem das práticas consolidadas ao longo da vida. Nesse contexto não regulado, onde até mesmo representantes da “Ordem” se colocam a serviço dos mais fortes³ (do capital), os madeireiros, grileiros e fazendeiros, representam uma oportunidade de ganho coerente com o sentido de jogo da estrutura do campo. As reclamações sobre o excesso de promessas não cumpridas podem ser entendidas a partir do Plano de Manejo da Reserva do Rio Iriri, elaborado em 2010, que prevê o acesso a diversas políticas públicas a partir da criação da reserva.

Entre elas, as políticas operadas pela Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), quais sejam: Política Geral dos Preços Mínimos (PGPM) e o PAA; o acesso aos créditos do Programa Nacional de Fortalecimento

³A empresa CR Almeida possuía documentação fraudulenta conseguida junto ao IBAMA, destinada apenas a “esquentar madeira”. Sobre o assunto, consultar Silva (2009, p.53).

da Agricultura Familiar (PRONAF) (ICMBio, 2010). Os ribeirinhos alegam que nunca chegaram a ter acesso a qualquer desses recursos. A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. É indispensável para acesso a políticas públicas como o Pronaf, o Programa de Aquisição de Alimentos, Merenda Escolar e Habitação Rural.

Até 2012, o ICMBio não possuía autorização para emissão desse documento. Rafael Barboza, gestor da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, esclarece que a maioria dos ribeirinhos das reservas extrativistas da Terra do Meio não possuíam documentos de identificação, o que começou a ser providenciado a partir da realização de um mutirão para emissão dos documentos dos moradores. Segundo ele, o processo de emissão das DAPs está em andamento e deve ser resolvido num futuro próximo.

Outro aspecto relevante é que as demandas que ainda hoje são cobradas pelos ribeirinhos já haviam sido constatadas na época da elaboração do Plano de Manejo. Podem ser citados os problemas ligados à manutenção das atividades de produção e geração de renda, a constatação de problemas ocasionados pelo não atendimento das demandas nutricionais diárias, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e a dependência da infraestrutura existente nas Terras Indígenas (ICMBio, 2010).

Sabia-se as dificuldades tornavam o tratamento de saúde muito oneroso para os ribeirinhos e que os moradores dependiam dos regatões para o do transporte dos doentes para Altamira e que a viagem chegava a durar até quatro dias. Recomendava-se a melhoria nas condições de atendimento na reserva, e a incorporação de políticas de valorização do saber tradicional de realização de partos. Outra carência já conhecida dizia respeito à educação e à necessidade de construção de escolas e da oferta de aulas para jovens e adultos (ICMBio, 2010). Essas demandas nunca foram atendidas e o sistema de educação é o mais preocupante, pois compromete o futuro dos jovens da reserva.

A localidade Manelito possui a melhor infraestrutura por ser considerada a “base” da reserva. Lá, através do ISA, foram construídos alojamentos para acomodar os agentes institucionais, pesquisadores e acomodar os comunitários quando ocorrem as reuniões da associação. Nesse local foi construída a única enfermaria da reserva e a escola com melhor estrutura. Contudo, em julho de 2014, durante nossa última viagem a campo, a enfermeira não pôde fazer um

curativo na perna de um morador que havia se acidentado na roça por falta de materiais e medicamentos. Até essa data, nem mesmo a escola do Manelito dispunha de proteções de tela que protegesse os alunos do ataque dos piuns. Os alunos precisam dividir a atenção entre a aula e a tentativa de espantar os mosquitos, obrigando os professores a produzirem fumaça para tentar espantar os insetos. Entretanto, este não é o problema mais grave da educação na reserva. Só há oferta de aulas até a 5ª série do ensino fundamental, obrigando os jovens em idade de estudo a ficarem fora da sala de aula por falta de opção. As mães denunciam que os alunos são aprovados sem frequentarem as aulas regularmente e sem terem aprendido o conteúdo.

Em conversa com uma professora sobre o assunto, ela disse se sentir pressionada pela secretaria de educação do município a apresentar um bom índice de aprovação e para tal fim, precisa ser flexível com a frequência dos alunos. Além disso, a vida no “beiradão”, conforme costumam se referir a vida às margens dos rios nas UCs, é desprovida dos confortos e facilidades da vida na cidade, dificultando a adaptação e permanência dos professores oriundos das áreas urbanas. Uma solução eficaz seria a formação de professores nativos, o que poderia promover uma valorização da cultura local. Entretanto, diante da já mencionada oferta de ensino e condições da educação na reserva, essa solução se torna praticamente inviável.

Os ribeirinhos alegam que quando a reserva foi criada havia a esperança de que a partir daquele momento o governo passasse a assisti-los. Ao que parece, por erro de comunicação, interpretação ou por excesso de entusiasmo dos representantes das instituições que participaram da criação da reserva, os ribeirinhos criaram a expectativa de que o governo lhes forneceria recursos financeiros para permanecerem na reserva e conservar os recursos naturais. A falta de acesso aos serviços e políticas públicas aumenta o sentimento de abandono e insatisfação em relação à criação da reserva.

4 AS RELAÇÕES SOCIAIS: O CONFLITO

4.1 As relações entre os ribeirinhos e os indígenas do entorno da RESEX

As Terras Indígenas fazem limite com as UCs do Médio Xingu e em conjunto, formam o conhecido mosaico de áreas de preservação da Terra do Meio. Na Reserva Extrativista do Rio Xingu, as terras indígenas estão localizadas na margem esquerda do rio de mesmo nome, entre Altamira e São Felix do Xingu, com exceção da Reserva Indígena Kararaô, localizada entre os Rios Xingu e Iriri. Na Reserva Extrativista do Rio Iriri, as terras indígenas mantiveram as mesmas distribuições geográficas, situando-se à margem esquerda do rio (SILVA, 2009).

O primeiro ciclo da borracha marca o início do processo de povoamento não indígena da região e dos conflitos e mortes de seringalistas/seringueiros e indígenas. As narrativas dos moradores mais antigos das RESEX atestam que a extração da borracha era uma atividade de alto risco de morte devido aos ataques dos indígenas. Os ribeirinhos mais antigos relatam que para proteger suas casas, mulheres e crianças, era comum a contratação de um “barraqueiro”, normalmente, uma pessoa idosa ou sem condições de exercer o extrativismo. Em troca de moradia, alimento e alguns utensílios, o barraqueiro deveria garantir a segurança das famílias contra ataques dos indígenas (ICMBio, 2010; 2012).

O processo de miscigenação foi marcado pela violência contra as mulheres indígenas, capturadas para serem “amansadas”. A expressão “pega no laço” originou-se nessa época e referia-se às índias sequestradas e mantidas aprisionadas pelos “esposos” seringueiros. Dizia-se que as Xipaya, Kuruayas e as Jurunas eram mais fáceis de “domesticar” e se adaptar para constituir família. Embora em alguns casos as índias matassem seu algoz enquanto este dormia e fugissem de volta às suas aldeias (SILVA, 2009; ICMBio, 2010; 2012).

Consta que este cenário começou a mudar a partir da chegada de um pacificador do Serviço de Proteção aos Índios, enviado pela presidência da República, cuja função era “amansar caboclos” da região dos rios Xingu, Iriri e Curuá. Credita-se a presença desse representante do governo a redução considerável do número de mortes de índios e seringueiros, e o início do processo de paz entre índios e ribeirinhos. O fim do conflito promoveu maior

segurança para os seringueiros trabalharem nas estradas de seringa e piques de castanha, principais atividades produtivas até meados da década de 1970. Assim sendo, a população tradicional encontrada hoje ao longo dos rios desta região se constituiu a partir da miscigenação dos imigrantes nordestinos que foram trabalhar nos seringais do Médio Xingu, com os povos indígenas locais, dando origem a uma população cabocla com forte herança das tradições indígenas, adaptada às condições ecológicas das várzeas e rios da Amazônia, embora inserido nos ciclos econômicos regionais (ICMBio, 2010; 2012).

Não obstante, possivelmente a memória de tais conflitos esteja impressa no *habitus* dos ribeirinhos, uma vez que apesar da relação pacífica e da relativa dependência dos recursos materiais como os postos de saúde disponíveis nas aldeias indígenas vizinhas as RESEX percebe-se nas falas de alguns ribeirinhos, uma espécie de ressentimento e indignação em relação aos recursos disponíveis nas Terras Indígenas (postos de saúde, infraestrutura das casas e recursos financeiros) e que não existem na outra margem do rio, no território dos ribeirinhos.

Outro agravante desse conflito latente é o fato de que os índios parecem estar mais bem organizados, possuem maior controle sobre suas áreas e entenderem que têm mais direito sobre os recursos da floresta e dos rios, do que os ribeirinhos. Os ribeirinhos alegam que algumas das áreas que fazem parte do território das RESEX não podem ser utilizadas por eles porque os índios os proíbem por entenderem que faz parte do seu território, ainda que tal afirmação divirja do que está demarcado nos documentos oficiais. Por outro lado, os índios que pescam e às vezes caçam nas RESEX ameaçam retaliar violentamente qualquer indivíduo que for surpreendido em seu território sem autorização.

Antigamente índio não era nem gente, era bicho. Hoje eles têm mais valor do que a gente porque se eles matarem um de nós, não vai ter nada com eles, mas se a gente matar um deles, a gente vai preso na hora!

Os índios invadem nossa área aqui na hora que eles querem, pescam aqui, caçam, mas se a gente for pro lado da área deles, eles tomam as tralhas da gente, quer até que a gente pague pra eles deixarem a gente pescar [...] A gente tem medo deles porque eles têm mais poder que a gente.

A história de luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos indígenas no Brasil embora ainda não lhes tenha garantido a cidadania necessária, conseguiu promover constitucionalmente o reconhecimento dos direitos indígenas e estabelecer marcos legais para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas. Através da Constituição Federal de 1988, os direitos territoriais indígenas e o direito ao respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições foram reconhecidos, bem como foi estabelecido aos índios no Brasil o direito à diferença, ou seja, o direito de serem índios e de permanecerem como tal indefinidamente. Entretanto, isto não significa que haja uma garantia de proteção dos valores culturais indígenas e muitas vezes essa população se torna alvo de projetos de desenvolvimento com efeitos daninhos à sua cultura.

As Condicionantes do Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Belo Monte deram origem ao Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI), apresentado pela Norte Energia S/A à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), por exigência de um plano de mitigação dos impactos oriundos da construção da UHE Belo Monte sobre as populações indígenas classificadas pela FUNAI para ação no entorno da obra. Segundo o Relatório Anual 2013 da Norte Energia, o PBA-CI prevê, entre outras ações, a construção de postos de saúde indígenas, a construção de sistemas de abastecimento de água potável dentro das aldeias com distribuição de água encanada além da doação de veículos e embarcações.

No entanto, as transformações provocadas pelos ingressos financeiros e materiais nas aldeias vão muito além das mudanças na infraestrutura física desse ambiente social. No caso das aldeias do entorno da RRX e da RRI, já é perceptível a mudança nas relações socioeconômicas entre indígenas e ribeirinhos.

Durante as entrevistas e conversas informais com os ribeirinhos e os pilotos das voadeiras ouvimos depoimentos inquietantes a respeito das mudanças no comportamento de indígenas de algumas aldeias assistidas pelo PBA-CI. Os pilotos de voadeiras mantêm estreita relação com os ribeirinhos e costumam conhecer bem os indígenas, além de normalmente, serem contratados pela Norte Energia para fazer o transporte de grandes quantidades de combustíveis para as aldeias.

Tanto pilotos quanto ribeirinhos relatam que a quantidade de combustível destinado as aldeias é tão grande que os índios costumam vender aos ribeirinhos. Eles contam que muitos índios deixaram de produzir farinha e passaram a comprar tanto a farinha quanto o peixe com o ribeirinho. Durante uma entrevista com um morador que comercializa farinha na RESEX do Rio Xingu, presenciamos a chegada de um grupo de indígenas ao seu porto para acertar detalhes de uma compra de farinha.

Segundo seus relatos, após o fácil acesso aos recursos financeiros, o consumo de bebidas alcoólicas entre os indígenas aumentou e não é raro jovens embriagados trafegarem “à toda” pelo rio nas voadeiras cedidas pela Norte Energia. Há relatos de embarcações novas que foram trocadas por caixas de cerveja. Tal cenário se torna ainda mais preocupante quando os próprios indígenas começam a reclamar que o montante dos recursos destinados às aldeias tem começado a diminuir à medida que as obras de construção da hidrelétrica avançam. Entre as reflexões levantadas acerca do problema podem ser citados o questionamento sobre a inexistência de um PBA para as comunidades ribeirinhas que se localizam em frente as aldeias contempladas no plano de mitigação de impactos e a indagação sobre o futuro dos povos indígenas quando a “torneira financeira” se fechar.

4.2 As relações entre os ribeirinhos e os agentes externos

Embora as relações sociais entre os ribeirinhos e os agentes externos na Reserva Extrativista do Rio Iriri ocorram sob uma aparente cordialidade, uma análise mais apurada das relações no campo de estudo demonstram o universo relacional conflituoso descrito nos pressupostos teóricos de Bourdieu (2003; 1989). As falas dos ribeirinhos refletem uma espécie de ressentimento pela interferência no seu modo de vida, embora se mostrem dependentes da autoridade externa.

Alguns comportamentos dos ribeirinhos que podem induzir à conclusão de que há entre os comunitários uma fraca ou quase ausente mobilização social uma vez que os comunitários rejeitam explicitamente a possibilidade de qualquer tipo de fiscalização ou punição exercida pelos próprios moradores da reserva. Um vizinho não pode fiscalizar e punir o outro que for flagrado praticando atos que transgridam

as regras de uso da reserva. As reuniões da Associação dos Moradores ocorrem por iniciativa das instituições externas que precisam se esforçar para fornecer estímulos que convençam os moradores a comparecerem os encontros. Os incentivos vão desde o fornecimento de combustível para o deslocamento até o local da reunião, até o fornecimento do alimento e o pagamento da mão-de-obra responsável pelo preparo. Ainda assim, 23,1% dos moradores não participam, enquanto 25,6% participam apenas esporadicamente.

Todavia, o conhecimento de algumas peculiaridades que envolvem o fenômeno estudado auxilia sua análise sob uma nova perspectiva. O presidente da Associação dos Moradores da Reserva do Rio Iriri (AMORERI), não é alfabetizado, o que suscita muitas especulações. Para alguns moradores a escolha do presidente da Associação é induzida pelas instituições parceiras, e a incapacidade da diretoria da Associação em prestar contas sobre os recursos financeiros oriundos dos projetos aprovados para a reserva, sem o auxílio dos parceiros externos, só aumenta a desconfiança que se faz presente mesmo entre membros da Diretoria da AMORERI, conforme a fala de um deles:

Não são os moradores que chefiam a Associação. São os parceiros (instituições externas), que acabam dirigindo. A diretoria não sabe o que acontece na RESEX em termos de projetos, não sabe de onde vem os recursos. A gente tinha que ter acesso aos “papeis” que explicam o que foi feito com o dinheiro dos projetos.

Isto posto, analisando o comportamento dos comunitários a partir da sua posição no campo, a suposta falta de interesse em participar das reuniões da Associação pode ser interpretada como uma espécie de refração às interferências externas, a adoção de uma postura contrária à situação que se apresenta. A participação dos moradores na AMORERI, representa adesão ao novo modelo institucional implementado a partir da transformação do território em uma Reserva Extrativista. Portanto, a não participação nos encontros organizados ou fomentados pelas instituições externas pode ser uma espécie de mobilização dos comunitários contra o novo modelo institucional, uma tentativa de enfraquecê-lo ou não legitimá-lo.

4.3 As relações entre os ribeirinhos e a perspectiva de autonomia

A perda da renda gerada pelo fim das atividades ligadas às fazendas aumentou a pressão sobre o recurso pesqueiro, principal fonte de renda e, atualmente, também de conflitos. A principal atividade econômica das famílias passa por um processo de declínio na sua produção ao mesmo tempo em que a pesca tem se intensificado, dando origem a um cenário de disputas pelo recurso, o que nos remete a questão da mudança nas relações entre os ribeirinhos, a qual eles atribuem a criação da reserva.

Os ribeirinhos costumam afirmar que, antes da reserva, os moradores eram muito mais unidos, “*os moradores iam visitar uns aos outros e hoje ninguém vai mais à casa um do outro*”. Costumeiramente, tal mudança é creditada a dois episódios: a criação do acordo de pesca, que está ligado às regras de uso dos recursos da RESEX, e à estratégia de nomeação de um representante para cada localidade.

A celeuma em torno da pesca diz respeito principalmente a duas prescrições constantes no Plano de Uso da reserva e que serão elencados por grau de atrito: Os mariscadores não podem pescar na frente de nenhuma casa, a não ser a sua, sem a autorização do(s) morador (es) residente(s) na área; Todo o rio é de uso coletivo, respeitando uma faixa de 500 (quinhentos) metros para cada lado das colocações. As regras de pesca têm acirrado o conflito entre os moradores pois, embora nem todas as famílias comercializem o pescado, todos os moradores dependem do recurso para subsistência.

O processo de diminuição do peixe começa a colocar os moradores em situação de competição pelo recurso, e a partir desse momento, o desrespeito aos limites de pesca se torna uma prática mais frequente enquanto a intolerância aumenta na mesma proporção.

Enquanto as famílias que não pescam comercialmente culpam os pescadores comerciais pela diminuição do pescado e propõem a suspensão da pesca comercial até a recuperação do recurso, os pescadores comerciais discordam veementemente da proposta sob a alegação da não existência de uma alternativa econômica à pesca que seja viável, apesar da existência de projetos com esse objetivo na RESEX. Para entender a multiplicidade de discursos, é preciso compreender que uma relação social diz respeito a uma palavra

que remete a uma relação que se estabelece entre pessoas. Portanto, o significado exato de cada palavra expressa o sentido preciso da relação, que varia de acordo com a posição social do ator falante. Cada pessoa possui um discurso que varia de acordo com a posição de cada ator. As condutas sociais que correspondem a uma relação social obedecem a um sentido determinado pela posição do ator no jogo social (SUESS; MENDOZA, 2011; BOURDIEU, 2004).

Por esse motivo, muitos pescadores comerciais alegam que as regras de pesca não existiam antes da criação da reserva e atribuem a ideia aos agentes das instituições que ajudaram a criar a RESEX. Segundo eles, o costume antigo era o da pesca livre, sem regras, e afirmam que os moradores criaram as regras sem entender o que estavam criando, gerando intrigas entre vizinhos. Os pescadores não comerciais, no entanto, afirmam que as regras de pesca sempre existiram. Ambos os lados têm fortes argumentos para defender seus posicionamentos, pois dependem do recurso para sua reprodução sociocultural:

*Pescar é o que eu gosto de fazer, é o meu sonho pescar, eu fico doidinho no dia que eu não vou pro rio pescar!
Eu pesco porque é a única coisa que dá dinheiro, e esse negócio de mato não é pra mim, eu nem sei andar direito no mato, o que eu sei fazer é pescar [...] Qual é o pai de família que vai aguentar ver seus filhos chorando com fome pra respeitar regra? Eu vou onde tiver o peixe.*

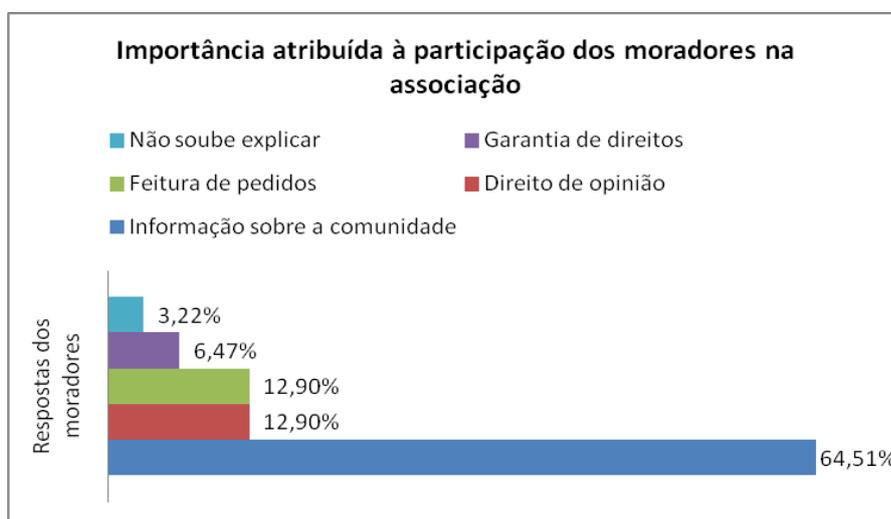
O outro fator apontado como responsável pela mudança nas relações entre os ribeirinhos foi a nomeação de representantes para cada localidade. Segundo alguns moradores, essa situação criou uma espécie de competição na qual cada representante reivindica melhorias apenas para sua localidade, em detrimento das demais. A percepção do efeito negativo da interferência dos agentes externos sobre as relações entre os ribeirinhos foi registrada no Plano de Manejo da Reserva:

As principais ameaças e conflitos internos parecem derivar principalmente do processo de associativismo que está em curso na RESEX. Antes da demarcação da Reserva os moradores mantinham relações entre si sem maiores conflitos pessoais, o que muda com a ação do governo e de instituições, cada vez mais presentes. Os conflitos emergem quando se começa a implementar ações de melhoria da qualidade de vida dos moradores em determinados pontos e em outros não. Por conta das longas distâncias entre as residências/regiões, a distribuição dos benefícios torna-se um grande desafio. Ao se construírem ações que atendam um ou outro lugar em detrimento do todo, começam a se romper os fios sociais que haviam se sido tecidos pela convivência (ICMBio, 2010, p. 129).

Enquanto ações não forem desenvolvidas para resolver o problema os conflitos tendem a aumentar, enfraquecendo ainda mais a possibilidade do estabelecimento de um diálogo que ajude a resolver os problemas da reserva. Embora admitindo a possibilidade da escolha da não participação na AMORERI consistir uma espécie de mobilização e resistência, é preciso destacar, por outro lado, que 62,13% dos chefes de família entrevistados não são alfabetizados e os que têm maior grau de escolaridade (22,72%) não possuem mais do que a 8ª série do ensino fundamental. E embora 80,0% considere importante participar das reuniões, quando questionados sobre o motivo, vinculam a participação à satisfação de uma espécie de curiosidade a respeito do que está ocorrendo na reserva.

O Gráfico 1 representa a importância atribuída pelos comunitários à participação nas reuniões da Associação de Moradores da RESEX do Rio Iriri, demonstrando que apenas 6,47% vincularam a participação à busca de direitos. Este resultado demonstra que, embora participem das reuniões e afirmem sua importância, os comunitários ainda não possuem a noção da necessidade de fortalecimento dos seus laços associativos e das possibilidades de melhoria de sua condição de vida através do associativismo. Admitindo-se que o baixo grau de escolarização ou de alfabetização consiste numa barreira para que os comunitários consigam acessar e assimilar informações e conceitos que despertem o desejo de mobilização e liderança com o desenvolvimento de estratégias que busquem a garantia de direitos, o posicionamento dos moradores se torna bastante compreensível.

Gráfico 1 – Importância da participação nas reuniões da AMORERI

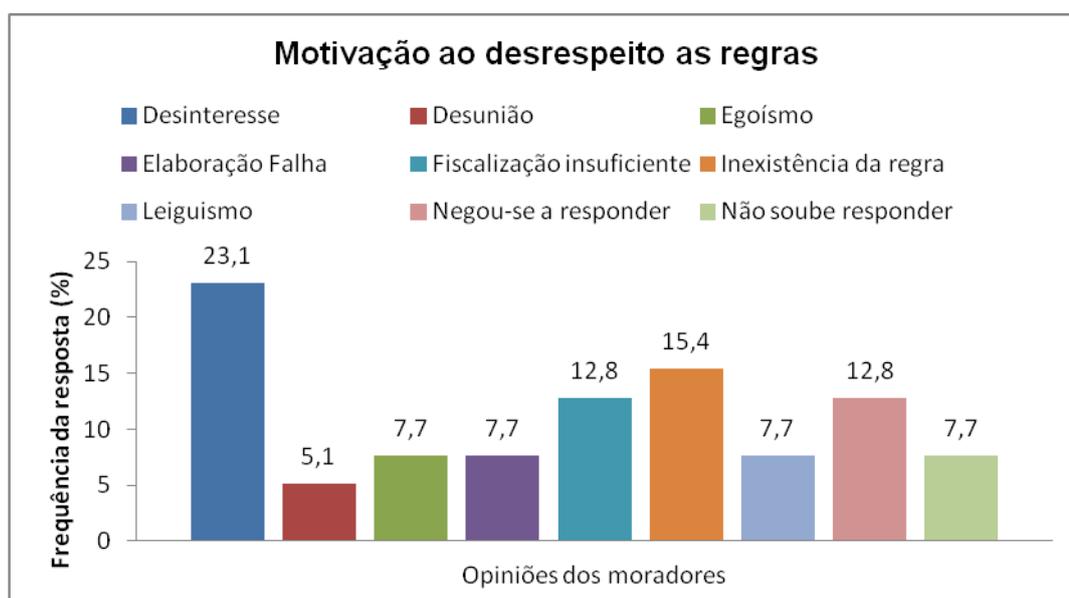


Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Para analisar o comportamento dos ribeirinhos quando se trata do desrespeito às regras de uso que foram oficializadas após a criação da Reserva Extrativista, os pressupostos teóricos de Suess; Mendoza (2011) se mostram bastante oportunos. Segundo esses autores, ao contrário do que os agentes urbanos acreditam, as assembleias comunitárias não funcionam como marco social da palavra comprometida, significando que nem sempre os acordos realizados nessa instância serão respeitados pelos comunitários. Isto ocorre, por um lado, porque nem todos os comunitários participam das assembleias e conseqüentemente, não se sentem obrigados a acatar a decisão comum, por outro, porque o tipo de discurso não afeta aos comunitários participantes ao ponto de sensibilizá-los a se comprometerem (SUESS; MENDOZA, 2011, p.13).

As justificativas aplicadas são as mais variadas, sendo que as mais apontadas são o desinteresse (23,1%), atribuído à não aceitação de imposições ao seu modo de vida; a inexistência da regra antes da criação da reserva (15,4%) e fiscalização insuficiente, conforme ilustrado no Gráfico 2. A falta de escolaridade e o leiguismo foram apontados como os responsáveis pela vulnerabilidade que supostamente permitiu que os agentes externos impusessem as regras sobre os ribeirinhos sem que estes entendessem o que estavam criando. A desunião e o egoísmo também são fatores negativos constantemente apontados pelos moradores para explicar o desrespeito às regras.

Gráfico 2 – Razões que motivam o desrespeito às regras na RESEX



Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Os moradores atribuem ao ICMBio o dever de fiscalizar o cumprimento das normas. Alegam que não possuem poder para fiscalizar nem aceitam ser corrigidos pelos vizinhos, apenas o Estado pode legitimar a autoridade de uma gente interno. A outorga da competência da fiscalização do uso dos recursos naturais da reserva aos agentes externos por parte dos ribeirinhos pode ter suas origens na visão negativa que os ribeirinhos RESEX do Rio Iriri criaram de si mesmos e dos seus companheiros, e expressa uma relação de pouca confiança tanto nas ações quanto em sua capacidade.

É indicativo de baixa estima a respeito dos seus valores e de sua condição social, e da dificuldade de se aperceberem como um todo, passando a depender da presença dos agentes externos para promover a mediação entre os próprios moradores. Isto pode ser um uma expressão da violência simbólica historicamente desenvolvida.

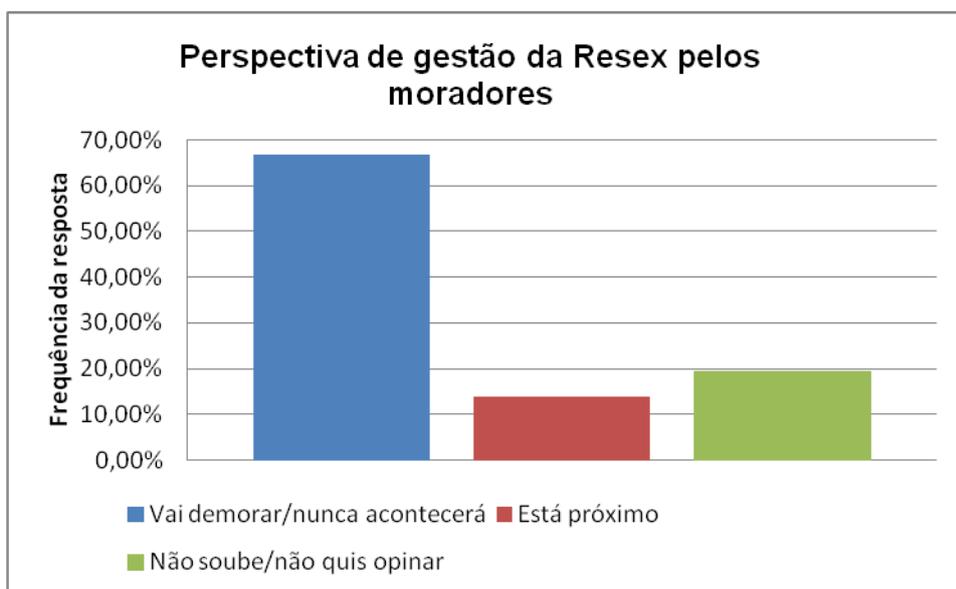
Essa percepção se fortalece diante da reação dos ribeirinhos quando questionados a respeito da possibilidade de assumirem a gestão da reserva, de passarem a resolver sozinhos os conflitos e se transformarem nos principais agentes da mudança.

Como uma das justificativas apresentadas para o descumprimento das regras é a de que estas foram criadas de maneira errada, sem o pleno entendimento dos ribeirinhos sob a imposição dos agentes externos, foram apresentados dois questionamentos: a) *“Você acha que as regras criadas apenas pelos comunitários funcionam? Por quê?”*; b) *“Você acredita que em quantos anos, os comunitários conseguirão gerir seus recursos, resolver conflitos e criar normas eficazes independentes das instituições externas, e por quê?”*

Em resposta a primeira pergunta, 59,46% dos entrevistados responderam que regras criadas apenas pelos comunitários não funcionam e apontaram como motivos principais a desunião, o hábito de desrespeitar normas e a incapacidade dos moradores criarem regras de forma correta.

Em resposta à segunda pergunta, 66,66% dos entrevistados declararam que ainda levaria muito tempo (entre 5 e 30 anos) ou que nunca seria possível a gestão da reserva pelos comunitários.

O Gráfico 3 ilustra a perspectiva dos moradores em relação a possibilidade de passarem a gerir a reserva no futuro. Foram apontados como motivos desunião, baixa escolaridade, desinteresse e egoísmo.

Gráfico 3 – Possibilidade dos comunitários assumirem a gestão da reserva

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

5 A EXTREMA ESCASSEZ MONETÁRIA DO RIBEIRINHO

5.1 A lógica do sistema de aviamento

Para alguém que nunca esteve na Amazônia ou que só tenha feito contato através dos livros, é intrigante se deparar com o ainda arraigado sistema de aviamento ao qual comunidades tradicionais amazônicas ainda estão atadas. Somente conhecendo a realidade dessas comunidades é possível entender porque ele se mantém em funcionamento e cria tanta exploração e dependência.

A partir do entendimento de que os agentes não realizam ações gratuitas, embora essa não gratuidade não esteja relacionada a uma racionalidade plena, teleológica, individual e hedonista e que a explicação para o fenômeno social reside nas relações sociais e não no indivíduo (BOURDIEU, 1983; 2004), a análise do fenômeno do sistema de aviamento e das práticas do regatão se dará a partir da interação entre a estrutura e a ação, analisando as posições dos agentes, seus discursos e práticas.

O aviamento é uma espécie de sistema de crédito sem dinheiro, no qual o comerciante (em nosso estudo, o regatão), antecipa o fornecimento de bens de consumo, inclusive instrumentos de trabalho, para o extrativista e ou agricultor, e recebe a contrapartida em produtos extrativistas ou agrícolas. Esta espécie de escambo foi implantada na região amazônica na época colonial, quando o negociante sediado em Belém abastecia de provisões a empresa coletora das drogas do sertão, para receber a paga em produto físico recolhido (SANTOS, 1980). Esta modalidade de créditos e consolidou durante o ciclo da borracha como sistema de comercialização no qual, frequentemente, a moeda cumpre apenas o papel de referência de valor.

Esse sistema crediário consegue chegar até as comunidades remotas onde o sistema de crédito formal não consegue alcançar, embora a presença do sistema de crédito formal no financiamento do sistema de aviamento seja indispensável (ARAMBURU, 1994). O autor salienta que este sistema possui em si mesmo o paradoxo de interligar o mundo caboclo, por mais isolado que esteja, à sociedade capitalista regional e nacional, introduzindo-o, na divisão internacional do trabalho, na “modernidade” do mercado mundial, enquanto ao mesmo tempo se constitui em

uma das principais barreiras ao desenvolvimento e à modernização da vida e das relações sociais na Amazônia (ARAMBURU, 1994).

No que diz respeito ao paradoxo do sistema de aviamento, se faz necessária a tentativa de compreensão da faceta *sui generis* das relações capitalistas nesse sistema, tornando imprescindível o esforço de entendimento de como se formou a estrutura que permite a existência dessa prática em meio ao sistema capitalista.

Até meados do século XVIII, o Pará não utilizava moedas metálicas. Algodão, rolos de pano, drogas do sertão e a partir de 1740, o açúcar, cumpriam o papel do dinheiro na economia. O dinheiro em forma de moedas de ouro, prata e cobre com as inscrições e normativas estipuladas para o território brasileiro e denominada de Brasília, começaram a circular na Capitania somente a partir de maio de 1749 em cumprimento ao Decreto de 12 de junho de 1748. Com os novelos de algodão, rolo de pano e drogas do sertão pagavam-se os impostos, compravam-se escravos e pagavam-se soldos das tropas. Como essas mercadorias atuavam como a moeda corrente e sua medida de valor era o peso, tornara-se recorrente a prática de introduzir fragmentos de ferro e de pau nos novelos de algodão para lhes aumentarem o peso (CRUZ, 1973).

O valor total das moedas em circulação no Pará era de 55 contos de réis. Sendo que o vintém correspondia à moeda de cobre, pataca à de prata e cinco e dez cruzados, às moedas de ouro. Entretanto, a moeda não foi bem aceita pela população que considerava as mercadorias que funcionavam como dinheiro, mais valiosas do que o cobre. Além disso, as constantes substituições dos bilhetes antigos por novos, aliadas às falsificações, incitavam a desconfiança do público em relação ao dinheiro oficial (CRUZ, 1973; SANTOS, 1980).

Santos (1980) citando Le Conte, narra como as abusivas substituições dos bilhetes do papel moeda afetavam os habitantes do interior com perdas frequentes, pois, propositalmente se criavam dificuldades para a substituição dos bilhetes que só poderia ser feita com data fixa e nas capitais, fazendo com que a população interiorana fosse surpreendida com a desvalorização do dinheiro que possuía.

O repúdio à moeda metálica no Pará foi tão intenso que o governo passou a ameaçar de degredo e açoite quem a rejeitasse. Ainda assim, alguns comerciantes só aceitavam o dinheiro pela metade do seu valor real. Um século depois, apesar da maior disseminação do uso do dinheiro, o isolamento geográfico da população livre

e o modelo de exploração escravagista da mão-de-obra ainda favoreciam a fraca participação do dinheiro nas trocas (CRUZ, 1973; SANTOS, 1980).

Portanto, podemos identificar uma *práxis* de substituição do uso do papel moeda pelo uso de produtos extrativistas da terra como moeda corrente, a prática da troca de mercadorias por mercadoria. A partir dos pressupostos de Santos (1980), podemos entender ou explicar o aviamento como uma estrutura que se consolida a partir do contato do *habitus* da civilização amazônica com o capitalismo industrial europeu.

Santos (1980), destaca que para a existência de uma economia baseada no sistema de aviamento devem existir características condicionantes como: uma base de recursos naturais especialmente ampla e de difícil acesso; atraso nas técnicas de produção; baixo ou nulo índice de monetização nas trocas; presença de lideranças mercantis locais autóctones ou estrangeiras; ligação dessas lideranças com um mercado altamente monetizado e atuante que, de fora, creditize essa economia, e demanda externa para um ou mais produtos dessa área.

Esse contato entre a prática das trocas pouco ou não monetizadas da sociedade amazônica com o capitalismo industrial europeu se deu a partir de 1840 e 1850 quando a demanda estrangeira pela borracha confluiu com os interesses mercantis locais. A inviabilidade da tentativa de transformação da economia de escambo amazônica em economia altamente monetizada é um dos fatores que motivaram a ampliação do sistema de aviamento durante a economia da borracha (SANTOS, 1980). O “patrão” do seringueiro tanto podia ser um grande proprietário que arrendava suas terras (seringalista) ao extrativista, como podia ser um comerciante local conhecido como aviador (BUENO, 2012).

A prática se expandiu e se tornou uma particularidade econômica própria da Amazônia, incorporando o setor agrícola e de pesca. O aviamento é um sistema simbólico, dotado de moralidade própria, punições e regras de conduta extra econômicas orientadas para inibir os desvios de produção, expropriar a renda do trabalhador e concentrar na fonte da cadeia aviadora (SANTOS, 1980).

O sistema de aviamento funciona através de um engenhoso mecanismo de exploração da mão-de-obra extrativista. Por esse sistema, o trabalhador é classificado como “autônomo”, portanto, não goza dos benefícios de uma vinculação empregatícia, precisa custear seus instrumentos de trabalho, já começando a atividade endividado. Essa dívida tende a crescer ininterruptamente à medida que os

mecanismos de saque da renda do extrativista se põem em funcionamento alicerçado pelo ambiente institucional.

Conforme Santos (1980) destaca, este modo de produção via mão-de-obra “autônoma”, desonerava o aviador e o exportador, transferindo custos da produção para os trabalhadores ao mesmo tempo em que auferia aos detentores do capital, a vantagem da cobrança de “juros extras”, criando excedentes para a acumulação de capital na economia gomífera.

O “aviador” de nível mais baixo fornecia ao extrator certa quantidade de bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho e eventualmente pequena quantidade de dinheiro. Em pagamento, recebia a produção extrativa. Os preços dos bens eram fixados pelo “aviador”, o qual acrescentava ao valor das utilidades fornecidas juros normais e mais uma margem apreciável de ganho, a título do que se poderia chamar “juros extras”. Esse “aviador”, por seu turno, era “aviado” por outro e também pagava “juros extras” apreciavelmente altos. No cume da cadeia estavam às firmas exportadoras, principais beneficiárias do regime de concentração de renda e do rebaixamento do preço local da borracha. A cadeia era simplificada quando o seringalista se tornava um empresário de certa envergadura. Neste caso, ele próprio se constituía um “aviador” de primeira linha, ligando-se diretamente, por um lado, às casas “aviadoras” de Belém e Manaus e, por outro, ao seringueiro extrator, seu “aviado” ou “freguês” (SANTOS, 1980, p.159).

A Figura 2 ilustra a espiral de extração da renda do extrativista e concentração na fonte da cadeia aviadora. O seringueiro maximizava a produção a pagamentos mínimos, sendo espoliado até seu limite fisiológico. Como a produção gomífera é baixo intensiva em tecnologia, a soma maior de investimento requerida se destina aos custos variáveis do fator de produção trabalho. Essa produção exigia que a composição do capital do seringalista fosse intensiva em capital de giro, destinado a aquisição de alimentos e instrumentos de trabalho, repassados a valores escorchantes ao seringueiro. O capital de giro também se destinava à concessão de pequenos adiantamentos aos trabalhadores.

Figura 2 – Espiral de extração da renda do extrativista e concentração na fonte da cadeia aviadora.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor, adaptado de Santos (1980).

A estrutura das relações econômicas transformava seu regime de trabalho nos seringais, semelhante à servidão. O valor das mercadorias aviadas ao seringueiro reduzia ao limite mínimo o consumo dos extrativistas. A contabilidade era realizada pelo patrão sem qualquer fiscalização e o seringueiro não tinha acesso as suas contas. Os relatos dão conta da prática de alimentação precária com o consumo de alimentos estragados adquiridos a preços altíssimos.

A base da alimentação é a carne-seca e a farinha d'água. A primeira quase sempre chega deteriorada, o que é fácil de se ver a vista de seu péssimo condicionamento e da umidade da região. Os que melhor se alimentam fazem uso de conservas que vêm em grande parte de Manaus e Pará. Estas conservas são vendidas sem escrúpulo e em grande parte deterioradas. E a fraude vai a tal ponto que as casas de importação de conservas têm um empregado denominado *caixeiro da solda* e cujo mister, consiste em furar as latas deformadas pelos gases da fermentação, a fim de dar saída a esses e soldar a abertura feita. Assim, conseguem iludir os compradores que bem conhecem os perigos das conservas em caixas deformadas pelos gases da fermentação, devido sobretudo ao desenvolvimento de bactérias produtoras das infecções e intoxicações alimentares. E o seringueiro das regiões afastadas do alto Madeira e seus afluentes tem que ingerir essas substâncias deterioradas se não quiser morrer à fome (OSWALDO CRUZ apud SANTOS, 1980, p.168).

Os seringais eram abastecidos em larga medida por gêneros importados com acréscimos de 60 a 70% nos preços que chegavam a Belém e Manaus. As casas aviadoras monopolizavam o abastecimento nas duas cidades e na condição de detentora de grande parte da frota que fazia o transporte das mercadorias para os seringais, expandiam seus lucros através da cobrança de fretes altíssimos (SANTOS, 1980; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 1992).

Cherobim (1983) apresenta dados sobre a prática da cobrança preços abusivos para mercadorias aviadas para os seringueiros em 1943. Segundo o autor, eram acrescidas taxas de 20% no valor de origem das mercadorias, em seguida, o patrão sobrepunha sua taxa de 60% no valor da mercadoria que ainda receberia a taxa de mais 40%, que correspondia ao valor da margem cobrada pelo aviado que repassaria as mercadorias para os seringueiros. Em alguns seringais, ainda havia a prática da cobrança da taxa de expediente de 20%.

Embora a prática de cobrança dos “juros extra”, não fosse admitida pelos agentes aviadores e exportadores, está explicitada nos mecanismos de maximização da remuneração do capital. Sobre esse comportamento, Santos (1980) esclarece que o aviamento faz as vezes do mercado capitalista, pois tem regras, disciplinas e critérios de avaliação como o mercado. Se acrescentarmos a ausência de regulação da atividade por parte do governo, podemos dizer que o aviamento funciona como um mercado autorregulado.

Para entender como a prática do aviamento se mantém no campo econômico moderno, é preciso reconhecer a existência de agentes econômicos interessados em defender sua posição privilegiada na esfera das trocas, a baixa diversidade de produtos elaborados na área, que dificulta as trocas indiretas e a presença do *habitus* no sistema de aviamento.

5.2 O papel do regatão na determinação das restrições orçamentárias do ribeirinho

O regatão é um personagem bastante conhecido da literatura econômica sobre a Amazônia. Contudo, este trabalho longe de pretender fazer juízo de valor a respeito do regatão e sua atividade, busca entender sua *práxis*. Para esse fim, parte do pressuposto de que o regatão é um agente econômico que atua no comércio e, como qualquer agente que empreenda uma atividade econômica, visa o lucro.

Entretanto, em mercados não regulados, a tentativa de maximização dos lucros tende a ser mais devastadora. Nem todos os regatões moram na cidade, e alguns moram na reserva e também são pescadores. Outros, como possuem residências nas duas localidades, dividem seu tempo entre os dois lugares a depender da dinâmica do comércio. Portanto, conhecem as dificuldades do cotidiano do ribeirinho, e não é um agente externo alheio aos efeitos causados por suas práticas.

A menos que o ribeirinho tenha alguma liquidez para comprar os alimentos na cidade, o regatão é seu único fornecedor, assim como é o único comprador do pescado que produz. No Iriri, alguns comerciantes são considerados atravessadores ou “puxadores de peixe”. No entanto, sua atuação é muito semelhante a dos comerciantes. Aparentemente, são considerados atravessadores por não serem tão “fortes” quanto os regatões mais sólidos. Um desses agentes que atua na atividade há mais de vinte e dois anos, declara já ter passado um longo período sem “puxar peixe”, devido a um período de crise em que não teve mercadorias para comercializar.

Também costuma substituir a pesca pela castanha e pela farinha quando se torna mais rentável. Ele revela que não tem capital de giro suficiente para comprar muitas mercadorias, por esse motivo, ocasionalmente, comercializa mercadorias que fazem parte da sua despesa pessoal.

Atuam na reserva, pelos menos cinco regatões ou atravessadores, e nem todos negociam até o final da reserva. Além disso, o rio é cheio de canais onde ficam as moradas. Algumas padecem na época da seca, quando o nível das águas baixa muito e os comerciantes selecionam as localidades por onde passar, obrigando o morador a se deslocar para o local onde o comerciante estará para poder comprar alimentos e entregar sua produção.

Apesar da quantidade de comerciantes, não há uma concorrência que provoque disputa pelos pescadores através dos preços. Não há vantagem em pagar mais caro pelo peixe comprado para atrair mais pescadores, porque a relação envolve mais fatores do que simplesmente o preço praticado pelo regatão. É uma relação pessoal, de empatia e confiança, conforme reclama um regatão do Iriri:

Esse povo não tem vergonha, tem regatão aí que explora eles (se referindo a um regatão específico), que judia deles e mesmo assim, eles continuam trabalhando com ele. Olha que eu ajudo esse povo,

quando posso pago mais caro, eles vem aqui em casa e eu ajudo, mas mesmo assim eles pescam pra ele.

Ao que parece, um pescador só muda de patrão após uma briga que o faça romper as relações e procurar outro comerciante para negociar. Alguns comerciantes compram o pescado e levam até o ponto mais próximo da cidade (Maribel) e entregam para o patrão, outros entregam o peixe ao patrão diretamente na cidade. Como pode ser observado, a relação entre regatão e ribeirinho se difere da antiga relação entre seringueiro e patrão de barracão, pois, o regatão não possui o mesmo poder coercitivo dos seringalistas, e não pode exigir exclusividade do ribeirinho. Entretanto, segue basicamente a mesma lógica de extração do excedente do produtor e acumulação na base da cadeia financiadora. Permanece a relação de dependência e confiança que permitem que apenas o comerciante possua o controle das vendas e da produção.

Durante a economia gomífera, os seringalistas mantiveram barrocões para comercialização de produtos no Iriri. Estes se localizavam próximos de seus seringais, e ali, os ribeirinhos trocavam seus produtos por mercadorias industrializadas e, quando havia saldo, este era sacado em dinheiro. Existiram barracões nas localidades Rio Novo, Boa Esperança, Pedra do Ó, São Francisco, Carajari, Seringal Praia de São José, Curral de Pedra, Nova Olinda, Entre Rios, Laranjeiro e até hoje são lembrados com saudosismo.

Segundo as narrativas, anualmente era decidido pelo patrão onde o trabalho seria realizado e a cada 15 dias os seringueiros recebiam os mantimentos. Quando não entregavam a quantidade de borracha combinada, não recebiam a comida e, caso ficassem com dívidas, o patrão podia mandar seus capangas amarrarem e dar “taca” (bater) no seringueiro e, inclusive, levar sua mulher e vendê-la a outros para sanar a dívida (ICMBio, 2012). No entanto, manter o trabalhador endividado era uma estratégia para que permanecesse dependente do Patrão. De forma alguns seringalistas proibiam seus trabalhadores de fazerem roça, para estabelecerem uma dependência absoluta deles para a alimentação. Por regra, se um trabalhador fosse descoberto vendendo sua borracha para outros seringalistas, ainda que estes oferecessem melhor pagamento, seria castigado e a borracha era retirada de quem a tivesse comprado (ICMBio, 2012).

Capangas armados vigiavam os seringais para impedir a fuga dos seringueiros em débito. A polícia oficial completava o “esquema de segurança”, capturando e mandando de volta para os seringais o fugitivo que fosse pego em Belém ou Manaus (SANTOS 1980; BUENO, 2012). Fato interessante é que no Iriri, o Igarapé Paga-conta possui esse nome justamente porque a partir dali, muitos seringueiros endividados fugiram de seus patrões, indicando que a situação de endividamento era opressiva o bastante para obrigar o seringueiro a fugir mesmo correndo o risco de ser novamente capturado. Caracteristicamente, o sistema de aviamento praticado hoje pelo regatão é semelhante à forma como era praticado pelos antigos patrões da borracha. A estratégia ainda é fazer com que a dívida cresça mais que proporcional à produção. Isso é possível porque as mercadorias são aviadas continuamente, a preços exorbitantes.

Mesmo não existindo a proibição da prática agrícola pelos regatões a exemplo do que acontecia com alguns seringalistas na época da borracha, a atividade pesqueira no modelo que é desenvolvida na reserva, é difícil de ser conciliada com os cuidados que uma roça requer. Contudo, se a estratégia é o endividamento, por que o comerciante não tem interesse em aumentar o escopo das mercadorias que vende? O regatão atua como um monopolista, selecionando o que e para quem vender, determina quais mercadorias não serão vendidas, mesmo havendo demanda. Uma análise mais atenta da contrapartida recebida pelo comerciante pelo adiantamento das suas mercadorias faz perceber que ação do regatão é estratégica e dotada de uma racionalidade econômica desenvolvida pela experiência adquirida ao longo dos anos de exercício da profissão.

O regatão que trabalha nas UCs da Terra do Meio comercializa através do pescado e em baixa escala, com a castanha e não costumam comercializar outros produtos. Embora receba o tratamento de Patrão por parte dos ribeirinhos com os quais trabalha, o comerciante também possui um patrão, geralmente é o dono de uma peixaria na cidade. É o detentor do capital que financia a atividade. O patrão é quem adianta o capital necessário para que o comerciante possa compor seu estoque de mercadorias que serão vendidas nas RESEX, assim como para compra dos insumos necessários para a realização da viagem. Os empréstimos que os ribeirinhos realizam junto ao regatão são financiados pelo capital que este tomou de empréstimo anteriormente ao patrão, conforme esclarece um dos regatões mais experientes que trabalha na RESEX do Rio Xingu:

O patrão é quem “segura” a gente, é quem adianta o dinheiro para nós poder trabalhar. As vezes o ribeirinho vem aqui na cidade e tá apertado, já vem direto procurar a gente, pede R\$ 100,00, R\$ 500,00, as vezes até mais. A gente não tem esse dinheiro, aí, vai até o patrão e ele empresta o dinheiro... Daí a gente paga pra ele com o peixe, em produção.

Frequentemente, o ribeirinho deseja adquirir produtos como motor rabeta, gerador de energia, televisor entre outros bens e geralmente encomenda ao regatão sem antecipar o pagamento, estipular prazo ou juros. Tanto regatões quanto ribeirinhos afirmam que a cobrança de juros não é praticada, embora alguns ribeirinhos se queixem de que a dívida “nunca acaba”. Para comercializar seus produtos, o regatão contrai dívida junto ao patrão também sem prazo de pagamento estipulado ou cobrança de juros e que igualmente que deve ser paga em produto físico. O produto em questão é o pescado, que consiste no detalhe relevante desse tipo de produção.

A mercadoria pescado possui a incerteza como singularidade do seu processo de produção. Diferentemente de uma mercadoria industrial, ou mesmo de outros produtos extrativistas como a borracha e a castanha, a combinação de quaisquer dos fatores de produção (por exemplo, tempo e habilidade), em se tratando da pesca artesanal, não garante a previsibilidade da produção, conforme costumam dizer os pescadores:

Pescaria é igual ao garimpo: hoje você pode ir e acertar de pegar muito. Amanhã você pode ir e não pegar nada.

Isso posto, percebe-se que o risco é inerente à atividade comercial do regatão, uma vez o dinheiro investido na mercadoria que foi adiantada ao ribeirinho pode perfeitamente não se converter em lucro. Diferentemente do que ocorreria se a contrapartida fosse realizada em dinheiro. O horizonte de tempo para a liquidação da dívida, a incerteza sobre a produção e o risco de inadimplência tornam o raciocínio de vender poucas quantidades de produtos a preços exorbitantes uma estratégia intrínseca do negócio. Afora esses aspectos, o barco do regatão sai da cidade levando para a reserva, além das mercadorias para serem vendidas, os isopores contendo o gelo onde o peixe será armazenado, quanto maior o volume de mercadorias, menor o espaço para os isopores. Apesar de alguns comerciantes serem analfabetos ou possuírem baixo grau de instrução, a atividade é

desempenhada seguindo uma lógica racional desenvolvida a partir das experiências adquiridas ao longo do tempo de trabalho na atividade.

[...] O pessoal fica de olho quando entra os caras aí querendo vender mercadoria, eu fico tranquilo. Quando vêm me falar, eu digo deixa que o negócio vai derrubar ele, e não dá outra, nego toma pau e sai logo (risos) [...] Eu tenho mais de quarenta anos trabalhando no Xingusão, tomei muito prejuízo, mas aí, a gente vai pegando a manha, vai aprendendo, tem que ter ó (aponta para a própria cabeça), senão o cara não aguenta.

Ao ser questionado sobre o porquê de não diversificar os alimentos e outros produtos vendidos aos ribeirinhos, o regatão nos revela:

Tudo que eu levar pro beiradão, eu vendo, o ribeirinho quer comprar de tudo, tem cara que quer que eu leve perfume, roupa... só que aí ele quer empurrar o braço e comprar de tudo e se endividar. Só que eu freio o cara (faz sinal de quem puxa um freio com a mão). Porque ele já tá me devendo, se eu vender, ele quer comprar R\$ 200,00 de perfume e roupa, mais R\$ 300,00 de rancho, eu deixo a mercadoria lá com ele e quando eu voltar pra recolher o peixe, o camarada só fez 25 kg de peixe, e aí? Quando for na próxima viagem, ele quer rancho, quer dinheiro emprestado e pode ser que nem consiga produzir de novo, tem vez que leva três viagens seguidas e o cara sem conseguir produzir ou com produção ruim, e a gente continua segurando ele, fornecendo mercadoria e esperando melhorar.

Questionado se ele continua a vender mesmo quando o pescador já está endividado e tradicionalmente não tem boa produção por não ser um bom pescador, ele declara:

Sim, a gente continua vendendo porque não tem jeito, não tem como se livrar. A gente tá dizendo na cara dele que não quer mais vender pra ele e o cara fica ali insistindo, perturbando [...] aí, a gente tem o coração mole né? [...] Outro dia eu tava olhando pra um cara lá (na RESEX), a casa cheia de filho [...] eu que criei os filhos dele [...] risos.

Tal situação indica o grau de dependência do ribeirinho ao regatão. Sem a liquidez necessária para comprar na cidade, se vê forçado a sujeitar-se à “boa vontade” do regatão. Entretanto, os depoimentos a respeito da prática de vender ao pescador mesmo que ele não produza, são divergentes. Embora alguns ribeirinhos afirmem que o patrão os “segura” nos momentos de doença em que não conseguem

produzir, outros afirmam que estão presos à pesca porque se não produzirem o regatão não vende, conforme relata uma moradora da RRX, que sob o olhar reprovador do marido, nos revelou o comportamento dos regatões durante o período em que o esposo ficou doente:

Quando ele (marido) ficou doente, a coisa ficou feia aqui porque os regatões passava tudo pelo outro canal ou lá por longe, e eu aqui precisando das coisas e ninguém encostava.

Alguns ribeirinhos trabalham com um só patrão, o que confere um grau de fidelidade maior à relação, obrigando a reciprocidade do patrão no momento de doença. Outros trabalham com vários patrões. Pescam para quem deixar o gelo primeiro ou por vezes, para mais de um ao mesmo tempo, o que não contribui para a formação de um laço que impila o comerciante a socorrê-lo no momento de severa precisão.

Embora muitos afirmem que o comportamento de pescar para qualquer regatão não crie problemas, provavelmente isso não é verdade, uma vez que o pescador terá que dividir sua produção que vem diminuindo ao longo dos anos devido ao esgotamento do estoque pesqueiro. Tal situação não deve deixar o comerciante muito contente, além de aumentar o grau de endividamento do ribeirinho e diminuir o controle do regatão sobre o pescador, uma vez que a dependência do mesmo esta diluída entre os comerciantes em jogo.

Para entender as relações entre o ribeirinho e o regatão, é preciso conhecer a lógica que opera nesse contexto sociológico. Ao contrário do que ocorre na sociedade urbana, na qual o que vale é o que está escrito, a sociedade bosquesina (ou tradicional), se apoia em regras não escritas, e os acordos entre os comunitários são orais e seu valor de compromisso depende da situação em que o acordo foi firmado. Existe um marco social da palavra empenhada que liga as condições sociais e discursivas entre palavra e ato.

A escrita tem a função prioritariamente para as relações com as instâncias administrativas da cidade (SUESS; MENDOZA, 2011). A relação que se desenvolve entre esses dois atores (regatão e ribeirinho) é de dependência mas, acima de tudo, de confiança. É a chave para que as relações comerciais se desenvolvam apenas através da palavra dada, sem que haja o controle por escrito. A confiança na

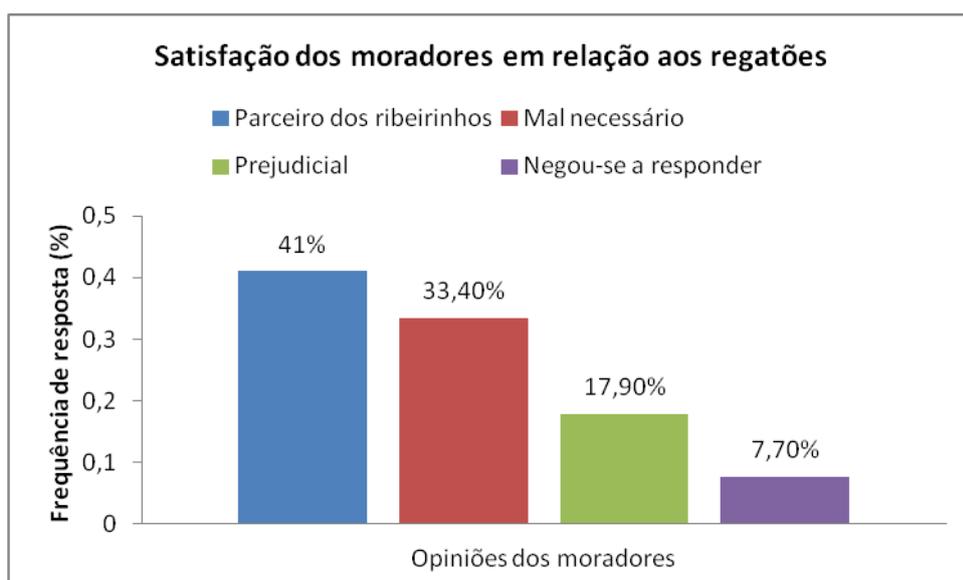
assistência do regatão nos momentos de crise transformam o comerciante em aliado aos olhos do ribeirinho.

Essa impressão não é totalmente inverossímil, pois são eles quem dão carona, transportam o doente e seu acompanhante até a cidade frequentemente sem cobrar pela alimentação durante a viagem, transportam encomendas, fazem a comunicação entre a família que mora na reserva e seus parentes na cidade. Esses serviços prestados são reconhecidos pelo comunitário que são gratos ao comerciante.

Quando indagados sobre o papel dos regatões, a maioria dos ribeirinhos o classificam como um parceiro que presta um serviço para a comunidade, um socorro estratégico no momento de vulnerabilidade (doença), quando ninguém mais (o poder público) oferece apoio. Isto explica porque 41,0% dos entrevistados o classifiquem como um parceiro dos ribeirinhos; 33,40% como um mal necessário sem o qual não seria possível sobreviver na reserva, e apenas 17,90% como prejudicial (Gráfico 4).

Os ribeirinhos não cogitam o afastamento do regatão da reserva devido ao grau de dependência e da falta de um substituto que preste os serviços oferecidos por este agente. Fica claro que em muitas situações, o ribeirinho exerce o papel do Estado.

Gráfico 4 – Opinião dos ribeirinhos sobre os regatões



Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Os regatões entrevistados durante esta pesquisa não encaram o seu trabalho como uma forma de explorar as pessoas as quais negociam, e parecem realmente que ajudam ao ribeirão com seu trabalho. Consideram sua forma de sustento um trabalho honesto. Encaram a espoliação que realizam na renda do pescador, uma estratégia própria do negócio que garante o lucro, uma prática incorporada ao longo dos anos em que aprenderam a operar o seu comércio. Todavia, essa estratégia tem efeitos nocivos sobre a renda e coloca em risco a segurança alimentar e nutricional dos ribeirinhos, uma vez que a atuação do comerciante provoca dois tipos de restrições sobre o consumo dos comunitários: renda e preço.

A Fotografia 2 foi retirada do caderno de anotações de um regatão do Iriri, um exemplo de como é feito o controle das compras de mercadorias realizadas pelos comunitários, assim como da sua produção em pescado. Também é um exemplo de como o preço da mercadoria “bolacha” é registrado a R\$ 5,00 no primeiro momento e a R\$ 25,00 no segundo. O preço do pacote de bolacha está destacado em branco na imagem.

Fotografia 2 – Página do caderno de anotações de um regatão com alteração no preço da mercadoria vendida para ribeirão

leite		3 de Maio 14	
5 litros	de	gasolina	30.00
2 litros	de	bolacha	12.00
2 pacotes	de	aquear	12.00
1 pacote	de	café	6.00
1 pacote	de	bolacha	5.00
10 onças	de		10.00
			75
57 kg	de peixe		171
			75
			162
			87

leite		3 de Maio 14	
6 litros	de	gasolina	36.00
1 pacote	de	leite	12.00
1 pacote	de	leite	4.00
10 onças	de		10.00
2 pacotes	de		5.00
1 refrigerante	de		10.00
1 pacote	de	bolacha	25.00
6 pacotes	de		15.00
7 onças	de		7.00
			124
82 kg	de peixe		216
			124
			122

Fonte: Arquivo particular, 2014.

A facilidade com a qual o valor da mercadoria foi alterado é um indicativo da falta de controle do ribeirinho sobre suas contas. Obviamente, esse mesmo subterfúgio deve ser empregado nas anotações sobre a produção do ribeirinho. Também explica a resistência de alguns entrevistados quando questionados sobre quais produtos consumiria caso sua renda aumentasse ou os preços dos produtos diminuíssem. Estes afirmavam que seria impossível a renda subir ou os preços caírem. A estratégia de espoliar o pescador de sua renda funciona de forma a manter o lucro do comerciante a qualquer custo, mesmo que para isso precise lançar mão de certas “táticas” para garantir o lucro.

Isso nunca vai acontecer moça, nunca que o saldo do peixe vai aumentar, nem os preços das mercadorias vão diminuir. Toda vez que o preço do peixe sobe, o preço da comida sobe mais ainda. Na Semana Santa eles estavam pagando R\$ 4,00 no peixe de primeira, e o óleo passou pra R\$ 6,00. Agora o preço do peixe caiu de novo, mas o óleo continua do mesmo preço.”

Contudo, não se pode desconsiderar na análise que o regatão é um agente que atua em uma estrutura na qual a expropriação da renda do extrativista é possível pela convivência histórica do Estado que não se faz presente através dos mecanismos de intervenção que protejam o produtor extrativista. Tal sistema mantém o ribeirinho em permanente situação de escassez monetária e de vulnerabilidade. Ademais, o regatão é um agente que ganha seu sustento através desse sistema de práticas arraigadas que por vezes lhe permite executar serviços que são função do poder público outorgando-lhe legitimidade.

5.3 A pesca comercial

A pesca na Reserva Extrativista do Rio Iriri é uma atividade desempenhada por homens, mulheres e até crianças. As mulheres costumam pescar para ajudar o marido na produção ou para o consumo doméstico enquanto o marido se encontra distante ou envolvido em outras atividades que o impedem de fazê-lo, embora existam mulheres que são pescadoras profissionais e cuja produção costuma ser contabilizada separada da produção do marido, possuindo até mesmo carteiras de pesca.

No entanto, a pesca na RESEX é uma ocupação predominantemente masculina. Como uma atividade laboral e à semelhança das demais atividades desenvolvidas em sociedades não dominadas pela lógica capitalista urbana, a divisão do trabalho baseia-se em critérios como diferenças de gênero, geografia e capacidade individual, idade e geração a qual pertence cada pessoa, construindo uma espécie de operação da racionalidade necessária para a solução dos problemas que envolvem o exercício de cada atividade (SUESS; MENDOZA, 2011; POLANYI, 2000).

A pesca nas UCs do Médio Xingu é conhecida como “mariscagem”, portanto, os pescadores “mariscam” ao longo de todo o ano tanto para subsistência quanto para comercialização e a produção varia de acordo com o nível das águas. A época de defeso ocorre no período de novembro a fevereiro, mas não para todas as espécies. A prática da pesca possui regras acordadas pela comunidade e integram os Planos de Manejos das RESEX. A mariscagem tradicionalmente é realizada em paralelo com outras atividades produtivas como a produção de farinha, o cuidado com as roças, a coleta de castanha ou a produção de seringa, embora nem todos os mariscadores produzam seringa ou colem castanha.

O inverno é a época de cheia dos rios, as águas invadem a floresta e os peixes encontram-se dispersos, não é uma boa época para a produção pesqueira devido à dificuldade da captura do peixe. Essa também é a época da coleta e quebra da Castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e da facilidade da captura da fauna silvestre, conforme será mais bem explicado mais adiante.

O verão é a época mais produtiva da pesca, e corresponde ao período de menor volume das águas e conseqüente represamento dos peixes. É também a época da extração do látex da Seringueira (*Hevea brasiliensis*), acontecendo entre os meses de abril e maio, novembro e dezembro, pois os ribeirinhos evitam o período das chuvas por atrapalhar o processo de extração processamento e defumação do látex que ocorre no mesmo período, em paralelo à coleta (ICMBio, 2010; 2012). A seringueira ocorre na margem de rios e lugares inundáveis de mata de terra firme. Seus frutos caem na água e servem de alimento para os peixes. Esse conhecimento é oportunamente aproveitado pelos mariscadores, de forma que a época de frutificação e queda dos frutos da seringueira também corresponde à pesca do pacu-de-seringa (*Piaractus brachypomus*).

Os pescadores costumam sair de casa nas primeiras horas do dia, geralmente entre 04h00 e 05h00 da manhã, quando vão coletar as iscas que serão utilizadas nas pescarias. A maioria costuma voltar para casa por volta das 11h30min da manhã para almoçar e descansar até o horário de retornar ao rio, por volta das 15h00, sem um horário fixo para encerrar a atividade. No caso da pesca com malhadeira, o pescador escolhe um horário determinado para armar a rede e outro para retirá-la.

A escolha do tipo de isca leva em consideração fatores como o peixe que será pescado e a época do ano (tipos de frutas disponíveis). As tralhas de pesca utilizadas pelos pescadores são a flecha, caniço, atiradeira, espinhel, tarrafinha (para pegar iscas), zagaia, malhadeira e a tela, sendo que essas duas últimas são as mais utilizadas. A escolha da tralha considera fatores como o ambiente no qual será utilizada (locais mais fundos ou rasos, pedreiras, poços, sequeiros), o comportamento do peixe que será pescado e principalmente o gosto do pescador e sua habilidade com cada instrumento. O pescador ribeirinho desenvolve uma racionalidade praxiológica evidente em relatos sobre o comportamento e hábitos diferenciados dos peixes. Um exemplo bastante interessante diz respeito à pescada (*Plagioscion squamosissimus*), que segundo eles, tem “hora certa” para comer, portanto, se a pescaria é realizada com tela (linha), existe o horário certo para pescá-la:

A pescada é o peixe mais chato que tem. Se não for o horário dela comer, você pode ficar o tempo todo ali que ela não vem pegar a isca é com nojo!

Os peixes comumente pescados pelos ribeirinhos são Tucunaré (*Cichla spp*), Pescada (*Plagioscion squamosissimus*), Surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), Matrinchã (*Brycon cephalus*), Fidalgo (*Ageneiosus brevifilis pacu*), Pacu (*Piaractus mesopotamicus*), Curimatá (*Prochilodus pp*), Piau (*Leporinus freiderici*) e Trairão (*Hoplias lacerdae*). São classificados em peixes de primeira e peixes de segunda. Atualmente, o regatão paga entre R\$ 3,00 e R\$ 4,00 no quilo do peixe de primeira (tucunaré, pescada, fidalgo e surubim), e entre R\$ 2,00 e R\$ 2,50 por quilo do peixe de segunda (pacu, curimatá, matrinchã e trairão).

Conforme já esclarecido anteriormente, são os regatões que estipulam o preço ao qual devem comprar o peixe, e esses preços são diferenciados dentro

das RESEX, portanto os pescadores apresentarão valores variados para o quilo do peixe. Para melhor ilustrar a situação, a tabela abaixo ilustra a prática de preços diferenciados ao longo da reserva. A Tabela 2 ilustra o exemplo no qual o mesmo regatão pratica preços diferenciados tanto no pagamento do pescado quanto no valor cobrado pelo litro da gasolina vendida ao pescador. Por vezes, os comerciantes adotam a estratégia de pagar mais caro pelo pescado, mas cobrar também mais caro pelos produtos, impossibilitando assim, uma melhora na renda do pescador.

Tabela 2 – Pagamento de preços diferenciados praticados pelo mesmo regatão

Localidade	Regatão	Valor Peixe de primeira	Valor Peixe de segunda	Valor cobrado pela gasolina
Furo do Fava	Barata	R\$ 3,50	R\$ 2,50	R\$ 7,00
Lajeiro	Barata	R\$ 4,00	R\$ 3,00	R\$ 7,00
Cachoeirinha	Barata	R\$ 3,00	R\$ 2,00	R\$ 6,00
Ilha do Papagaio	Barata	R\$ 4,00	R\$ 2,50	R\$ 6,00
Pontão do Gabriel	Barata	R\$ 3,00	R\$ 2,00	R\$ 6,00

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Embora pareça contraditório, o regatão citado no exemplo, desfruta de sólida confiança dos moradores, é considerado o regatão mais “forte” da reserva. Quando questionados a respeito da imagem que fazem do comerciante, costumam dizer que o patrão é confiável e justo. Aparentemente, o julgamento leva em consideração o fato de o comerciante ser um “bom pagador”. Esta parece ser uma característica bastante relevante para os ribeirinhos. É importante destacar que o modelo de pesca artesanal por aviamento ainda acrescenta ao aviador a vantagem da inexistência de vínculos empregatícios com o pescador que é considerado como mão-de-obra autônoma e, portanto, deve cobrir todos os custos da sua pescaria.

É importante salientar que a pescaria se torna um empreendimento oneroso para o mariscador. No momento do acerto de contas lhes são descontadas as despesas com combustível utilizado na embarcação (rabeta), tralhas de pesca como anzóis e linhas, além das despesas com o rancho (alimentação). Por esse motivo, os pescadores alegam que precisam intensificar a atividade para saírem com saldo positivo da negociação. Quanto ao lucro

obtido pelos comerciantes com a venda do produto, a pesquisa apurou os preços praticados por um dos regatões para traçar uma comparação entre os preços praticados entre os agentes envolvidos na transação, conforme ilustrado na Tabela 3. Os peixes que são comprados pelo regatão por preços entre R\$ 2,00 e R\$ 4,00 chegam ao consumidor quatro ou cinco vezes mais caros. Os preços desses peixes na peixaria do patrão de um dos regatões em Altamira são os seguintes:

Tabela 3 – Comparação da diferença de preço do pescado recebido pelo pescador em relação ao valor que é cobrado ao consumidor final

Tipo de peixe	Preço vendido pelo pescador (kg)	Preço vendido pelo regatão (kg)	Preço vendido ao consumidor final (kg)
Tucunaré grande (2,5 kg a 3,0kg)	R\$ 3,50	R\$ 9,50	R\$ 15,00
Tucunaré pequeno (1,0 kg)	R\$ 3,50	R\$ 8,50	R\$ 13,00
Surubim	R\$ 3,50	R\$ 8,00	R\$ 14,00
Surubim – filé	-	-	R\$ 23,00
Fidalgo	R\$ 3,50	R\$ 7,00	R\$ 13,00
Fidalgo – filé	-	-	R\$ 23,00
Pacu	R\$ 2,50	R\$ 6,00	R\$ 13,00
Matrinchã	R\$ 3,50	R\$ 8,50	R\$ 15,00
Trairão	R\$ 2,00	R\$ 3,50	R\$ 9,00
Pescada pequena	R\$ 3,50	R\$ 7,50	R\$ 13,00
Pescada grande	R\$ 3,50	R\$ 8,50	R\$ 14,00

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

O regatão sobe o rio deixando as caixas de gelo nos portos dos pescadores e retorna recolhendo a produção, que é a contrapartida das mercadorias que foram aviadas. A maioria dos pescadores são analfabetos ou semianalfabetos, o que torna os detalhes do acerto de contas bastante peculiares. Tanto a compra das mercadorias na mão do comerciante quanto a venda do peixe com a entrega da produção não envolve qualquer tipo de emissão de nota ou registro mais formal. Os regatões geralmente possuem um caderno de anotações onde registram tanto as compras, empréstimos realizados aos ribeirinhos, quanto a produção.

Entretanto, as anotações não ficam com os ribeirinhos, que em sua grande maioria não possuem nenhuma espécie de controle sobre a transação. Os regatões alegam que os ribeirinhos não têm interesse em receber qualquer anotação porque são analfabetos e que quando as recebem, as perdem em seguida. Entretanto, os ribeirinhos alegam que eles se recusam a fornecer anotações.

Eles (os regatões) ficam zangados quando a gente reclama da dívida ou fala sobre tomar nota. Eles perguntam se a gente tá desconfiando deles.

A prática é que o acerto de contas se realize a cada três viagens do regatão ou do atravessador à RESEX, correspondendo a, aproximadamente uma vez a cada mês, mas esse prazo pode variar para mais ou para menos a depender do regatão. O acerto deve funcionar de forma que se o ribeirinho conseguir produzir e gerar saldo, o receberá em dinheiro ou pode solicitar que o comerciante lhe traga alguma mercadoria, caso contrário, o ribeirinho continuará devendo e sua dívida pode se transformar em uma “bola de neve” não lhe permitindo “pegar em dinheiro” proveniente da pesca.

Os pescadores relatam que é comum a prática de alguns regatões, por pressa, não pesarem a produção na hora da entrega, e o pescador só ficar sabendo quanto produziu numa próxima viagem. Muitos demonstram desconfiança a respeito das balanças utilizadas na pesagem do pescado. Essa observação também é compartilhada entre alguns pilotos de voadeira (que residem na cidade), que costumam dizer que o peixe na cidade pesa mais do que o das RESEX.

O peixe da gente aqui não pesa nada, quando eu vou lá na cidade e vou comprar um quilo de peixe, um peixinho desse tamanho assim (marca o tamanho), já dá mais de um quilo, o nosso aqui, a gente enche o isopor e não dá quase nada! [...] risos.

As características do acerto de contas, a falta de controle por parte do ribeirinho sobre aquilo que compra e o valor à receber por sua produção, aliada à variação sazonal da produção dificulta a mensuração da renda gerada, bem como do volume de pescado produzido nas UCs da Terra do Meio. Não se tem

ideia de quanto se produz nem o potencial produtivo da atividade nas áreas de estudo.

5.4 A renda do ribeirinho

A estimação da renda do ribeirinho nos remete a alguns pressupostos teóricos abordados neste trabalho. O primeiro deles é que, conforme ressalta Karl Polanyi, a pressuposição do “*homo economicus*”, plenamente racional e teleológico, projeta sobre as análises econômicas sobre o comportamento dos agentes, racionalidades que não se aplicam a todas as organizações sociais. O segundo diz respeito ao comportamento praxiológico dos agentes, sua racionalidade relativamente estruturada, baseada na prática arraigada pelas experiências pretéritas. A terceira refere-se à imposição da violência simbólica sobre as comunidades tradicionais.

Esta imposição ocorre por diversos mecanismos, entre eles, através dos projetos voltados à melhoria das condições de vida dessas populações. O raciocínio que estrutura esse tipo de projeto não concebe que os impulsos econômicos que movem as populações tradicionais não são os mesmos que movem os agentes econômicos urbanos, e não compreende a lógica e o estilo de vida desses agentes.

A visão desses projetos é economicista e primordialmente voltada para atendimento das demandas do mercado, não considerando que o ribeirinho deseja aumentar a sua renda, mas não a qualquer custo. Por esta razão, esse tipo de projeto tende a falhar, produzindo um efeito negativo na confiança do ribeirinho, estimulando-o a permanecer na zona de conforto oferecida pela prática da atividade já exercida, ainda que esta atividade esteja em crise ou se mostre menos viável que as alternativas.

Estas situações acima elencadas são vivenciadas pelos ribeirinhos da RESEX do Rio Iriri, que enfrentam o início do processo de escassez do recurso pesqueiro, sua principal fonte de renda e atividade intimamente ligada ao seu *habitus*. O exercício da atividade de mariscagem não se resume tão somente à imposição da necessidade de obtenção de renda. É uma atividade tradicional, que envolve questões de gosto, vocação e realização pessoal como qualquer escolha profissional, pois ainda que o processo de decisão sofra influência das

restrições estruturais, as afinidades do agente com a profissão escolhida são determinantes.

A desconsideração desses fatores têm atrapalhado a adesão dos ribeirinhos aos projetos de alternativa econômica à atividade pesqueira. Existem na RESEX projetos voltados ao fomento da atividade econômica da Castanha e da produção do látex. Contudo, os pescadores comerciais não se sentem atraídos pelas alternativas oferecidas, não as considerando viáveis à pesca. À vista dessa gama de fatores, a menos que a escassez total do recurso pesqueiro aconteça, ou que se apresente uma solução que se mostre viável aos ribeirinhos a pesca continuará a ser a principal fonte de renda dessas famílias.

Devido à já mencionada lógica do estilo de vida dos ribeirinhos e às peculiaridades do processo de produção da sua principal fonte de renda, o cálculo do ganho monetário se torna muito difícil. A maioria dos comunitários alegam não fazer ideia de quanto ganha, conseguindo apenas fazer uma estimativa (nada confiável) de quanto conseguem gerar em termos monetários “quando está bom de peixe” e, “quando está ruim de peixe”. Em geral, eles alegam que “quando está muito ruim”, não conseguem renda alguma, permanecendo endividados com o regatão.

Os ribeirinhos desenvolvem outras atividades produtivas como fabricação e venda de farinha, coleta de castanha no inverno, construção de canoas e produção de seringas. Estas atividades em sua maioria são sazonais e possuem o agravante de envolverem baixo volume de transações com o uso do dinheiro, dificultando o cálculo da renda obtida através dessas atividades. Outras fontes de renda são os benefícios previdenciários aposentadoria e auxílio doença, além do exercício de atividades remuneradas pela ONG ISA, como o preparo de merenda para as crianças nas escolas, pilotagem dos barcos de transporte das crianças para as escolas.

A produção de farinha é a atividade que se mostrou mais rentável, uma vez que uma saca de farinha pesando 60kg é vendida por preços que variam entre R\$ 200,00 e R\$ 250,00. O preço de uma lata de farinha com capacidade para 18 litros varia entre R\$ 50,00 e R\$ 70,00. A demanda pelo produto no mercado oferece uma excelente oportunidade de ganho monetário, mas as decisões econômicas dos agentes estão dentro da lógica já mencionada.

Embora a grande maioria das famílias produzam o produto para o consumo, nem todas o comercializam. Sua produção exige dedicação e tempo, pois o tempo necessário médio estimado para a produção de farinha é de 12 horas diárias, tornando incompatível seu desenvolvimento em paralelo com a pesca. Em consequência, no período em que pescam comercialmente, não produzem farinha, e quando estão produzindo farinha não estão pescando comercialmente. Em decorrência da crença de que a pesca é mais rentável do que as outras atividades extrativistas, muitas famílias têm passado a comprar farinha com os vizinhos devido à falta de tempo para se dedicar à sua produção.

A estimativa da renda gerada por cada atividade laboral desenvolvida pelas famílias exigiria um estudo mais aprofundado e com mais tempo do que uma dissertação de mestrado sobre um tema paralelo permite. Por esta razão, a estimativa de renda aqui apresentada, nada mais pretende ser do que isso, pois para chegar a um valor mais próximo da realidade, seria necessário um estudo minucioso de todas as atividades que geram ganhos monetários para os ribeirinhos.

A renda média per capita mensal estimada baseou-se numa média aritmética dos valores máximos e mínimos de renda declarados pelos ribeirinhos. Foi considerado no cálculo, além da renda familiar declarada, os valores oriundos de programas sociais do governo, como o auxílio defeso (quatro salários anuais – novembro a fevereiro), bolsa verde (R\$ 300,00 a cada trimestre), aposentadoria (um salário mínimo) e auxílio doença.

As rendas mais altas estão ligadas a atividade de produção de farinha e do serviço de transporte de criança para as escolas. Esses pilotos recebem o valor bruto mensal de R\$ 2.500,00. As rendas dos indivíduos que exercem atividade de regateio não foram adicionadas às rendas dos demais moradores, por se entender que essa atividade é bem mais lucrativa do que as demais e impactaria no valor estimado para os demais moradores. Outra consideração é que o número de entrevistados que não conseguiram estipular uma estimativa de renda reduziu a amostra.

Dos sessenta e dois chefes de família entrevistados, 33,78% recebem o auxílio defeso. Apenas três famílias da RESEX do Iriri recebem o bolsa verde. Já o recebimento dos benefícios do programa bolsa família só foram confirmadas por 8,0% dos entrevistados. O problema referente à documentação dos

ribeirinhos pode ser uma explicação para o baixo número de beneficiários dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Alguns comunitários não conseguem sequer estimar a própria idade.

É preciso destacar o impacto significativo dos benefícios sociais sobre a renda dos ribeirinhos contemplados. O auxílio defeso oportuniza o recebimento de um salário mínimo durante quatro meses. Esse benefício calculado com base no salário vigente na época (R\$ 724,00), representa um incremento no valor de R\$ 2.896,00 líquidos na renda dos ribeirinhos durante esse período.

Levando em consideração o baixo volume de liquidez monetária desses agentes, o efeito multiplicador desse ingresso monetário sobre o nível de consumo das famílias tende a ser bastante expressivo, sabendo-se que famílias de baixa renda tendem a consumir todo o seu ganho monetário, devido à baixa propensão a poupar, aqui representada pela expressiva necessidade contingente.

O incremento monetário possibilitado pela coleta da castanha e pelo pagamento do auxílio defeso explicam porque o inverno foi apontado como a temporada em que conseguem consumir mais gêneros alimentícios. Esta é a época em que os regatões aumentam a oferta de mercadorias. Segundo declaram, mercadorias como macarrão, mortadela, enlatados, calabresa e margarina só costumam aparecer na reserva nessa época.

Calculada através da média aritmética, da renda mensal das famílias foi estimada em R\$ 303,11. Por esse valor, a renda familiar situa-se acima de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, colocando-os acima da linha de pobreza adotada no Brasil. Contudo, a média aritmética é considerada uma medida falha para esse tipo de análise e, por esse motivo, recorreu-se ao cálculo através da Mediana. A mediana é uma medida de localização do centro da distribuição dos dados, ordena os valores da amostra ao meio, de modo que 50% dos valores da amostra são menores ou iguais à mediana e os outros 50% são maiores ou iguais à mediana.

Por esse cálculo, 50% do valor da renda familiar média dos ribeirinhos é igual ou maior que R\$ 173,92, e os outros 50% é menor ou igual a este valor. Este parece ser o cálculo mais próximo da realidade dos ribeirinhos pelas características acima já apresentadas. Desse modo, a estimativa da renda familiar média dos ribeirinhos foi

de R\$ 173, 92, portanto, menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, e um pouco acima da linha de pobreza adotada hoje no Brasil, estipulada em R\$ 154,00.

Todavia, é importante destacar que o sistema de trocas de mercadorias diminui o poder de barganha dos ribeirinhos e dificulta a sua capitalização. Diferentemente do que ocorre com um morador da zona urbana que depende totalmente da posse do dinheiro ou pelo menos do sistema de crédito formal (cartão de crédito, talão de cheques) para comprar seus alimentos, o acesso do ribeirinho aos alimentos, guarda algumas peculiaridades.

Enquanto a renda funciona como uma restrição orçamentária decisiva para a segurança alimentar nos domicílios urbanos, no caso das famílias das comunidades ribeirinhas das UCs do Médio Xingu, a análise não pode ser conduzida simplesmente por esse raciocínio. Mesmo porque, diferentemente do agente urbano, o ribeirinho sabe que não morrerá de fome absoluta se não tiver a posse de dinheiro ou renda. Embora as fontes de alimento disponíveis na natureza não saciem todas as necessidades nutritivas que necessita, elas lhe permitem adotar estratégias de substituição de alimentos industrializados que o livrarão da fome absoluta.

Esta consideração, mais do que a simplificação através da cultura (embora o fator cultural não seja excluído), ajuda a entender o consumo elevado de farinha de mandioca e de carne, conforme será mais bem detalhado adiante. Embora não seja uma prática comum à maioria dos entrevistados, o óleo industrializado pode ser substituído pelo óleo de coco de babaçu (*Orbignya phalerata*), há ainda o pescado, a carne de caça e a farinha produzida pelas próprias famílias. Portanto, uma alimentação baseada principalmente em farinha e peixe frito, é perfeitamente condizente com um ambiente extremamente restritivo. Supõe-se que o consumo frequente deve se incorporar ao *habitus* e se transformar em gosto e preferência. Esta pesquisa entende o gosto como uma disposição adquirida e influenciada pelo contexto social do agente.

As análises aqui realizadas levam à adoção do pressuposto de que o regatão representa a restrição decisiva para o consumo das famílias, uma vez que ele determina o tipo, a quantidade e o preço dos alimentos ofertados, assim como o nível de renda do ribeirinho, influenciando diretamente na oferta nutricional e no acesso aos produtos através das restrições preço e renda, obrigando o consumidor ribeirinho a adotar estratégias de consumo que podem acarretar prejuízos nutricionais e insegurança alimentar.

Também é importante lembrar que este comerciante atua como um monopolista em um mercado não-regulado, possuindo o poder de frear o consumo do ribeirinho simplesmente negando-se a vender-lhe o produto. Ademais, as condições geográficas possibilitam que mesmo o indivíduo possuindo liquidez seja impedido de comprar simplesmente por não ter quem venda.

Um exemplo que corrobora com este raciocínio é a estratégia de funcionamento das cantinas instaladas pelo Instituto Socioambiental. Essas cantinas foram criadas numa estratégia de fomento à retomada da atividade de produção do látex. Funcionam vendendo mercadorias mais barato do que os regatões e pagando mais caro pela produção do extrativista. Os produtos extrativistas (castanha e seringa) são comprados pela cantina a valores mais altos do que os que o regatão costuma pagar. Além disso, a medida utilizada na cantina para medir a castanha é menor do que a medida utilizada pelos comerciantes, aumentando o faturamento do produtor.

Contudo, a cantina negocia apenas castanha e caucho, e o produtor só compra se tiver produção. Isto significa que mesmo que o ribeirinho tenha dinheiro, ele é impedido de comprar. Os organizadores do projeto explicam a imposição como uma estratégia para incentivar os comunitários a trabalharem com os dois produtos comercializados pela cantina, uma vez que este projeto não trabalha com o pescado e objetiva apresentar alternativas econômicas à pesca, diminuindo a dependência aos regatões e aumentando a produção da castanha e do látex, agregando valor ao produto.

Todavia, não é esta a visão de grande parte dos ribeirinhos a respeito do projeto. Muitos entrevistados alegam que esse sistema é humilhante, porque as cantinas impõem um sistema de escravidão, pois tentam forçar o ribeirinho a produzir os dois produtos (castanha e caucho), além de não vender fiado, não vende nem mesmo a dinheiro. Questionam como sobreviveriam suas famílias caso adoecessem, visto que, só podem comprar se tiverem produção.

Para estes moradores, as cantinas conseguem ser piores do que os regatões, pois não socorrem o morador na hora da precisão, como fazem os regatões no momento de crise. Esta situação parece se enquadrar na categoria de “incentivos à produção”, articulados através de um raciocínio capitalista neoliberal que atua como uma violência simbólica através de meios econômicos, no intuito de provocar alterações no comportamento esperado do comunitário, seguindo uma racionalidade

que não condiz com a lógica que move os povos tradicionais, fadando o projeto ao fracasso (SUESS; MENDOZA, 2011).

Mais do que um incremento na renda, um projeto que vise oferecer melhores ganhos monetários e verdadeiras oportunidades para os comunitários melhorarem suas condições de vida precisa entender a filosofia do modo de vida dos ribeirinhos e suas motivações, conquistar a confiança e demonstrar confiança nos moradores. O ribeirinho tem o conhecimento dos inúmeros estratagemas que o regatão empregará nas negociações, mas a despeito disso, o laço relacional que ata o ribeirinho ao regatão não é construído apenas na dependência.

Embora paradoxal, este laço se baseia muito fortemente na confiança que o comerciante demonstra ao realizar a antecipação das mercadorias para o comunitário, e na certeza que o ribeirinho precisa ter de que o regatão lhe socorrerá no momento de precisão. O ribeirinho precisa acreditar e confiar que o comerciante atua ao seu serviço.

5.5 As pressões do mercado e as mudanças no processo de extração do recurso pesqueiro

Quando a interação do homem com a natureza durante o processo de produção passa a ser regulada pelos mecanismos de preços, ambos são inseridos na órbita do mercado passando a ser manipulados como mercadoria, bens produzidos para a venda (POLANYI, 2000). Nesse tipo de situação, as relações entre o homem e a natureza se transformam em utilitárias, modificando a visão do homem sobre os recursos naturais, ameaçando-os de escassez. Dessa forma, mesmo em sociedades cuja relação com a natureza é cosmológica, as pressões econômicas podem transforma-las em utilitaristas.

A mariscagem passa por um momento de crise na RESEX, ocasionada e agravada por diversos fatores. Podem ser citados, a subida geral de preços em Altamira, que encarece qualquer bem que possa ser adquirido pelo ribeirinho, e o aumento da demanda pelo pescado na cidade, que aliado à ausência de uma alternativa econômica que diminua a quantidade de pescadores a exercerem essa atividade comercialmente ameaça a sua sustentabilidade.

Em conversas informais os pescadores costumam reclamar do número de pescadores, mas quando os mariscadores comerciais são questionados sobre o mesmo assunto, por receio de uma paralisação na atividade costumam negar, assim como negam veementemente a diminuição do recurso:

Depois que o peixe passou a ter mais procura, até crianças começaram a pescar pra vender e o conflito aumentou.”

Acho que o tanto de pescador que tem no rio tá bom, mas não pode entrar mais ninguém. Só os que já tão ai mesmo, se aumentar mais alguém, fica ruim

O peixe não tá acabando, ele só tá escabreado, o que Deus botou no mundo não acaba é nunca!

A pressão econômica do mercado e o processo de escassez do recurso pesqueiro já começam a apresentar externalidades negativas. Em detrimento da crença geral de que a malhadeira apesar de capturar maior quantidade de peixes, deve ser evitada porque “escabreia” o peixe, o uso desse tipo de instrumento de pesca tem aumentado segundo os próprios pescadores. Essa crença sobre a malhadeira tem origem na convicção de que o peixe tem a capacidade de memorizar o local onde existiu uma armadilha e a partir de então, passar a evitar aquela área ou a armadilha:

Você bota uma malhadeira a primeira vez num lugar que tem muito peixe, aí você pega um monte de peixe, você vai lá de novo e já pega bem mais pouco, da próxima vez que você for lá, já não pega quase nada porque o peixe passa beirando o pano e não cai mais, fica escabreado.

O aumento do uso da malhadeira é uma situação preocupante pois impacta negativamente sobre o recurso pesqueiro. Esse tipo de armadilha não seleciona as espécies pescadas. Algumas espécies de peixe não são comercializadas pelos regatões por não possuírem demanda no mercado de Altamira, o que normalmente funcionaria como um fator positivo para a conservação de algumas espécies, não fosse o fato de algumas delas (como por exemplo, pirarara e a piranha) também não serem aproveitadas para o consumo dos ribeirinhos devido a variáveis como tabus, gosto e preferências.

Portanto, essas espécies além de não possuírem valor econômico não têm valor para o consumo e ao serem capturadas, costumam ser abatidas a pauladas e descartadas no meio do rio.

Libertar vivo um peixe preso em uma malhadeira implica frequentemente em cortar suas malhas. Uma malhadeira custa em média com o regatão, R\$ 300,00. Dentro da RESEX são poucos os pescadores que dominam a arte da confecção e do conserto de malhadeiras.

Os que possuem tais habilidades cobram caro pelo serviço, considerado bastante laborioso. De forma que muitos pescadores afirmam que é mais viável comprar uma malhadeira nova do que consertá-la.

Assim, os peixes que ainda não possuem valor econômico são deixados mortos boiando no rio, provocando a indignação e a denuncia de muitos moradores, pois essa não é uma prática comum a todos ribeirinhos nem permitida pelas Regras de Uso da RESEX, conforme fica claro em depoimentos como este:

Eles fecham tudo (canal do rio) de malhadeira e pegam tudo quanto é peixe. Só que eles não querem rasgar as malhadeiras e aí matam os peixes que não querem, e os que querem, vão jogando nas caixas de gelo. Deixam os peixes mortos lá no rio, a maior imundice, eu queria que vocês vissem a judiação!

Outro reflexo da intensificação da pesca na reserva é a redução do tempo disponível para o ribeirinho se dedicar a outras atividades que tradicionalmente fazem parte do seu modo de viver, como é o caso do cuidado com a roça. Muitos pescadores alegam que não lhes sobra tempo para o cuidado com a roça pois têm passado mais tempo no rio a pescar.

Questionados se passaram a dedicar mais tempo à atividade nos últimos anos, respondem positivamente e apresentam duas justificativas: a dificuldade de captura do peixe e a inexistência de uma atividade econômica que ofereça um ganho maior do que o oferecido pela pesca.

O grande paradoxo da situação é que o aumento do tempo dedicado à atividade e o aumento da demanda não se convertem em aumento da renda dos ribeirinhos, pois as mercadorias que compram são sobrevalorizadas enquanto o

valor da sua produção é subvalorizada. Esse processo de metamorfose da mercadoria em dinheiro será aqui representado através do seguinte esquema:

$$D - M' - M - D' - M' - D''$$

Onde:

D: Capital inicial que se transforma em mercadoria;

M': Mercadoria (bens de consumo diversos), sobrevalorizada que será trocada pelo peixe na reserva;

M: Mercadoria peixe trocada a preços subvalorizados com o comerciante e que será novamente trocada por dinheiro com o patrão do regatão;

D': Mercadoria peixe transformada em dinheiro e acrescida do excedente extraído do pescador. Representa também a remuneração do capital que o regatão investiu no início da operação, para comprar as mercadorias que foram vendidas aos ribeirinhos;

M': Mercadoria peixe transformada novamente em mercadoria nas mãos do patrão na cidade, mas, com o preço acrescido no valor pelo qual foi adquirido com o pescador;

D'': Peixe novamente transformado em dinheiro e com os excedentes extraídos tanto do pescador quanto do regatão, adicionado às sobretaxas que vão compor o lucro do patrão ao repassar a mercadoria a preços exorbitantes ao consumidor final.

Através desse esquema percebe-se que o lucro do empresário dono da peixaria na cidade se realiza as expensas de três unidades econômicas individuais: o produtor (pescador ribeirinho); o atravessador (regatão) e do consumidor final. Recordando que este empresário é o dono do capital que financia todo o processo econômico de produção, percebe-se que quanto maior

a extração de valor dos três agentes (pescador, regatão e consumidor final), maior será o seu lucro.

Assim, na tentativa de compensar essa discrepância na renda obtida na atividade, o ribeirinho se vê pressionado a dedicar cada vez mais horas a atividade, e a empregar técnicas de captura insustentáveis em longo prazo (talvez médio prazo), mas que confere maior rendimento imediato à produção.

Outro agravante é que esse maior tempo dedicado a pesca pode prejudicar a produção de alimentos, já que é quase unanimidade que o exercício da atividade de mariscagem no modelo atual impede os pescadores de exercerem outras atividades, e isso inclui o plantio de alimentos, aumentando a vulnerabilidade alimentar desses agentes.

6 A CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CAÇA PARA O CONSUMO ALIMENTAR DOS RIBEIRINHOS

6.1 A arte da caça de subsistência no Iriri

Os ribeirinhos do Iriri não são “caçadores profissionais”, são pescadores que caçam para sua subsistência. Mais afeitos ao ambiente aquático, alguns alegam ter medo da floresta, a despeito de aproveitarem as oportunidades de abate dos animais enquanto estão desenvolvendo outras tarefas. Não existem restrições a caçada utilizando cachorros conforme acontece em outras regiões.

Na época das cheias, costumam abater animais em travessia no rio enquanto pescam. Geralmente esses animais são abatidos a pauladas ou a cortes de facão e puxados para as canoas ou rabetas.

É costume partilhar a carne dos animais caçados entre os amigos, familiares e vizinhos. Em geral, as declarações revelam preocupação em matar apenas a quantidade suficiente para a alimentação sem desperdício. Esta conduta nos remete à comparação com a visão sobre o recurso pesqueiro que se traduz em “quanto mais se puder pegar, melhor”, reforçando a percepção do efeito negativo da pressão econômica sobre o manejo dos recursos naturais.

Aqui a gente só mata mesmo a quantidade que dá pra comer, pra quê matar mais?

Pra estragar os bichos? Pode ver que aqui tem muita caça porque a gente cuida.

Provavelmente, a visão seria bem diferente se a caça comercial não tivesse que ser exercida na ilegalidade. Qualquer tentativa de questionamento sobre o exercício comercial da caça é imediatamente rechaçado e corre-se o risco de perder o entrevistado.

Contudo, em conversas informais, surgem revelações de que alguns regatões costumam levar caças para vender em Altamira. Com muita dificuldade, foi possível obter alguns preços na cidade: A carne de queixada (*Tayassu pecari*) custa R\$ 7,00/kg, carne de veado (*Mazama spp.*) R\$ 10,00/kg, uma paca (*Agouti paca*) inteira custa R\$ 70,00, o mutum (*Crax spp.*) R\$ 25,00 a unidade, jabuti (*Chelonoidis sp.*) R\$ 10,00 a unidade e o tracajá (*Podocnemis unifilis*) R\$ 25,00 a unidade .

Crenças, tabus e conhecimentos tradicionais estão sempre presentes no exercício da atividade. O tatu canastra (*Priodontes spp.*) e o jabuti-açu, não podem ser mortos porque trazem azar, o casco do tatu (*Dasypodidae*) e a unha da anta (*Tapirus terrestris*), torrados, servem como remédio contra o derrame, caititu (*Pecari tajacu*), tatu e paca (*Cuniculus paca*), são “remosos” e seu consumo é proibido para mulheres após o parto.

A atividade de caça envolve uma espécie de seleção que não deve ser explicada somente pela preferência pelo gosto ou o rendimento da carne. Os ribeirinhos declaram que não gostam de caçar preguiça (*Bradypodidae*), primatas e a mambira (*Tamandua tetradactyla*), porque são animais que “não fazem mal a ninguém”.

A mucura (*Didelphis marsupialis*) e o jacuraru (*Tupinambis merianae*) são animais que “tem que matar” porque destroem as galinhas. Tanto a mucura que é uma espécie de marsupial, conhecido em outras regiões do Brasil como saruê ou sariguê, quanto o jacuraru, réptil muito conhecido como teiú ou teju, não são consumidos pelos ribeirinhos.

Uma explicação para esta seleção pode ser a fartura de animais disponíveis na natureza, que permite ao caçador escolher quais animais abater. Segundo relatam, alguns animais possuem comportamento muito arredoio e são difíceis de ser avistados e abatidos, como o caso do veado fuboca (*Mazama gouazoubira*), considerado pelos ribeirinhos do Iriri como um dos animais mais difíceis de serem caçados.

A Tabela 4 apresenta a variedade de animais caçados e tipo de ambiente onde ocorreram os abates, demonstrando que entre a diversidade espécies estão aves, mamíferos e quelônios.

Tabela 4 - Diversidade de animais abatidos e principais ambientes de captura

Animal	Numero de abates		Principal ambiente de captura
	(n=418)	%	
Arara	2	0,47	Igarapé
Capivara	2	0,47	Beira do Rio
Caititu	5	1,20	Mata
Jabuti	17	4,07	Restinga
Jacu	9	2,15	Mata
Macaco	1	0,24	Mata
Mutum	14	3,35	Furo
Paca	4	0,96	Furo
Queixada	82	19,62	Mata
Tatu	1	0,24	Terreiro de Casa
Tracajá	278	66,51	Rio
Veado	3	0,72	Igarapé/Restinga/Mata

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

O queixada (*Tayassu pecari*), é a caça predileta dos ribeirinhos do Iriri, tanto pelos aspectos ligados ao sabor e rendimento da carne, quanto pela aparente abundância e facilidade de captura, apesar de ser um animal bastante combativo. Estes animais frequentemente são avistados próximos das residências. Na época das cheias, costumam atravessar o rio em bandos, quando são facilmente abatidos.

A tabela 5 ilustra a quantidade de animais abatidos por sexo, tipo de evento, técnica de abate e meio de locomoção utilizada. Verifica-se que o número de abates oportunistas, ou seja, quando o ribeirinho não saiu intencionalmente para caçar e aproveitou uma oportunidade de abate, chega a ser mais que o dobro dos abates intencionais, demonstrando que o número de animais parece ser abundante no local.

Tabela 5 - Quantidade de porcos Queixadas abatidos por sexo, tipo de evento, técnica e locomoção

Sexo	N	Tipo de Evento	N	Técnica	N	Locomoção	N
Fêmea	49	Intencional	23	Tiro	65	A pé	28
Macho	32	Oportunista	47	Paulada	14	Canoa	8
						Rabeta	41
Não Recordado	1	Não Recordado	12	Não Recordado	3	Não Recordado	5

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

A temporada da coleta e quebra da castanha também costuma ser profícua ao abate, uma vez que os comunitários costumam encontrar com os animais na floresta. Esse tipo de abate ocorrido enquanto o ribeirinho desempenha outras atividades cotidianas foi classificado como oportunista. Cientes dos perigos que envolvem a vida na floresta, os ribeirinhos estão sempre armados para aproveitar as oportunidades ou se defenderem dos perigos. Conforme relatam, uma distração durante a temporada de coleta e quebra da castanha na floresta pode resultar em acidentes por ataques de animais. Afirmam que um bando de porcos queixadas (que pode chegar até cinquenta indivíduos), pode cercar, atacar e matar uma pessoa surpreendida na floresta. Segundo alegam, o comportamento de encurrular silenciosamente e atacar pessoas é comum a essa espécie de animal.

O abate de onças normalmente acontece por questões de segurança, pois, devido ao estado de boa conservação dos recursos faunísticos da RESEX, os animais em algumas ocasiões são avistados próximos das moradias. Para prevenir ataques a crianças e animais domésticos, as onças são caçadas e abatidas, embora este não seja um evento corriqueiro no Iriri. Além disso, sua carne não costuma ser incluída na dieta alimentar do ribeirinho por ser considerada muito “selvagem”, apresentando gosto ruim. Os relatos parecem indicar que estes animais são abundantes no local, pois durante o verão costumam ser avistadas nas praias a procura de tracajás para se alimentarem.

O tracajá, aliás, é considerado uma iguaria não somente pelas onças. É um prato bastante disputado pelos ribeirinhos que os consome de diversas maneiras e tanto o animal adulto quanto seus ovos são bastante apreciados. São empregadas diversas técnicas para a captura do tracajá. As mais empregadas são a captura com a mão na praia, arco e flecha e principalmente o “pulo”. O animal costuma se secar ao sol nas pedras dos rios e quando se sentem ameaçados, mergulham na água.

A Tabela 6 relaciona o número de animais capturados com o tipo de técnica empregada, demonstrando que o método do pulo que consiste em mergulhar atrás do animal assim que ele submerge e capturá-lo com as mãos é a técnica mais utilizada. Apesar de ser a estratégia mais comumente empregada, principalmente pelos mais jovens, é rejeitada por alguns moradores que alegam ter medo de serem capturados por sucuris ou receberem descargas de poraquês (*Electrophorus electricus*), embora não consigam citar a ocorrência de eventos desse tipo.

Tabela 6 – Técnica de caçada de tracajás

Técnica	Tracajás Abatidos (n=272)	%
À Mão	12	4,41
Anzol	3	1,10
Arco e Flecha	46	16,91
Arpão	13	4,78
Malhadeira	15	5,51
Mergulho	8	2,94
Pulo	162	59,55
Rama/Puçá	4	1,48
Tapuá	1	0,37
Tarrafa	6	2,20
Viração	2	0,73

Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Do total de capturas recordadas, 22,66% aconteceram em igarapés e 35,97 % no largo do rio. Quanto ao sexo dos animais capturados, 42,22% eram fêmeas e 47,48% eram machos. Nas demais capturas, o entrevistado não conseguiu se lembrar do sexo dos animais. No que diz respeito à frequência de caçada, a maioria dos entrevistados declararam sair para caçar o tracajá pelo menos uma vez por dia durante o verão. A fotografia 3 apresenta tracajás recentemente abatidos e em seguida um animal assado no próprio casco, para ser consumido acompanhado de farinha de mandioca, citada como forma tradicional de consumo.

Fotografia 3 – Tracajás abatidos e animal assado, pronto para o consumo

Fonte: Arquivo particular, 2014.

O verão é a época da desova do tracajá e também da captura do animal e do consumo dos seus ovos. Ainda não foram desenvolvidos estudos que atestem se o intenso consumo dos animais e dos ovos têm surtido algum impacto negativo sobre

a população desses animais na região. Porém, se o avistamento de animais servir como indício de sua abundância, sua população parece estar segura. Os ovos dos animais são consumidos crus, pois segundo os ribeirinhos, “viram borracha” quando são cozidos. Já o animal, é preparado dentro do próprio casco, com ou sem as vísceras. O saber local atribui diversas propriedades vitamínicas ao alimento e parecem estabelecer uma espécie de relação entre o consumo do animal e a identidade ribeirinha:

Tu nunca comeu tracajá? Não sabe o que é bom! Quero ver uma pessoa do beiradão rejeitar um tracajá!” risos

Esse apreço pela iguaria faz com que o volume da exploração da carne de tracajá seja um dos mais altos apesar de se restringir a alguns meses do ano. Tanto o consumo de tracajá como o de outras carnes de caça faz parte da identidade cultural do ribeirinho está carregado de significados. Por esse motivo, a caça do tracajá costuma ser realizada em grupo e os animais abatidos geralmente não são consumidos individualmente e sim junto com familiares e amigos. Em muitas recordações de caçadas, o entrevistado revelou ter distribuído ou ganhado os animais como uma espécie de presente ou ter consumido em um tipo de confraternização com amigos e vizinhos.

Devido à ausência de energia elétrica e alto custo dos combustíveis em geral, os motores geradores de energia elétrica funcionam apenas à noite. Por esse motivo a carne de caça geralmente é conservada salgada e seca ao sol estendida em varais à beira das moradias. A carne de caça costuma ser consumida assada ou cozida, sendo considerada como iguaria quando preparada cozida com leite de castanha. O leite de castanha, aliás parece ser considerado uma espécie de tempero estratégico, capaz de realçar o sabor dos alimentos, conferindo certa especialidade ao prato.

Em razão de serem utilizados pelos comunitários como uma espécie de instrumento nas caçadas, é importante destacar o papel dos cães na arte da caça como uma oportunidade de análise sobre a relação desses atores com outras formas de vida, além da vida selvagem. Os cães são de importância estratégica nas caçadas, embora, salvo contadas exceções, não seja fácil ser um “cão do beiradão”.

Em geral, os animais são mal alimentados e infestados de parasitas. Bastante magros, costumam atacar as embarcações que chegam aos portos de seus donos, para procurar alimento. De tão acostumados a invadir as embarcações à procura de comida, tornaram-se famosos pelo feito. Em algumas localidades, alguém precisa ficar de guarda na embarcação para evitar que os animais entrem e roubem alimentos.

A voadeira em que viajava a nossa equipe foi alvo desses ataques por diversas ocasiões. Porém, uma delas foi marcante porque os animais entraram, e comeram pacotes de biscoitos, arroz cru e até açúcar. Vimos animais comerem cascas de banana jogadas por um de nossos pilotos. A realidade é encarada com normalidade, pois tal tratamento aos cães parece fazer parte da estratégia para torná-los bons caçadores: “*cachorro que come demais não presta pra caçar*”.

O fato é que os cães parecem ser excelentes caçadores, pois muitos ribeirinhos narram que matou algum animal que os cães jogaram na água. Além de relatar que os animais frequentemente caçam sozinhos e comem parte da caça. Este pormenor, aguça a curiosidade científica sobre o número de ocorrências desse tipo e a quantidade de animais caçados por esses cães, uma vez que a literatura sobre a atividade de caça não parece ter se debruçado ainda sobre o assunto.

A caça é uma atividade que faz parte do *habitus* dos povos tradicionais e possui grande importância para sua subsistência, além de ser uma das características peculiares do seu modo de vida. Conhecer as peculiaridades que envolvem o assunto é uma forma de garantir a sustentabilidade do recurso e o direito desses povos de manter o seu modo de viver.

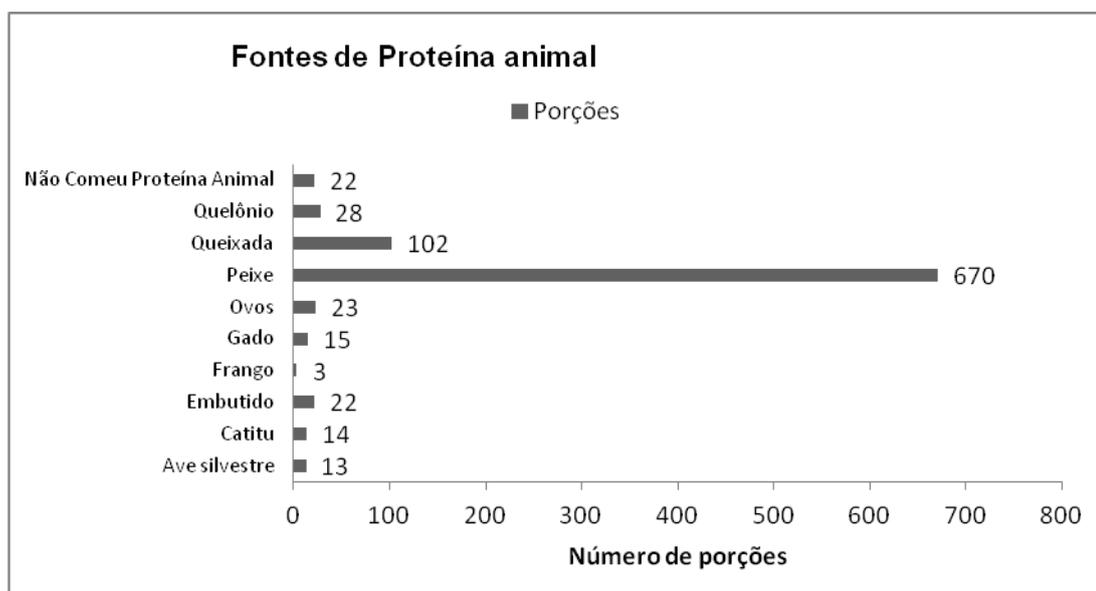
6.2 Contribuição socioeconômica da caça de subsistência

Para Murrieta (2001) a escolha do tipo de alimento está ligada ao *habitus*, aqui entendido como um sistema de predisposições adquiridas e consolidadas através de experiências pretéritas, reproduzidas e mantidas pelos atores sociais, pois a escolha do alimento envolve questões ligadas ao gosto adquirido, à rotina da vida cotidiana, às regularidades dos ciclos sociais e ecológicos e a certo sentido de lugar.

O peixe constituir a principal fonte de proteína animal do amazônida, que possui o maior consumo de peixe no mundo. Para as comunidades tradicionais, principalmente para aquelas que se localizam às margens dos rios, a importância do pescado é ainda maior pois além de fonte de alimento, constitui em fonte de renda, como é o caso das comunidades tradicionais da RESEX do Rio Iriri. Mesmo sendo o pescado o alimento majoritariamente mais consumido e preferido, a caça representa uma imprescindível fonte de alimento para os ribeirinhos. Seu consumo é uma das características sui generis desses povos tradicionais. Mais do que simples hábito, esse tipo de consumo é uma das poucas fontes de proteína animal para muitas comunidades isoladas da Amazônia.

Em localidades onde o recurso pesqueiro é escasso, esta é a única fonte de proteína animal disponível. O Gráfico 5 realiza uma comparação entre as fontes de proteína animal consumidas pelas famílias das comunidades ribeirinhas da RESEX do Rio Iriri e demonstra que mesmo em se tratando de um local onde o peixe é a principal fonte de proteína animal, o consumo de caça oferece uma oportunidade de diversificação da dieta alimentar.

Gráfico 5 – Comparação entre as fontes de proteína animal consumidas pelas famílias



Fonte: Elaborado a partir de dados do próprio autor, 2014.

Percebe-se que o consumo de outras fontes proteína animal é mínimo. A carne de gado que aparece nas refeições é proveniente do abate de algumas

cabeças de gado remanescentes das antigas fazendas desapropriadas. Alguns ribeirinhos revelam que fazem o abate esporádico desses animais, sob a justificativa de que se não fizerem, os índios o farão. Os moradores revelam que consumiriam maiores quantidades de carne bovina se o preço permitisse e se a mesma fosse ofertada na reserva. Revelam que costumam consumi-la quando estão na cidade. Embutidos e enlatados são consumidos geralmente no inverno, na época da castanha, quando esse tipo de produto costuma ser ofertado pelos regatões.

Nas UCs do Médio Xingu, onde o acesso a gêneros alimentícios é bastante difícil e oneroso, a carne de caça representa não só fonte de nutrientes importantes, como uma importante economia monetária. Como um dos objetivos deste trabalho era descobrir quanto os ribeirinhos economizam em termos monetários quando consomem caça, esta pesquisa estimou o consumo per capita desse tipo de carne durante um período de seis meses e comparou com o valor que seria gasto se este consumo fosse a termos de carne bovina.

A Tabela 7 apresenta os preços de cortes de carne bovina em Altamira durante a última semana de Julho de 2014. A estimativa de consumo médio per capita mensal de carne de caça obtido foi de 1,2kg. O tamanho médio das famílias ribeirinhas para efeito do cálculo de consumo considera duas crianças de até doze anos de idade como um adulto. Nesse caso, o tamanho médio das famílias da reserva do Iriri é de cinco pessoas. Portanto, o consumo médio mensal de carne de caça por unidade familiar é de 6,0kg.

Obviamente que este valor pode ter sido subestimado, devido à ausência dos dados da agenda de consumo. Contudo, os moradores da Reserva Extrativista do Iriri declaram que não têm o hábito de caçar, alegando que caçam esporadicamente. Além disso, como a maioria pesca comercialmente, o tempo dedicado a atividade de pesca interfere no tempo dedicado à caça. Em razão da classificação dos cortes da carne bovina, a estimativa de custos dos comparativos foi realizada por cortes de carne, considerando-se que o consumidor decidiria seu consumo levado em consideração sua preferência pelo tipo de corte e o preço.

Tabela 7 – Preços de cortes de carne bovina em Altamira durante a última semana de Julho de 2014

Carne de Primeira	Preço (Kg)	Carne de Segunda	Preço (Kg)	Carne de Terceira	Preço (Kg)
Filé-mignon	R\$ 18,78	Bisteca	R\$ 10,60	Costela	R\$ 7,43
Picanha	R\$ 19,95	Fraldinha	R\$ 12,00	Músculo	R\$ 9,34
Alcatra	R\$ 15,78	Acém	R\$ 11,85	Ponta de Agulha	R\$ 7,57
Contrafilé	R\$ 17,32	Peito c/ osso	R\$ 11,65	Carne de pescoço	R\$ 8,00
Preço médio	R\$ 17,96	Preço médio	RS 11,73	Preço médio	R\$ 8,09

Fonte: Dados da própria pesquisa, 2014.

Levando em consideração as características de saúde da carne de caça e da valoração atribuída por seus apreciadores, a carne de caça será classificada nessa pesquisa como Carne de Primeira. Desse modo, se o comunitário tivesse que pagar pelo seu consumo em termos de carne bovina de primeira, teria que desembolsar o equivalente R\$ 107,76; se o consumo fosse de carne de segunda R\$ 70,38; se decidisse consumir carne de terceira, a despesa seria de R\$ 48,54. Admitindo-se que a renda familiar média das famílias da reserva é de R\$ 173,92, a família que deixa de consumir em carne bovina os 6,0kg de carne que consome de caça, economiza no mínimo o equivalente a 27% da sua renda.

Passando a calcular a contribuição do consumo mensal em conjunto da carne de caça e do peixe por unidade familiar, os números obtidos seriam os seguintes: Levando em consideração que o consumo médio familiar mensal estimado foi de 17,80kg, a economia na renda do ribeirinho em termos de carne bovina de primeira é de R\$ 319,68. Se o consumo se desse em termo de carne bovina de segunda, R\$ 208,70; se fosse a termos de carne de terceira, R\$ 142,40. Isto quer dizer, que comparando estes valores com o valor estimado da renda familiar dos ribeirinhos (R\$ 173,92), esse consumo seria impossível. Obviamente que se o ribeirinho tivesse pagar pelo consumo desse alimento, provavelmente a estratégia seria a mesma do consumo dos outros alimentos comprados, intensificando a sua situação de insegurança alimentar.

7 SOBRE O CONSUMO ALIMENTAR E SUA COMPLEXIDADE

7.1 O que é comida?

Para nós brasileiros, alimento e comida são coisas totalmente distintas. Não é porque algo alimenta que é necessariamente bom ou socialmente aceitável. Nem tudo que é alimento é comida. Tudo aquilo que pode ser deglutido para conservar uma pessoa viva é alimento. Comida, entretanto, é tudo que se come com prazer, sob as regras sacramentais de comunhão e comensalidade.

A comida deve ser percebida com o nariz e em seguida com os olhos, a boca, a boa companhia e por fim, com a barriga (DAMATTA, 1986). Comer não é apenas uma imposição biológica, mas também um rito que diz respeito ao prazer, espiritualidade, comunidade, expressões de afeto, família e nossa relação com o mundo natural, expressão de nossa identidade. Esse caráter social das refeições lhe confere um aspecto tanto cultural quanto biológico (POLLAN, 2008).

Nesse sentido, DaMatta (1986) evidencia a relação entre o comer e o comungar para o brasileiro, ao exemplificar que os americanos, inventores do *fast-food* (alimento rápido), são indiferentes ao fato de comerem em pé, sentados, com estranhos ou amigos, sozinhos ou acompanhados, misturam doce com salgado, e com raras exceções, sua preocupação com alimentação vai além de comer para viver. Para o sistema social brasileiro, no entanto, o saber comer é muito importante e mais refinado do que o simples ato de se alimentar.

A alimentação está inserida em um universo povoado por símbolos, significados e classificações que não permite a dissociação de alimento algum às associações culturais atribuídas pela sociedade, de modo que tais associações determinam aquilo que comemos e bebemos, e distingue o que é comestível daquilo que não é (BRAGA, 2004).

Roberto DaMatta, citando Lévi-Strauss, discorre a respeito do complexo universo de representações que envolve o cru e o cozido, que vai muito além da indicação de dois estados pelos quais passam todos os alimentos. O cru está para o estado de natureza ou selvageria do mesmo modo que o cozido está para o universo civilizado, socialmente elaborado.

Sabendo que o cru e o cozido exprimem mais que dois processos “naturais”, podemos agora entender por que falamos que “o apressado come cru” [...] É que, com tal metáfora (ou associação entre o cru e a pressa), estamos nos referindo a esse elo entre a selvageria ou sofreguidão da pressa e o lado selvagem, ruim ou cru das coisas e da vida. O calmo, pode se dizer, complementando o provérbio revelador, come sempre cozido, pois quem tem calma possui um elemento da civilização e a civilização funda-se precisamente num saber esperar [...] (DAMATTA, 1986, p. 30).

Para DaMatta (1986) a oposição entre o cru e o cozido possibilita a percepção de que o universo da comida faculta reflexionar o mundo integrando o intelectual com o sensível. De modo que uma refeição bem preparada deve provocar a ligação entre o olhar (que alude ao intelecto), e o olfato e o paladar que indicam o caminho do nariz, da boca e do estômago, promovendo a subsunção de todos os sentidos. Assim, comer não é apenas satisfazer uma necessidade biológica, mas também um exercício simbólico de interação entre corpo, mente e alma, capaz de satisfazer uma pessoa inteiramente.

DaMatta (1986) supõe a existência de um código digestivo na sociedade brasileira que permite a identificação de alimentos que não são agradáveis ou facilmente digeridos promovendo um equilíbrio entre o olho e a barriga. Comida é algo corriqueiro e saudável que ajuda a criar uma identidade, definindo uma classe ou pessoa. Esse código é também relacional e intermediário, pois privilegia a ligação entre o líquido e o sólido, tão bem representado em nossa preferência por alimentos cozidos. O autor destaca o papel estratégico e fundamental da farinha de mandioca simples ou como farofa em todas as refeições, funcionando como uma espécie de cimento que liga os pratos e todas as comidas.

O caráter relacional do comer para o brasileiro pode ser percebido na preferência por mesas fartas em celebrações que promovem a comunhão entre grupos de familiares, amigos, vizinhos e em alguns casos, até mesmo com pessoas estranhas, como é comum acontecer em comemorações religiosas como o Círio de Nazaré no Pará e o Caruru de Cosme e Damião na Bahia. A comida é capaz de identificar um estilo de alimentar-se, e, portanto, definir e identificar aquele que se alimenta. Isto facilmente comprovado na existência de pratos que identificam as regiões brasileiras.

A comida que promove a identidade nacional é o feijão com arroz. De forma que para grande parte dos brasileiros, uma refeição sem a famosa dupla, ou sem a

presença de dos dois, não pode ser considerada como tal, conforme explica DaMatta (1986, p. 30):

Mas qual é a comida brasileira básica? Certamente que se trata do feijão-com-arroz, essa comida que é até mesmo usada como metáfora para a rotina do mundo diário [...] E que é comido como se come um cozido, misturando-se as duas porções num só prato, e assim formando uma massa indiferenciada que assume as propriedades gustativas dos dois elementos. De tal modo que o feijão, que é preto, deixa de ser preto, e o arroz, que é branco, deixa também de ser branco. A síntese é uma papa ou pirão que reúne definitivamente arroz e feijão, construindo algo como um ser intermediário, desses que a sociedade brasileira tanto admira e valoriza positivamente. Comer arroz-com-feijão, então, é misturar o preto e o branco, a cama e a mesa fazendo parte de um mesmo processo lógico e cultural [...].

A comida classifica pessoas ou grupos sociais como é o caso da caça que caracteriza as populações tradicionais. A comida, embora não seja uma determinante, pode ser um indicativo do patamar econômico de um indivíduo ou grupo social, uma vez que determinadas classes de alimentos só podem ser acessados por grupos ou indivíduos detentores de poder aquisitivos mais elevados, como por exemplo, cortes de carnes de primeira, cujo exemplo mais famoso é o filé-mignon, que está relacionado ao que é “superior”.

Um exemplo da ligação entre a comida e o poder aquisitivo é a utilização de metáforas onde as palavras comer ou comida possuem conotações econômicas: A expressão “pão-duro” alude a alguém que é avarento e, para economizar, come o pão dormido e obviamente duro; Pessoas em situações bem-sucedidas, estão “com a faca e o queijo na mão”.

Para indicar a propriedade de recursos financeiros, de poder e força de alguém, diz-se que o sujeito “está por cima da carne-seca”; Do mesmo modo, “comer do bom e do melhor” anuncia mais do que alimentar-se, indicando um passado de rico, uma vida boa, gostosa, nobre (DAMATTA, 1986).

Portanto, a análise do consumo de alimentos por determinada população não deve se reduzir apenas à reflexão dos fatores e raciocínios econômicos, mas, considerar desde os fatores biológicos às variáveis estruturais, pois a alimentação envolve questões socioculturais, nutricionais, fisiológicos e de saúde. À vista do que já foi exposto até agora, esse tópico pode ser encerrado,

antecipando que a escassez de políticas públicas tem feito as comunidades ribeirinhas das RESEX da Terra do Meio “comerem o pão que o diabo amassou”.

7.2 A cesta básica alimentar dos ribeirinhos do Iriri

Em se tratando da alimentação de populações ribeirinhas da Amazônia, é comum encontrar trabalhos que atribuem à baixa variedade de alimentos que compõe a sua dieta, ao fator cultural simplesmente. Entretanto, as particularidades da história do povoamento dessa região parecem apontar a existência de outras variáveis importantes na formação desse *habitus*.

Se nenhum consumidor possui informação perfeita sobre todos os preços, vantagens e qualidade das mercadorias que lhe permita maximizar sua satisfação, em se tratando do consumidor ribeirinho a noção de satisfação e de preferência se torna ainda mais relativa. Grande parte dos chefes de família entrevistados declara nunca ter se preocupado em calcular quanto ganham e quanto gastam mensalmente com alimentação. Não têm noção exata da sua renda. Ademais, ele é um tipo de consumidor que, impedido de fazer pesquisa de preços, compra seus produtos em situação de monopólio, inclusive com preços variados e personalizados.

Sua subsistência envolve pouca transação em dinheiro, e o regatão representa as principais restrições sobre o comportamento do consumidor: Determina o nível de restrição da renda, do crédito e da oferta de produtos. O consumidor ribeirinho que compra com o regatão não tem a possibilidade de expressar gosto e preferência no que diz respeito à marca e qualidade do produto. Não existe variedade nas marcas dos produtos levados para a reserva, e o regatão escolhe as mercadorias a serem vendidas de acordo com o custo do produto na hora da compra na cidade. A exceção cabe ao café, que possui uma marca específica e que, inclusive, é a que custa mais barato na cidade.

Alguns itens são acessados apenas quando estão na cidade e, mesmo assim, na época em que a renda melhora. Diante das restrições da renda e da oferta de produtos, o ribeirinho precisou acostumar-se a consumir aquilo que lhe é possível. Para análise da situação de Segurança Alimentar e Nutricional das famílias este trabalho adotou a comparação entre a cesta básica regional instituída por lei para servir de cálculo para o salário mínimo e que serve de referência para o consumo de

quantidades de substâncias necessárias para o bom funcionamento de um indivíduo em idade adulta.

Tomando-se a cesta básica da Região Norte como referência, foi montada a cesta básica das famílias da Reserva Extrativista do Rio Iriri. Normalmente bastaria a comparação entre as quantidades consumidas dos itens que compõe a Cesta Básica da RESEX com os itens e quantidades estipuladas na Cesta Oficial, conforme ilustrado na Tabela 8.

Entretanto, para melhor embasamento da análise, foram calculadas as quantidades de substâncias contidas nas duas cestas para comparação. Esses dados acrescidos das demais variáveis como renda, educação, acesso a serviços de saúde e a políticas públicas são suficientes para estabelecer uma análise da situação alimentar dessas famílias.

As primeiras dificuldades para a montagem da cesta básica da RESEX é que alguns produtos da cesta básica não fazem parte da dieta de consumo dos ribeirinhos. Produtos como tomate, margarina, banana e pão francês não são consumidos por falta de acesso ou são consumidos de forma tão esporádica que não dá para calcular uma frequência de consumo com quantidades.

A outra questão diz respeito ao leite, que na tabela regional está medido em litros, porém seu consumo na reserva só se realiza em gramas, através do leite em pó. Para fazer a conversão, estipulou-se através de cálculo arbitrário que 400g de leite em pó equivalem a 4 litros de leite dissolvidos em água.

O óleo foi convertido em gramas através do cálculo por sua densidade. A farinha frequentemente é medida na reserva em litros, na tabela oficial sua medida se dá em quilogramas. Para fazer a conversão, utilizou-se a pesagem de 1litro de farinha com as características da farinha produzida na RESEX (grossa) e chegou-se à equivalência de 800g.

A carne é outro item da cesta que exige explicações, uma vez que o consumo de carne do ribeirinho é diferenciado. Foi considerado no cálculo todo o consumo de proteína animal (peixe, caça, salsicha, calabresa e mortadela). O peixe é uma proteína animal consumida em várias horas do dia. Observou-se que em algumas residências o café da manhã é substituído pela chamada “merenda”, por volta das 10h00s da manhã e geralmente consiste de peixe com farinha.

Tabela 8 – Comparação entre a Cesta Básica Regional e a Cesta Básica da RESEX

Alimentos	Cesta Básica Regional	Cesta Básica da RESEX
Carne	4,5 Kg	17,8 Kg
Leite	6,0 l	7,4 l
Feijão	4,5 Kg	1,4 Kg
Arroz	3,6 Kg	3,7 Kg
Farinha	3,0 Kg	6,6 Kg
Batata	-	-
Legumes (Tomate)	12,0 Kg	-
Pão francês	6,0 Kg	-
Café em pó	300 g	419 g
Frutas (Banana)	90 unid.	-
Açúcar	3,0 Kg	3,2 Kg
BANHA/ÓLEO	750 g	1,6 KG
MANTEIGA	750 g	-

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa, 2014.

Através da comparação entre as duas cestas, já seria possível perceber que o indivíduo que consome mensalmente os itens e quantidades da cesta básica da reserva apresenta déficit de consumo de itens como feijão e legumes, e abundância de outros produtos. Como o preço e a renda são indicadores da Segurança Alimentar e Nutricional, uma vez que estão diretamente ligados ao acesso aos alimentos, foram realizadas algumas análises e comparações dos preços dos produtos. Uma comparação entre os preços de alguns alimentos em Altamira e os preços na reserva ajuda a entender melhor o corte no consumo de alguns alimentos e o consumo frequente de outros.

A estimativa de preços que é apresentada na Tabela 9 foi calculada com base em uma pesquisa de preços realizada na segunda semana do mês de julho de 2014, em dezessete estabelecimentos comerciais de Altamira, entre eles, supermercados, peixarias e açougues. Estão representados na tabela, itens que não fazem parte da cesta básica oficial, mas que fazem parte do consumo dos ribeirinhos ou que eles expressaram desejo de consumir se pudessem.

Tabela 9 - Estimativa de preços médios de produtos na RESEX do Rio Iriri e em Altamira durante a última semana de Julho de 2014

Itens	Unidade	Preço em Altamira (R\$)	Preço na RESEX (R\$)	Variação (%)
Feijão	1 Kg	3,62	8,00	122,22
Arroz	5 Kg	14,70	26,48	80,14
Café	250 g	3,17	6,00	89,27
Açúcar	2 Kg	3,24	6,42	98,15
Óleo	900 ml	3,48	6,25	79,60
Milharina	500 g	1,31	3,00	129,01
Margarina	250 g	1,67	5,63	237,13
Margarina	500 g	3,23	15,00	364,40
Macarrão	500 g	2,58	7,00	171,32
Leite em pó	200 g	4,18	6,00	43,54
Leite em pó (lata)	400 g	11,63	17,50	50,47
Cebola branca	1 Kg	2,52	8,00	217,46
Biscoito	400 g	3,24	6,00	85,19
Mortadela (peça)	3,5 Kg	21,78	35,00	60,70
Refrigerante	2 l	3,57	10,00	180,11

Fonte: Elaborado a partir de dados do autor, 2014.

As quantidades especificadas na tabela estão de acordo com as medidas dos produtos vendidos na RESEX. A variação no preço do feijão é condizente com a estratégia de diminuir ou cortá-lo do consumo. Outra observação que ajuda a explicar o consumo excessivo de óleo (1,8ml convertidos para 1,6kg), é que a principal fonte de proteína animal consumida é o pescado que consumido cozido exige temperos como alho, cebola, tomate e, etc. Se o indivíduo produz esses alimentos, torna-se fácil a solução do problema, caso contrário, a saída mais viável é o consumo do peixe frito.

A prática de preços diferenciados ao longo da RESEX pode ser comprovada através da Tabela 10, comparando os preços dos produtos por localidade. Observa-se que os moradores das localidades Rio Novo e Boa Esperança conseguem comprar os produtos por um preço mais baixo porque ficam mais próximos da cidade de Uruará e também de Altamira.

Essa variação dos preços pode ajudar a explicar a variação no consumo e na renda das famílias ao longo da reserva. Outra observação importante é que o ribeirinho nem sempre sabe o valor da mercadoria que compra, por esse motivo, os preços de vários produtos nas localidades não puderam ser estimados. Isto comprova o quanto o ribeirinho não tem noção sobre seus gastos e rendimentos.

Tabela 10 - Estimativa de preços médios de alimentos por localidades da RESEX

Localidade	Arroz (R\$/ 5Kg)	Feijão (R\$/ Kg)	Café (R\$/ 250g)	Açúcar (R\$/ 2Kg)	Óleo (R\$/ 900ml)	Biscoito (R\$/ 400g)	Leite em pó (R\$/ 250g)	Cebola (R\$/ Kg)
Rio Novo/Boa Esperança	18,25	8,00	4,60	5,40	5,20	5,38	5,00	4,33
Cachoeirinha	-	-	6,00	-	-	-	-	-
Califórnia	25,00	10,00	6,00	6,00	6,00	6,00	-	6,50
Furo do Fava	-	-	7,00	6,00	6,00	-	-	-
Ilha do Papagaio	-	7,00	7,00	7,00	8,00	6,00	6,00	9,00
Jesus é Bem Vindo	30,00	7,00	6,00	7,00	6,00	7,00	-	7,00
Lajeiro	32,50	6,50	6,00	6,00	6,00	6,00	8,00	12,00
Manelito	25,00	8,00	6,00	6,00	6,00	5,00	-	10,00
Pontão/Morro do Gabriel	25,00	8,00	6,00	7,00	7,00	5,50	9,00	9,00
Santa Paz	25,00	8,00	6,00	6,00	6,00	5,00	-	-
São Francisco	28,00	10,00	6,00	6,50	6,50	-	5,00	8,00
São Lucas	30,00	8,00	6,00	7,00	6,00	6,00	-	7,00
São Sebastião	-	-	6,00	6,50	6,50	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir de dados do autor, 2014.

Como uma justificativa bastante utilizada pelos comerciantes para explicar a diferença de valor dos produtos vendidos na RESEX é o custo das mercadorias na cidade, a Tabela 11 ilustra a diferença do custo da cesta básica das unidades familiares na reserva em relação à mesma cesta com a mesma quantidade de produtos na cidade.

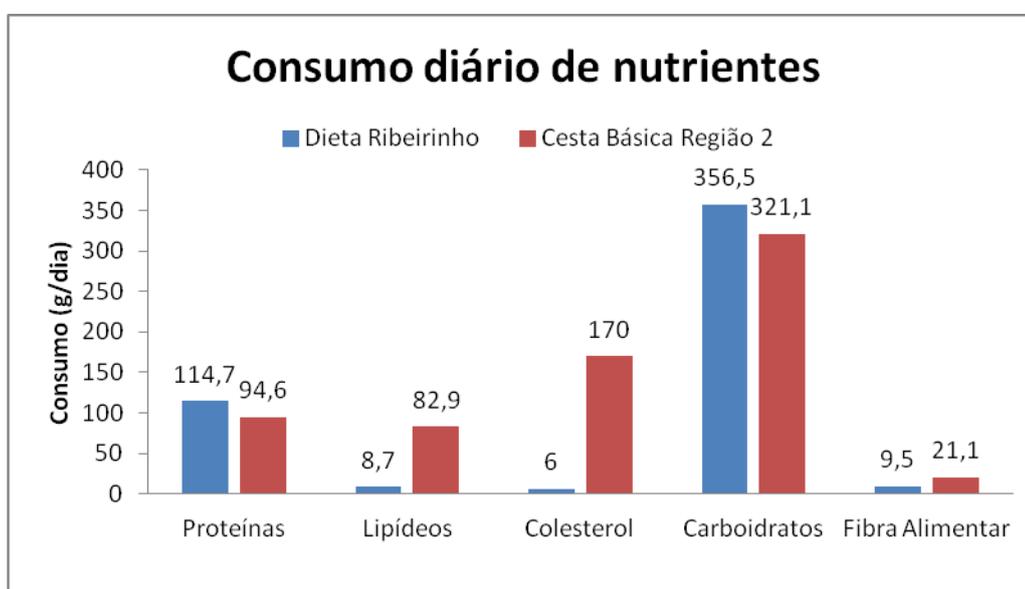
Tabela 11 - Custo estimado da cesta básica mensal de uma família de 5 pessoas em Altamira-PA e na RESEX a preços coletados na segunda semana de julho de 2014

Item	Preço Médio em Altamira-PA (R\$)	Preço Médio na RESEX (R\$)
Leite	77,43	111,15
Feijão	25,34	56,00
Arroz	54,39	97,97
Farinha	144,87	108,9
Café	26,56	50,28
Açúcar	51,84	51,36
Óleo	34,80	62,50
Biscoito	63,10	117,00
Total	415,23	538,16

Fonte: Elaborado a partir de dados do autor, 2014.

O ribeirinho adquire sua cesta na reserva com o valor 29,60% mais caro do que do que custaria em Altamira, que é uma cidade que enfrenta uma situação de subida geral de preços. Uma vez que a Cesta Básica Regional foi criada para conter as quantidades ideais de nutrientes necessários para o bem-estar de um indivíduo adulto, é utilizada como referência na avaliação de risco alimentar do Programa Fome Zero. Baseado nesse pressuposto, a quantidade de nutrientes da cesta regional serve de parâmetro para comparação com a cesta básica das unidades familiares da RESEX conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Comparação entre o consumo diário da dieta do ribeirinho do Rio Iriri em relação ao recomendado pela Cesta Básica oficial



Fonte: Elaborado a partir de dados do autor, 2014.

Partindo-se da análise tanto da renda, quanto da composição e quantidade de itens e nutrientes da cesta básica das unidades familiares das comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri, constata-se que estas se encontram em situação de risco alimentar.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a proposta inicial deste trabalho tenha sido a de discutir a contribuição socioeconômica da atividade de caça para as comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri no Médio Xingu, as questões que envolvem o recurso pesqueiro se mostram complementares a esta discussão, uma vez que o peixe se constitui na principal fonte de alimento, lazer e renda para as famílias estudadas, e os problemas relacionados à pesca geram externalidades que podem alterar a forma de manejo de outros recursos naturais, como a caça por exemplo. Atualmente, ao que tudo indica, a situação do estoque de animais silvestres da reserva encontra-se em aparente equilíbrio, a julgar pela abundância e facilidade de acesso a esses recursos no entorno das moradias dos ribeirinhos, e pela pressão de caça reduzida.

Conforme esclarecido nesse trabalho, os ribeirinhos da RESEX do Rio Iriri não são caçadores profissionais e sim pescadores que caçam para sua subsistência. Entretanto, com o aumento da pressão sobre o recurso pesqueiro e o processo de diminuição do pescado, esta situação pode se alterar, mesmo porque, embora a venda da carne de caça não seja admitida explicitamente, e a discussão sobre o assunto represente um tabu, o comércio ilegal existe conforme os relatos informais e a estimativa de preços apresentada neste trabalho.

Além disso, o trabalho se propôs a discutir segurança alimentar sob uma perspectiva que envolve não somente variáveis econômicas e aparentes como também as questões culturais e simbólicas que envolvem o tema, mesmo porque o fenômeno da insegurança alimentar não é a-histórico. A segurança alimentar e nutricional é um tema de extrema importância e mais complexo do que se apresenta no primeiro momento. Por se tratar de um conceito interdisciplinar, corre o risco de ser subestimado ou disfarçado.

A dificuldade da avaliação começa pelo tipo de abordagem do tema, os aspectos que devem ser avaliados, os tipos de indicadores e sua relevância na análise. Em se tratando dos povos tradicionais da Amazônia, o isolamento geográfico e o descaso do governo dificultam a criação de um compromisso para que haja uma verdadeira conservação dos recursos naturais. Constantemente submetidos às pressões dos interesses do mercado, os recursos naturais estão em constante risco de esgotamento.

A breve retrospectiva histórica do processo de povoamento da região e da criação das Unidades de Conservação demonstra a falta de planejamento e de visão dos dirigentes do poder público. A conduta de criar unidades de conservação sem fornecer meios de sobrevivência para as populações que são responsáveis pelo sucesso do objetivo de criação das unidades coloca em risco não só o meio ambiente quanto a sobrevivência das pessoas.

Diante do imenso conflito de interesses e de discursos que os legitimam, não se pode responsabilizar apenas o regatão pela vida de restrições dos ribeirinhos, porque o regatão se legitimou a partir de uma lacuna deixada pelo Estado. Por outro lado, devem ser considerados os impactos ou externalidades negativas das sucessivas interferências dos agentes externos e da tentativa de imposição da sua visão de mundo e modelo de organização sobre o tecido social das populações tradicionais.

Em se tratando da área de estudo, no que diz respeito à análise do indicador rede social, a situação das famílias expõe um quadro de profunda desconfiança em relação aos agentes externos, ao mesmo tempo em que releva uma dependência pouco sadia. Questiona-se até que ponto os projetos e modelos de gestão incentivam o fortalecimento das relações e o ganho de autonomia dos comunitários.

A questão é se o objetivo final desses projetos é a melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos e sua fixação na reserva, evitando assim a saída dos jovens para a cidade em busca de melhores condições de vida, ou se os objetivos são puramente economicistas de aumentar a produção extrativista.

Os indicadores renda, preços, produção e acesso a alimentos saudáveis são muito importantes e demonstram que a situação de insegurança alimentar está diretamente ligada a dependência dos ribeirinhos a um sistema de exploração historicamente instituído com a conveniência do Estado ausente em suas funções de provedor do bem-estar da população.

Contudo, o indicador mais preocupante é o que envolve a esfera dos serviços sociais. O precário e ineficiente serviço educacional oferecido aos ribeirinhos está no cerne das mazelas que enfrentam. Conforme já mencionado, a grande maioria dos ribeirinhos é analfabeta, os jovens em idade de estudo não conseguem estudar pela falta de oferta de aulas, obrigando-os a ficar à margem do processo que lhes garantiria autonomia no futuro. Sem a oportunidade de estudo, a chance de conquista de autonomia dos comunitários é minada pela baixa autoestima e pela

desconfiança fomentada tanto pelas experiências pretéritas quanto pela barreira representada pelo baixo ou nulo grau de escolaridade.

O acesso à educação representa a chance de autonomia e sucesso da conservação dos recursos naturais da reserva. Enquanto o direito a educação de qualidade for negada aos comunitários, estes continuarão em permanente risco alimentar, nutricional, humano e social, pois sempre estarão à mercê dos interesses do capital econômico que se traveste em diferentes discursos e estratégias de espoliação econômica e social. Se o conceito de segurança alimentar diz respeito à inclusão social, as famílias ribeirinhas da Reserva Extrativista do Rio Iriri sempre estiveram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas.** 2. ed. Manaus: PPGSCA; UFAM, 2008.192 p.
- ALVARD, M. **Shotguns and sustainable hunting in the eotropics.** Orix, 1995.
- ARAMBURU, Mikel. "Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico". **Revista Brasileira de Ciências sociais**, v.9, n. 25, p.8 2 - 99, 1994.
- ARBOLEYA, A. F. Agência e estrutura em Bourdieu e Guiddens pela superação da antinomia objetivismo-subjetivismo. **Sociologias Plurais - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia**, v. 1, p. 6-27, 2013.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/altamira_pa#demografia>. Acesso em: 13 jul.2013.
- BELIK, Walter. **Segurança alimentar: a contribuição das universidades.** São Paulo: Instituto Ethos, 2003.
- BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan (Coord.). **Pierre Bourdieu: sociologia.** São Paulo: Ática, 1983. 191 p. (Coleção grandes cientistas sociais; 39)
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.** São Paulo: Unesp, 2003.
- _____. **Coisas ditas.** Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRAGA, Vivian. Cultura alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v.6, n.13, p. 37-44, 2004.
- BRASIL. Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institui as Comissões de Salário Mínimo. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Seção 1, 07 de maio de 1938.

_____. Decreto Lei nº 1.164, de 1º de Abril de 1971. Declara indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: 01 de abril de 1971.

_____. Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 18 de julho de 2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 19 de julho de 2000.

_____. Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Brasília, DF: 15 de setembro de 2006.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 de agosto de 2010.

BUENO, Ricardo. **Borracha na Amazônia**: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

CABALLERO, Benjamin. Subnutrição e obesidade em países em desenvolvimento. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. n. 2, Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

CARNEIRO, C. C., PEZZUTI, J. C. B. **A caça e a pesca praticadas pelas comunidades ribeirinhas das Reservas Extrativistas da Terra do Meio**. Belém, 2010.

CASTRO, Edna. M. Ramos. **Sociedade, Território e Conflitos**: a Br 163 em Questão. 1. ed. Belém: NAEA;UFPA, 2008. v. 1. 297p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CFS. **Coming to terms with terminology. Food security, nutrition security, Food security and nutrition, Food and nutrition security.** Committee on World Food security, 39 th session, Rome, Italy, p. 15-20 October 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/meeting/026/md776e.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

_____. Committee on World Food Security. Disponível em: <<http://www.fao.org/cfs/cfs-home/en/>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

CHEROBIM, M. Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. **Perspectivas**, São Paulo, 1983.

CONSEA. Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Conceitos Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: Grafisa, 1973. 380 p. v.1.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. São Paulo. **Metodologia da Cesta Básica Nacional: Versão Preliminar**. 1993. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/metodologia.pdf>> Acesso em: 12 set.2014.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2007.

FERGUNSON, C.E. **Microeconomia**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1999.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. **Os grandes flagelos do norte. A ciência a caminho da roça**: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1992. p. 111-154.

IBGE. **Censo demográfico: 2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150060&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores sociais. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150060&search=||infogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 10 dez. 2014.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Iriri**. Altamira, PA: MMA, 2010.

_____. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Xingu**. Altamira, PA: MMA, 2012.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Especial Terra do Meio**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/tags/terra-do-meio.2006>>. Acesso em 12 fev. 2014.

_____. **Cidades afetadas por Belo Monte Não estão preparadas para os impactos que irão receber**. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/tres-anos-depois-do-inicio-das-obras-cidades-afetadas-por-belo-monte-nao-estao-preparadas-para-os-impactos>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

GILMORE, Raymond M. **Fauna e Entomologia da América do Sul Tropical**. New York: Cooper Square Publ. Inc., 1986. (Suma Etnológica Brasileira, ed. Darcy Ribeiro, p. 189-233. Up to data edition of Handbook of South American Indians (1963).

GODELIER, Maurice. **Antropología y economía**. Barcelona: Anagrama, 1976.

GRUPO DE ESTUDOS e pesquisa sobre políticas educacionais e trabalho docente. Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

G1. **Projeto polêmico, Transamazônica faz 40 anos sem nunca ter sido concluída**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2014/02/projetopolemico-transamazonica-faz-40anos-sem-nunca-ter-sido-concluida.html>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

MALUF, Renato Sérgio Jamil. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis, Vozes, 2007.

McDONALD, D. R. Food taboos: a primitive environmental protection agency (South America). **Anthropos**, n. 72, p.734-48. 1977.

MEDEIROS, R. et al. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília, DF: UNEP-WCMC, 2011. 44p.

MENA, P. V. et al. The sustainability of current hunting practices by the Huaorani. In: ROBINSON, J. G.; BENNETT, E. L. (edt.). **Hunting for sustainability in tropical forests (biology and resource series)**. New York: Columbia University Press, 1999. p. 57-78.

MURRIETA, R. S. S. Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 44, n. 2, 2001.

_____. O dilema do papa-chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. **Revista de Nutrição**, v. 21, 2008.

OJASTI, J. Wildlife Utilization in Latin America: Current Situation and Prospects for Sustainable Management. **FAO Conservation Guide**, n. 25. Rome, Italy. : FAO, 1996.

ORTIZ, Renato. Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil. **Revista sociologia & antropologia**. Rio de Janeiro, v.3, n. 5, p. 81 – 90, jun., 2013.

PARPET, Marie-France Garcia. A sociologia da economia em Pierre Bourdieu. **Revista sociologia & antropologia**. Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 91 – 117, jun., 2013.

PERES, C. **Effects of hunting on western Amazonian primates communities. Biological Conservation**. 1990.

PEZZUTI, J. C. B. Manejo de caça e a conservação da fauna silvestre com participação comunitária. **Papers do NAEA**, v. 1, 2009.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel. L. **Microeconomia**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Anny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLÍTICAS Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte: Sebrae, 2008. (Série Políticas Públicas, v. 7).

POLLAN, Michael. **O dilema do onívoro**: uma historia de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2007.

_____. **Em defesa da comida**: um manifesto. Rio de Janeiro: Intrinseca, 2008.

REDFORD, K.; ROBINSON, J. G. Subsistence and comercial uses of wildlife in Latin America. In: ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H. (Edt.). **Neotropical wildlife use and conservation**. University of Chicago Press, Chicago.1991.

REDFORD, K.H. The empty forest. **Bioscience**, n. 42, p. 412-413,1992.

REBÊLO, G. H.; PEZZUTI, J. C. B. Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia, sustentabilidade e alternativas ao manejo atual. **Am. Soc.**, n. 3, p. 85-104, 2000.

RUSHTON, Jonathan et al. How Important is Bushmeat Consumption in South America: Now and in the Future? **Wildlife Policy**, n. 11, fev., 2005.

SANTOS, Roberto Araujo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. A Particularização do Universal: povos e comunidades tradicionais face às Declarações e Convenções Internacionais introdução: delineamento. 2007. In: _____. (Org.). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil**: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SILVA, Tarcísio. Feitosa da. **A criação da reserva extrativista Médio Xingu: a última peça do mosaico da Terra do Meio – Altamira, PA**. 156 f. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, Belém. 2009.

SOFI. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil**: um retrato multidimensional. Relatório, 2014.

SOUSA, Girlian Silva de; PEZZUTI, J. C. B. Caça de subsistência e segurança alimentar entre famílias ribeirinhas do Médio Xingu. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E CULTURA NA PANAMAZÔNIA, 1., **Annais....** Manaus, 2014.

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006,

SUESS, Jorge Gasché; MENDOZA, Napoleón Vela. Sociedad Bosquesina. **Ensayo de antropología rural amazónica, acompañado de una crítica y propuesta alternativa de proyectos de desarrollo**. Perú: IIAP, CIES, CIAS, 2011. 2011. v. I e II.

SUESS, Jorge Gasche. La ignorancia reina, la estupidez domina y la conchudez aprovecha. Engorde neo-liberal y dieta bosquesina. **Revista Espaço Pedagógico** v. 17, n. 2, p.279-305, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

TRINCA, Cristiano Trapé. **Caça em assentamento rural no sul da floresta amazônica**. Belém, Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará. 2004.

VENDRAMINI, A. Lucia do Amaral; OLIVEIRA, J. Carlos de; CAMPI, M. Aparecida. Segurança alimentar: conceito, parâmetros e história. In: CONGRESSO INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES. **Anais...** Niterói, RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

APÊNDICES

Apêndice A - Questionário de recordação

Entrevista de recordação de caçadas e pescarias

UC:	Entrevistador:	
Localidade	GPS:	
Data entrevista:	Nºentrevista:	Nome:
Idade:	Profissão:	
Escolaridade:	Há Quanto tempo mora aqui:	
Salário/aposentadoria/bolsa na Família	(número: _____)	valor: _____)
Tamanho da Família:	Homem ()	Mulher ()
Quantos Pescam:	Homem ()	Mulher ()
Quantos Caçam:	Homem ()	Mulher ()

CUIDADO para não repetir estas perguntas acima em fichas diferentes!

Refeições	Carne / peixe / frango / espécie ???	Kg	Homem, Mulher, Criança
Almoço			
Janta			

RECORDAÇÃO QUELÔNIOS (Ocasional: _____)

Data Atividade:	Participantes:	Localidade Atividade (nome):
Ambiente (rio*, igarapé*, ressaca*, iagapó*; mata**, capoeira**, roçado** - deixe o informante responder!):		
Locomoção (tipo casco, motor, pé, carro, etc.):		
Técnica:	Nº apetrechos:	
Hora saída casa:	Hora início atividade:	Hora fim atividade:

Que animais pegou?

Espécie	Sexo	Kg	Comeu/Vendeu

Antes desta, Lembra qual a outra vez que pescou quelônios (importante)?

Quantas vezes pesca quelonios por semana ou mês?

Recordação consumo anual quelônios

Espécie	Tracajá	Tartaruga	Pitiú	Outro/qual	Outro/qual
Quantos ninhos ou ovos pegou verão passado					
Quantos animais pegou em 2013					
Quantas fêmeas pegou desovando no verão passado					
Vendeu ovos no					
Vendeu animais no verão passado					

RECORDAÇÃO PEIXES Comércio () Consumo ()

Data Atividade:	Participantes:	Localidade Atividade (nome):
Ambiente (rio*, igarapé*, enseada*, igapó* - deixe o informante responder!):		
Locomoção (tipo casco, motor, pé, carro, etc.):		
Técnica:	Nº apetrechos:	
Hora saída casa:	Hora início atividade:	Hora fim atividade:
Hora saída casa:	Hora início atividade:	Hora fim atividade:

Quantos dias Pescando:
Quantas Pescas por Dia:

O que você pegou? (por espécie – peso total e número de indivíduos)

Pesqueiro	Chegada	Saída	Espécie, número, peso total	Comeu/ Deu/ vendeu

Antes desta, Lembra qual a outra vez que pescou (IMPORTANTE)?
Quantas vezes pesca peixe por semana ou mês?

RECORDAÇÃO CAÇA (Ocasional:)

Data Atividade:	Participantes:	Localidade Atividade (nome):
Ambiente (rio*, igarapé*, ressaca*, iagapó*; mata**, capoeira**, roçado** - deixe o informante responder!):		
Locomoção (tipo casco, motor, pé, carro, etc.):		
Técnica:	Usou cachorro (N)?	N° apetrechos:
Hora saída casa:	Hora início atividade:	Hora fim atividade:

O que você caçou?

Espécie	Sexo	Kg	Comeu/ Vendeu

Antes desta, Lembra qual a outra vez que caçou (IMPORTANTE)?
Quantas vezes caça peixe por semana ou mês?

Quanto custa carne de caça por aqui (catitu, tracajá, jaboti, jacaré, veado, capivara, paca, etc)

Anta	Queixada	Caititu	veado	paca	Tatu
Preço:	Preço:	Preço:	Preço:	Preço:	Preço:
Mutum	Macaco	Tracajá	utro()	Outro()	Outro()
Preço:	Preço:	Preço:	Preço:	Preço:	Preço:

Quantos destes animais vc caçou:

Anta	Onça pintada	Onça vermelha	Onça preta	Maracajá
Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:
Vida toda:	Vida toda:	Vida toda:	Vida toda:	Vida toda:
Queixada	Caititu	Veado vermelho	VeadoRoxo	Paca
Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:	Ano passado:

APÊNDICE B - Questionário Socioeconômico

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

RESEX: _____ DATA: _____ LOCALIDADE: _____

NOME: _____

SEXO: M () F () IDADE: _____

ESCOLARIDADE: _____

QUANTOS FILHOS VOCÊ TEM? _____ IDADES: _____

SEUS FILHOS ESTUDAM?

() NÃO. () SIM. ONDE? _____

QUANTAS PESSOAS MORAM EM SUA CASA (CONTANDO COM VOCÊ)? _____

QUANTAS PESSOAS CONTRIBUEM PARA A OBTENÇÃO DA RENDA DE SUA FAMÍLIA? _____

QUAL É A RENDA MENSAL DE SEU GRUPO FAMILIAR (CONSIDERE A SOMA DA RENDA DE TODOS QUE MORAM EM SUA CASA)? _____

VOCÊ RECEBE ALGUMA DESSAS RENDAS?

() SALÁRIO. QUAL ATIVIDADE? _____

() APOSENTADORIA POR IDADE/ TEMPO DE SERVIÇO.

() APOSENTADORIA SOLDADO DA BORRACHA.

() OUTRA QUAL? _____

QUAL A SUA PRINCIPAL ATIVIDADE DE RENDA?

() PESCA. () FARINHA. () CAÇA. () BABAÇU.

() CASTANHA. () ANDIROBA. () COPAIBA () BORRACHA

() OUTRAS: _____

QUANTAS HORAS EM MÉDIA VOCÊ GASTA COM ESSA (S) ATIVIDADE (S)? _____

VOCÊ DESENVOLVE OUTRA ATIVIDADE PARA COMPLETAR SUA RENDA?

() NÃO. () SIM. QUAL? _____ HORAS/MÉDIA _____

VOCÊ ESTÁ DEDICANDO MAIS TEMPO A PESCA?

() NÃO. () SIM. POR QUÊ? _____

O TEMPO DEDICADO A PESCA ESTÁ AFETANDO SUA DEDICAÇÃO A OUTRAS ATIVIDADES?

() NÃO. () SIM. POR QUÊ? _____

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A ATIVIDADE DE CAÇA? _____

PARTICIPA DE ALGUM PROGRAMA SOCIAL DO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL?

() NÃO. () SIM. QUAL? _____ R\$ _____

QUAIS DESSES ITENS VOCÊ CONSUME REGULARMENTE?

() ARROZ: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() FEIJÃO: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() CAFÉ: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() AÇÚCAR: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() FARINHA: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() MIOJO: Pc/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() MACARRÃO: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() ÓLEO DE SOJA: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() MARGARINA: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() BISCOITO: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() LEITE: Lt/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() TOMATE: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() CEBOLA: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() TEMP. PRONTO: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() ALHO: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() VERDURAS: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() FRANGO CONG. Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() LANCHES: Pc/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() ENLATADOS: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() EMBUTIDOS: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

() CARNE SECA: Kg/Semana/mês: _____ Preço/Kg: _____

VOCÊ PRODUZ ALGUM ITEM DESSA LISTA?

() NÃO. () SIM. QUAL(S)? _____

HÁ ALGUM ITEN QUE NÃO FOI LISTADO ACIMA QUE VOCÊ CONSUME OU QUE GOSTARIA DE CONSUMIR SE SUA RENDA AUMENTASSE? _____

SE SUA RENDA AUMENTASSE E O PREÇO PERMANECESSE O MESMO, QUAIS DESSES ITENS VOCÊ PASSARIA A CONSUMIR MAIS? POR QUÊ? _____

SE SUA RENDA PERMANECESSE A MESMA E OS PREÇOS DIMINUISSEM, QUAIS DESSES ITENS VOCÊ PASSARIA A CONSUMIR MAIS? POR QUÊ? _____

SE SUA RENDA AUMENTASSE, OS PREÇOS PERMANECESSEM OS MESMOS, QUAIS DESSES ITENS VOCÊ DIMINUIRIA O CONSUMO OU DEIXARIA DE CONSUMIR E POR QUÊ? _____

QUAL (S) DESSES ITENS VOCÊ CONTINUARIA A CONSUMIR MESMO QUE A SUA RENDA DIMINUA E OS PREÇOS AUMENTEM, OU MESMO QUE A SUA RENDA DIMINUA E OS PREÇOS PERMANECESSEM OS MESMOS? _____

SE SUA RENDA DIMINUIR E/OU OS PREÇOS AUMENTAREM QUAIS ITENS VOCÊ SUBSTITUE OU CORTA O CONSUMO? POR QUÊ? _____

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE O REGATÃO? _____

O QUE VOCÊ ACHA DO SISTEMA DE CANTINAS? _____

VOCÊ PARTICIPA ATIVAMENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RESEX? _____

QUAL A SUA OPINIÃO SOBRE A ASSOCIAÇÃO? _____

VOCÊ CONSIDERA IMPORTANTE PARTICIPAR DA ASSOCIAÇÃO?

() NÃO. () SIM. POR QUÊ? _____

VOCÊ ACHA QUE AS REGRAS QUE EXISTEM NA RESEX SÃO RESPEITADAS? POR QUE VOCÊ ACHA QUE ISSO ACONTECE? _____

VOCÊ ACHA QUE AS REGRAS CRIADAS PELOS COMUNITÁRIOS FUNCIONAM? POR QUÊ? _____

VOCÊ ACREDITA QUE EM QUANTOS ANOS, OS COMUNITÁRIOS CONSEGUIRÃO GERIR SEUS RECURSOS, RESOLVER CONFLITOS E CRIAR NORMAS EFICAZES DE FORMA MAIS INDEPENDENTE DAS INSTITUIÇÕES EXTERNAS? POR QUÊ? _____

PARA VOCÊ, O QUE FALTA NA RESEX? _____

APÊNDICE C - Questionário Regatão

QUESTIONÁRIO - REGATÃO

1. SEXO: M () F ()
2. IDADE: _____
3. QUAL O SEU NÍVEL DE ESCOLARIDADE? _____
4. QUAL O SEU CUSTO TOTAL COM O SEU COMÉRCIO? _____
5. ONDE VOCÊ COMPRA AS SUAS MERCADORIAS? _____
6. QUANTO VOCÊ GASTA SOMENTE COM A COMPRA DE MERCADORIAS (SEM CONSIDERAR OUTRAS DESPESAS)? _____
7. ONDE VOCÊ COMPRA COMBUSTÍVEL? _____
8. QUANTO VOCÊ GASTA APENAS COM O COMBUSTÍVEL? _____
9. QUANTO VOCÊ GASTA COM GELO?
10. QUANTOS ISOPORES COM GELO VOCÊ LEVA EM CADA VIAGEM?
11. QUANTO VOCÊ PAGA POR CADA KILO DE PEIXE?
12. VOCÊ TEM OUTRAS DESPESAS FORA O QUE VOCÊ GASTA NA COMPRA DE MERCADORIAS, COMBUSTÍVEL E GELO?
 SIM. QUAL (S)? _____
 NÃO.
10. SE SIM NA RESPOSTA ANTERIOR, QUAL O CUSTO DESSAS OUTRAS DESPESAS? _____
11. INFORME QUAIS DESSES ITENS VOCÊ COMERCIALIZA, A QUANTIDADE E O CUSTO POR UNIDADE:

FEIJÃO	MARCA	Qtd.		CUSTO	RS	
CAFÉ		Qtd.		CUSTO	RS	
ARROZ		Qtd.		CUSTO	RS	
AÇÚCAR		Qtd.		CUSTO	RS	
CARNE		Qtd.		CUSTO	RS	
FARINHA		Qtd.		CUSTO	RS	
OVOS		Qtd.		CUSTO	RS	
ÓLEO		Qtd.		CUSTO	RS	

MARGARINA		Qtd.		CUSTO	RS	
CALABRESA		Qtd.		CUSTO	RS	
MARCARRÃO		Qtd.		CUSTO	RS	
MACARRÃO INSTANTÂNEO		Qtd.		CUSTO	RS	
FRANGO CONGELADO		Qtd.		CUSTO	RS	
MORTADELA		Qtd.		CUSTO	RS	
SABÃO		Qtd.		CUSTO	RS	
REFRIGERANTE		Qtd.		CUSTO	RS	
VELAS		Qtd.		CUSTO	RS	
FÓSFORO		Qtd.		CUSTO	RS	
SABONETE		Qtd.		CUSTO	RS	
PASTA DENTAL		Qtd.		CUSTO	RS	
BEBIDA ALCÓLICA		Qtd.		CUSTO	RS	
BISCOITO		Qtd.		CUSTO	RS	
SALGADINHOS		Qtd.		CUSTO	RS	

12. VOCÊ É O DONO DO NEGÓCIO OU TRABALHA PARA ALGUÉM?

() SIM, SOU O DONO.

() NÃO, TRABALHO PARA ALGUÉM. QUEM? _____

13. SE TRABALHA PARA ALGUÉM, QUAL É O VALOR DA SUA RENDA?

14. SE TRABALHA PARA ALGUÉM, SUA CARTEIRA DE TRABALHO É ASSINADA?

15. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM JUNTO COM VOCÊ? _____

16. QUANTO ESTAS PESSOAS RECEBEM PARA TRABALHAR ? _____

17. QUAL O PREÇO DE VENDA DAS SUAS MERCADORIAS POR UNIDADE DE MEDIDA?

FELIÃO	Kg	RS	CAFÉ	Pct.	RS
ARROZ	Kg	RS	AÇÚCAR	Kg	RS